

Diagnóstico dos espaços e equipamentos destinados à prática de esportes e lazer na região da 25ª Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina

Mafra, Campo Alegre, Itaiópolis, Monte Castelo, Papanduva, Rio Negrinho e São Bento do Sul

NILTON FURQUIM JÚNIOR
DANIEL ROGÉRIO PETREÇA
MARIA RITA BRUEL
ADEMIR FLORES
JOSIANE LIEBL MIRANDA

796
D536

)/ Nilton Furquim Junior ... [et al.]. – Blumenau, SC : Nova Letra, 2013.
97 p.

Inclui Bibliografias
ISBN:

1. Prática de esportes. 2. Lazer. I. Furquim Junior, Nilton. II.
Título.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 3 |
| O ESPORTE E LAZER NAS POLÍTICAS PÚBLICAS | 6 |
| PROPOSIÇÃO DE FORMAS DE INTERVENÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA VOLTADAS À EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER..... | 29 |
| A CIDADE COMO ESPAÇO DE ESPORTE E LAZER | 36 |
| DIAGNÓSTICO DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À PRÁTICA DE ESPORTES E LAZER NOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO NORTE CATARINENSE | 55 |



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Este livro reúne a coletânea de artigos de autoria dos pesquisadores do Núcleo de Pesquisa em Saúde Coletiva (NUPESC) da Universidade do Contestado – campus Mafra, que atendeu à Chamada Pública Nº 1/2011/Me/CGCTI/DPGE/SE/REDE CEDES, e tem como objetivo socializar os resultados da pesquisa desenvolvida pelos mesmos.

O primeiro artigo – *As políticas públicas de esporte e lazer* – de autoria de Maria Rita Bruel faz uma revisão de literatura sobre o lazer, seus impactos, suas implicações e conexões com a modernidade e a ética. Dedicase às questões conceituais do lazer abordando aspectos relevantes do esporte e do lazer no contexto das políticas públicas. Teoriza sobre as implicações políticas e ideológicas na formulação de um conceito de lazer, sua evolução e a relação com a sociedade globalizada, bem como aponta as implicâncias que a ausência do lazer vem provocando na sociedade industrial e competitiva.

O segundo artigo – *Proposição de formas de intervenção de gestão pública voltadas à efetivação de políticas públicas de infraestrutura de esporte e lazer* – é de autoria de Nilton Furquim Junior e Maria Rita Bruel. O objetivo deste artigo foi descrever a proposição da pesquisa desenvolvida nos municípios: Mafra, Itaiópolis, Papanduva, Monte Castelo, Rio Negrinho, São Bento do Sul e Campo Alegre, abrangidos pela 25ª. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina (SDR), que resultou no Convênio firmado entre o Ministério do Esporte e a Universidade do Contestado – UnC, e mostra ainda a importância do Núcleo de Pesquisa da UnC em se envolver com questões socioculturais prementes que existem na região, especialmente no que diz respeito à infraestrutura de esporte e lazer dos municípios. O projeto de pesquisa denominado “Proposição de novas formas de intervenção da gestão pública voltadas à efetivação de políticas de infraestrutura de esporte e lazer nos municípios” foi executado atendendo aos seus objetivos, cujos resultados geraram os artigos que compõem este livro.

O terceiro artigo – *A gestão pública voltada para a efetivação de políticas públicas de esporte e lazer nos municípios* – é de autoria de Ademir Flores, que para proposição de novas formas de intervenção de gestão pública voltadas à efetivação de políticas de infraestrutura de esporte e de lazer nos municípios da 25ª SDR, procurou identificar os principais aspectos relativos à forma de gestão, estrutura organizacional, programas, projetos, eventos de esporte e lazer. Metodologicamente fez um levantamento dos locais e estruturas destinadas ao lazer e esportes dos municípios, bem como utilizou a técnica de entrevista semi-estruturada para identificar a estrutura administrativa, a gestão pública, os programas, projetos e eventos relativos ao esporte e lazer de cada município. A partir das redes de interdependência desses três eixos poderemos compreender melhor as políticas públicas e gestão das cidades pesquisadas. O artigo conclui como proposta a gestão matricial para efetivação de políticas e gestão públicas de esporte e lazer.

O quarto artigo – *Diagnóstico dos espaços e equipamentos destinados à prática de esporte e do lazer do conjunto de cidades que compõe a 25ª. SDR* - é de autoria de Daniel Rogério Petreça (organizador), Nilton Furquim Junior, Ademir Flores, Maria Rita Bruel, Thaís Pacheco Valério, Kelvin Schafacheck, Rafaela Maria Lanski. O artigo trata dos passos metodológicos da pesquisa de campo, que resultou no levantamento da infraestrutura de esporte e lazer dos sete municípios que compõem a 25ª. SDR. Apresenta os resultados e faz o diagnóstico de cada município, correlacionando-o com os resultados de IDHM, em relação à ocupação de cada espaço de esporte e lazer, sua função e sua dependência administrativa.

Cada artigo apresenta suas considerações finais e conclusões e é de inteira responsabilidade de seus autores pelas informações e dados apresentados.

Faz-se pertinente usar este espaço para fazermos nossos agradecimentos a todos os participantes da pesquisa, que dispuseram de seu tempo e forneceram os dados necessários para a realização do estudo, em especial aos dirigentes municipais de cada uma das cidades envolvidas. Todos os Secretários Municipais de Saúde e dirigentes do Esporte e Lazer não se furtaram a colaborar cedendo espaços nas agendas dos membros de suas equipes para atender o grupo de pesquisadores. Vale ressaltar a valiosa colaboração que obtivemos dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) dos sete municípios, que forneceram a identificação dos espaços de esporte e lazer da área de atuação de sua abrangência respondendo ao instrumento da pesquisa, com a orientação dos pesquisadores. Temos a agradecer também ao Ministério do Esporte – Secretaria Nacional do Esporte e do Lazer, à Universidade do Contestado – Mafra, que deram apoio logístico aos trabalhos e à pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa em Saúde Coletiva/UnC.

Nilton Furquim Junior
Daniel Rogério Petreça
Ademir Flores
Maria Rita Bruel
Thaís Pacheco Valério
Kelvin Schafacheck
Rafaela Maria Lanski



**O ESPORTE E LAZER NAS
POLÍTICAS PÚBLICAS**

1

O ESPORTE E LAZER NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Maria Rita Briel

O lazer, um dos aspectos da sociedade contemporânea, não é um fenômeno isolado, portanto, só pode ser entendido nas suas inter-relações, considerando que no Brasil sofre influência da escolarização, da cultura corporal e de sua institucionalização, demandando em um processo histórico de formação de um novo homem e de uma nova cultura.

Jofre Dumazedier para responder à interrogativa “O que é lazer?” parte de uma tentativa de distingui-lo através de suas funções, como sendo, “distrações, ocupações às quais podemos nos entregar de espontânea vontade, durante o tempo não ocupado pelo trabalho comum” (DUMAZEDIER, 2004, p. 30). O autor tomou o cuidado para não incorrer no mesmo equívoco dos demais estudiosos, pois, segundo ele, “quase todos parecem vítimas de uma fórmula demasiadamente teórica: ‘os três oitos’ – oito horas de trabalho, oito horas de sono e oito horas de lazer” (DUMAZEDIER, 2004, p. 30-31). Ele acreditava que seria perigoso definir o lazer apenas como o tempo que se contrapõem ao trabalho profissional, ou como oposição ao conjunto das necessidades e obrigações da vida cotidiana. Na tentativa de uma definição do lazer, em 1953, realizou uma enquete sistemática, na qual procurou verificar o que representava o lazer para operários e empregados franceses, que afirmaram ser o lazer independente da função *liberação e prazer*. As respostas obtidas permitiram-no colocá-las em três categorias de funções. Essa categorização levou-o a identificar a presença das três funções em graus variados, em todas as situações e em relação a todos os indivíduos, coexistindo ou se manifestando uma de cada vez na mesma situação de lazer: *função de descanso; função de divertimento, recreação e entretenimento; função de desenvolvimento*. Com isso, Dumazedier(2004, p. 34) define o lazer como

um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

O lazer, historicamente, contrapõe-se ao trabalho, é identificado pelo tempo livre que resta ao trabalhador após desobrigar-se das atividades profissionais, familiares e sociais, que, no entendimento de Dumazedier (2004), não pertenciam às categorias da liberação e do prazer.

No século XIX, nas sociedades industrializadas, foi considerado um fenômeno de classe, passou a ser um fenômeno de massa no século XX e, já na transição para o século XXI, tornou-se um fenômeno a ser estudado como uma das necessidades básicas que compõe a formação integral do ser humano. O lazer deixa de ser um produto secundário e passa a ser prioritário na civilização contemporânea.

As transformações que o mundo do trabalho vem sofrendo indicam que o trabalho não mais será vivido como um fim, mas sim como um meio, apontando, então, uma nova faceta de análise. Como a sua oferta ainda é fragmentada em formas diversas, dificulta sua análise e a possível acomodação de seu equilíbrio num certo estilo de vida, devido ao antagonismo que encerra em sua essência. Assim, mesmo pertencendo a categorias contrapostas como: o nada fazer e praticar esporte; executar atividades filantrópicas e participar de atividades de azar; ou ainda, realizar uma leitura de jornal e dedicar-se ao estudo de uma obra-prima, o indivíduo pode considerar esse tempo usufruído para seu bem-estar e seu prazer.

O lazer, todavia, na conjuntura atual, possui a força de um fato autônomo, que tem origem nas transformações socioeconômicas e políticas dos países ocidentais. Em uma rápida recapitulação, pode-se citar a criação do Estado-Nação com forte ideologização liberalista, os ideais do capitalismo no mundo ocidental, o avanço tecnológico e a globalização, para restringir o espaço da discussão sobre sua aparição como fenômeno.

Os estudos de Mascarenhas (2004) e de Pinto; Rodrigues; Bonalume; Ramos (2008) atribuem à política do Welfare State (Estado do Bem-Estar) dos países industrializados, que determina como dever do estado o atendimento amplo e irrestrito das necessidades sociais básicas do cidadão, incluindo o lazer, como sendo a impulsionadora do estabelecimento das políticas sócio-governamentais.

O Estado do Bem-Estar motivado em parte pelo recuo do liberalismo econômico foi implantado no período de 1950 a 1970, com sobrepujança nos países industrializados da Europa, Austrália e Estados Unidos, estabelecendo garantias da seguridade social em níveis satisfatórios à população como direitos à educação, saúde, moradia, emprego, esporte e lazer (MASCARENHAS, 2004). A obra de Pinto;

Rodrigues; Bonalume; Ramos (2008, p.49) indica que é nesse mesmo período que acontece a mudança radical no perfil da Política Social Brasileira forjado pela forte intervenção e proteção estatal, sendo designado como o Welfare State brasileiro, pois

O sistema de política social adotado, baseado nos princípios do mérito – posição ocupacional e de renda adquirida no nível da estrutura produtiva – e da seletividade, instigou debates sobre a expansão global de riqueza e renda como melhoramento das capacidades humanas e condição de acesso aos benefícios do Estado de Bem-Estar.

Seus pensamentos complementam-se com a indicação do estabelecimento, da parte do poder público e ou do poder estatalmente regulado, das chamadas “políticas de massa”. Essa política de desenvolvimento foi base de sustentação do capitalismo no mundo ocidental e serviu para se opor ao socialismo real. O fortalecimento do capitalismo se deu de forma indireta, com o apoio das políticas sociais, as quais supriam as necessidades básicas do cidadão como a educação, saúde, esporte, lazer entre outras, constituindo uma espécie de salário indireto e liberando o salário do trabalhador para o consumo de bens duráveis, alimentando, assim, a cadeia produtiva. Esse período Hobsbawn (2008, p.255) denominou de Era do Ouro com a seguinte explicação:

[...] depois da Segunda Guerra Mundial, seguiram-se cerca de vinte e cinco ou trinta anos de extraordinário crescimento econômico e transformação social, anos que provavelmente mudaram de maneira mais profunda a sociedade humana que qualquer outro período de brevidade comparável. Retrospectivamente, podemos ver esse período como uma espécie de Era de Ouro, e assim ele foi visto quase imediatamente depois que acabou, no início da década de 1970.

O modelo, contudo, começa a se apresentar deficiente logo no início da década de 1970 e a política do Estado de Bem-Estar Social cede lugar à defesa de um mercado regulador, impondo-se os princípios do neoliberalismo, caracterizado pela política do estado mínimo, privatizante e desobrigado das políticas sociais, que em nome da modernidade inicia o desmonte da estrutura organizacional e institucional do antigo aparelho estatal.

Já no Brasil, a década de 1970 é a mais profícua em termos de visibilidade do lazer configurando-o como um fenômeno social, com origem no movimento mundial conhecido como Trimm Dich. Aqui, com a denominação Mexa-se, instituiu-se uma

grandecampanha deflagrada pelos órgãos governamentais. Esse movimento serviu para a concretização de projetos e ações relacionados com o lazer, enquanto um campo de estudos e de intervenções, caracterizando-se como uma política centralizadora e ideologizante.

O ideário neoliberal ganhou força, no Brasil, somente na década de 1990, servindo como período transitório pós-ditadura. Da Era do Ouro à Era do Mercado, livre da interferência do Estado, apoiadas no ideário neoliberal, implantam-se as reformas que “vão produzir uma reconversão das formas culturais e ideológicas, a partir das quais é reinterpretada e redefinida a própria noção de direito” (MASCARENHAS, 2004, p. 78), indicativo de uma ameaça do estado de direito, incluindo o direito ao lazer.

A garantia de acesso aos direitos sociais no Brasil como o pleno emprego nunca chegou a se concretizar. Somente três redes de atendimento básico foram implantadas, e, ainda de forma precária: a educação básica, a saúde e a previdência. Já, sobre o atendimento de outras necessidades básicas, como o direito ao lazer, o Estado subvencionou instituições como o Serviço Social da Indústria e o Serviço Social do Comércio, sindicatos, outras tantas entidades recreativas de classe, clubes sociais e mais algumas instituições particulares, que passaram a desempenhar sua função e assumir seu papel de gestor. Essas instituições foram incumbidas pela difusão e implementação das ações, cuja característica do atendimento à população se dava pelo viés da animação sociocultural, apresentavam objetivos de promover distração e descanso como compensação do desgaste laboral e principalmente de recompor a capacidade produtiva.

O contexto político do Estado do Bem-Estar inseria o lazer no conjunto das políticas sociais e o reconhecia como direito do cidadão. Sabe-se, entretanto, que as finalidades subjacentes eram o financiamento público da reprodução da força de trabalho, a melhoria da produtividade e o incremento para a manutenção do salário, conseqüentemente o aumento do consumo em massa de bens duráveis, apontando esse direito ao lazer para uma direção de subordinação ao capital. Assim, o “mercolazer”, denominação dada por Mascarenhas (2004, p. 80), se fortalece na sociedade capitalista desprezando os atributos ou valores do lazer estabelecidos por Dumazedier (2004), que são: descanso, diversão e desenvolvimento, ou ainda, ignorando as características atribuídas por Marcellino (1987), como sendo o lazer

uma necessidade de cunho romântico, moralista, utilitarista ou compensatório, atributos e valores que não se coadunam com os do modo de produção capitalista.

O lazer passa a ser um valor de troca, uma possibilidade de lucro e de geração de renda, características essenciais de uma crescente e hegemônica indústria do lazer. Com isto, têm direito ao lazer aqueles que podem acessá-lo, ou pagar por ele, visto que é um objeto de mercado. Essa condição de valor de troca favorece a uma possibilidade de sua classificação por Mascarenhas (2007, p. 30): há os “com-lazer”, quem tem dinheiro adquire seu lazer e tem acesso ao “primeiro mundo do lazer”; os “mais ou menos com-lazer” – a classe média para acessar ao “mundo encantado do lazer” afunda-se em dívidas, liquida suas economias, necessita dispensar muito mais tempo ao trabalho e tem acesso ao “lazer-genérico”, uma espécie de “segundo mundo do lazer”; sobrando para a base da pirâmide social os “sem-lazer”, que terão acesso apenas ao “lazer-aberto”, que é assumido pelo terceiro setor por meio das Organizações Não Governamentais (ONGs), igrejas, associações comunitárias, sociedades beneficentes, fundações empresariais, em grande parte, financiadas pelo poder público ou com subsídios de organismos internacionais, caracterizando o lazer como “lazer-solidário” ou “lazer-filantrópico”.

Assim, pode-se dizer que as políticas neoliberais são em grande parte responsáveis pela filantropização e despolitização das políticas sociais, especialmente as do lazer, em nome da desburocratização, da urgência em atacar problemas sistêmicos de uma sociedade anômica e pela criação das políticas de responsabilidade social.

As discussões acadêmicas sobre o tema raramente se desviaram do caminho que inclui a sua relação com o tempo livre advindo do tempo de não trabalho. Desta forma, a trajetória de estudos sobre o lazer percorrida por Werneck (2001, p.7) não exclui a discussão sobre o binômio “trabalho-lazer” e o contexto em que está inserido.

Ora, lazer e trabalho são práticas sociais dialeticamente relacionadas em nosso contexto, mas cada um possui sua própria identidade, impossível de ser diluída em uma sociedade fragmentada (em seus tempos e espaços sociais), contraditória e injusta como a nossa.

O termo lazer neste sentido poder ser considerado nas discussões e reflexões, tanto como consumo de atividades, como um fenômeno social historicamente

construído. Para Werneck (2001, p. 7) “o lazer representa um direito social, um dos elementos que integra o efetivo exercício de cidadania comprometido com a autonomia e a participação crítica dos sujeitos, e não com a lógica excludente do capital”.

Assim, o lazer no seu entendimento tem uma função política capaz de interferir na dinâmica das relações sociais “com potencial para a compreensão das contradições” e atuar como “um canal de resistência”. Isto quer dizer, um estatuto legítimo que pode atuar como força política na dinâmica das relações sociais.

O lazer apresenta importante papel e possibilidades no controle ou diminuição do estresse, da angústia, da depressão, contudo não pode ser compreendido de forma isolada, pois ele faz parte da teia de relações sociais que compõem a dinâmica do bem-viver. Deve ser avaliado, portanto, a partir de um ambiente ecológico, que lhe confere sentido e razão no tempo disponível, diferente das obrigações profissionais, religiosas, domésticas e sócio-familiares, envolvendo prazer, desejo, liberdade e criatividade. A satisfação das necessidades sociais básicas no campo das políticas públicas de lazer não se resume à distribuição de bens materiais voltadas para a dimensão biológica do cidadão. O lazer institucionalizado também deve estar associado à oferta de recursos não materiais ou intangíveis, voltado para as dimensões cognitiva e emocional do cidadão, oferta que muitas vezes incide no campo dos direitos individuais, como o direito à autonomia, à informação, à convivência familiar e comunitária, à segurança, ao desenvolvimento intelectual, às oportunidades, participação e controle de decisões e ao usufruto do progresso.

O que se contrapõe ao termo lazer, na forma como sempre foi entendido pelos teóricos que o discutiram a partir da relação “trabalho – tempo livre” das obrigações que esta impõe, são as proposições do sociólogo italiano Domenico de Masi (2000). Em sua obra “Ócio criativo”, onde muito discutiu o trabalho e suas relações com a qualidade de vida do homem moderno, afirma que para se viver bem “o trabalho não é tudo” e coloca muito bem o significado do termo “ócio”. Este nas línguas vernáculas pode apresentar significados positivos para a relação “trabalho – tempo de não trabalho”, como por exemplo: de distração para alívio, de paz para recreio, de diversão para descanso. Ainda, essa relação pode apresentar significado neutro, como: passatempo, vacância, desobstrução, equilíbrio e trégua. Contudo, também explica os significados negativos que o termo ócio culturalmente assume:

de vadiagem para desperdício de tempo, de desleixo para a esterilidade, de desinteresse para a tolice, porque o mundo do trabalho e suas relações não aceitam fracasso, perdas, improdutividade em qualquer sentido.

O que tem aparecido como consequência dessa intolerância e cobrança excessiva de produtividade, resultados e sucesso na dinâmica das relações sociais, incluindo nessas a recreação, o esporte e o lazer, é o homem com uma falta de perspectiva de vida feliz, com doenças e com desesperanças, porém apresentando-se como trabalhador competitivo, ousado, criativo (está trazendo dividendos positivos para o empregador), capaz de colaborar com a grandeza do país, com a riqueza de uma nação. O homem vivendo desta forma nem percebe que faz parte de uma coletividade que vai trazer benefícios materiais para si, pois ele fica isolado, embora conectado como uma peça de uma engrenagem, fazendo o melhor de si, para ser melhor que o outro e conquistar prestígio, poder e status.

A teoria de De Masi sofre críticas ainda hoje, entretanto, já se percebe algumas mudanças na forma e na maneira do empresariado brasileiro em tratar a questão do lazer de seus funcionários, haja vista a proliferação de programas de ginástica laboral e as recomendações judiciais aos empresários para que o trabalhador não lhes cobre indenizações por danos e assédio morais em função de doenças que contrai, ao sofrer pela falta do lazer. Para o sociólogo De Masi, o incremento do tempo livre em nossa sociedade é uma constatação do presente, pois o cidadão está trabalhando menos e a máquina produzindo mais, o que lhe permite viver muito melhor, na medida em que as tarefas cansativas e perigosas estão sendo desempenhadas pela tecnologia. E, como sociólogo se sente no dever de questionar, de desencadear as contradições do mundo atual e de indicar novos caminhos para que se construa um melhor,

[...] projetando e realizando um sistema social melhor. Um mundo onde as vítimas em potencial do progresso possam também usufruir das vantagens dele derivadas, em que o trabalho intelectual e criativo seja dividido de maneira equânime e organizado de uma forma não-alienante. Onde o tempo livre seja resgatado da banalidade, do consumismo e da violência, e em que a cultura no seu conjunto, e não só a economia, guie o agir social (DE MASI, 2000, p.329).

De Masi (2000, p.322-325) justifica que é possível transformar a situação de caos humano e social, por vias do ócio criativo, convoca os indivíduos, as igrejas, as cidades e as empresas para se adequarem ao novo modelo de trabalho

caracterizado pelas novas tecnologias “aparelhando-se em função de uma vida coletiva na qual predomina o lazer e um número crescente de atribuições que devem ser realizadas não em função de quem trabalha, mas em função de quem repousa”. Enfaticamente, ele recomenda ao homem do século XXI “o que conta não é o estresse da carreira, mas a serenidade da sabedoria”.

Assim, o entendimento e a avaliação social do divertimento ou do usufruto de horas livres devem mudar, já que atualmente não se pode mais considerar um “pecado”- entendido como desvio de conduta, do homem buscar viver em harmonia com seu próprio corpo, sentir o pleno gozo de sua existência, que é a fase tranquila na qual se é mais descontraído, mais criativo e mais tolerante.

A Ausência do Lazer e Suas Implicações

Sobre a relação do homem e sua corporeidade a literatura vem denunciando a importância do lazer para o desenvolvimento humano.

Uma das características da sociedade contemporânea que evolui e se modifica em uma velocidade de difícil acompanhamento é a pressão social vivida pelo homem no seu cotidiano. A situação torna-se agravante com o modelo sociopolítico imposto na regulamentação do trabalho, da educação, da assistência social e da saúde do cidadão brasileiro.

Estudos demonstram que a mudança da concepção de saúde preconizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2009) de “ausência de doença” para “um estado de perfeito bem-estar físico, mental e social” não trouxe, pelas políticas públicas brasileiras, um entendimento na sua essência, o que se reflete nos números cada vez mais crescentes de atendimentos pelo Sistema Único da Saúde e Previdência Social. Sobre o conceito de saúde da OMS, Souza (2006, p. 132) infere que “estado de perfeito bem estar físico, mental e social” é utópico quando se trata de hominalidade. Para tanto, a autora recorre aos paradigmas holísticos ou ecológicos de Fritjof Capra (1996) e aos paradigmas da complexidade de Edgar Morin (2000), para justificar sua concepção de saúde entendida “como um processo e não como um ‘estado’ (conforme proposto pela OMS)” e complementa

Na medida em que qualquer uma das dimensões ou fatores que compõem a saúde se modifica, acaba por afetar as outras dimensões e fatores, o que leva a uma série de modificações tanto no indivíduo quanto no meio e nas pessoas à sua volta (SOUZA, 2006, 132).

Nessa mesma direção, Pinto (2001), ao analisar a relação lazer, educação e qualidade de vida, a partir de determinações da OMS, em 1995, identifica três interações importantes para o entendimento dos direitos e deveres, elementos que integram a cidadania para o lazer. São eles:

1) o alto grau de participação social é um dos requisitos para a qualidade de vida e também se refere ao lazer como *direito político – direito à participação*; 2) a satisfação das necessidades básicas e o acesso às experiências, recursos, contatos e interações são requisitos de qualidade de vida estreitamente articulados ao lazer como *direito social, direito de acesso aos bens culturais construídos pela humanidade*; 3) o respeito pela herança biológica e cultural dos cidadãos, remete-nos à discussão do lazer como *direito civil – direito à liberdade* (PINTO, 2001, p. 35)

Esses direitos instituídos precisam ser partes integrantes das políticas públicas por meio da garantia de ações governamentais, caso contrário não há como se afirmar o sentido e significado de uma cidadania para o lazer.

O descumprimento desses direitos e deveres recai em uma instituição que vem alertando para os problemas resultantes da relação “trabalho-tempo livre”, com as implicações na qualidade de vida do trabalhador. Essa instituição é a justiça, que recebe um volume grande de ações trabalhistas, principalmente aquelas pleiteando danos morais por doenças adquiridas em ambientes de trabalho.

No entanto, não só o trabalho, porém, a sua rotina viciada, a pressão por resultados e principalmente a falta de lazer têm produzido inúmeras doenças. Comprovando essa premissa, muitos estudos tratam das relações: “lazer - atividade física” versus “qualidade de vida - bem-estar”, o que resultam em explicações de ordem científica nos campos da fisiologia, da economia, da sociologia, da psicologia, do direito e principalmente da educação para a formação de hábitos de vida saudáveis. No entanto, o estresse na forma singular não pode ser visto como o vilão desta situação, mas sim, seus agentes causadores, entre os quais o trabalho e a ausência do lazer. Confirmando esta hipótese Reis (2008) destaca em processo judicial, a título exemplificativo, a doença chamada fibromialgia, supostamente entendida como laboral. Contudo, é uma doença que tem como causa não o esforço repetitivo do trabalho, porém, fatores emocionais e alterações do sistema nervoso,

entre outros. Os sintomas desta doença são dores crônicas em diversos pontos do corpo e de difícil diagnóstico, por isso sua caracterização como doença do trabalho tem gerado discussões, “pois sua configuração não possibilita a certeza na determinação do nexo causal existente ou não com o trabalho” (REIS, 2008). Tanto a fibromialgia não tem suas causas nos fatores demandados pelo esforço físico provocado pelo trabalho, que o tratamento indicado é a prática de atividade física, principalmente a musculação. Reis (2008) complementa seu parecer jurídico, cujo título tem caráter de denúncia: “A qualidade de vida passou a ser discutida também nos tribunais do Judiciário brasileiro” com a seguinte argumentação:

Em estudos recentes realizados por pesquisadores da área, descobriu-se que a fibromialgia está associada a um nível alto de estresse não-relacionado ao trabalho, mas à rotina e à ausência de lazer, contribuindo para o aparecimento dos pontos de dores. Isso nos leva a concluir que o não-investimento pessoal na qualidade de vida leva ao surgimento de doenças que não são laborais, mas com reflexos no trabalho. [...]. Sob essa perspectiva, os empregadores poderão investir em atividades de lazer para seus funcionários, agregadas com atividades que minimizam os riscos de pagamentos de indenização ou danos, tais como ginástica laboral e massagem.

Tal qual o exemplo da “doença fibromialgia” pode-se colocar a “doença estresse” como resultante da falta de lazer, apresentando-os como justificativa da importância de se implementar políticas públicas de lazer. Sobre essa questão Vargas(2007, p.36)se posiciona indicando que

O estresse surge quando a pessoa julga não estar sendo capaz de cumprir as exigências sociais, sentindo que seu papel social está ameaçado. [...] Alguns estímulos foram classificados, segundo o tempo necessário para produzirem estresse, em estressores de curto prazo e de longo prazo. Entre os estressores de curto prazo temos o fracasso, a carga de trabalho, a pressão do tempo, ameaça, indução do medo etc. A longo prazo, as situações de competição, serviços em zona de perigo, trabalho monótono.

A maior demanda no sistema de saúde pública hoje é o tratamento de doenças advindas da falta de lazer, como aquelas induções patológicas de cunho psiquiátrico, psicológico e somativo. A somatização resulta da pressão social de uma sociedade, que se encontra em anomia, e origina outras patologias sociais como a desintegração familiar, o desemprego, o estilo de vida adverso, a falta de perspectiva de vida, entre outras.

Outra marcante patologia da contemporaneidade é a obesidade, que tem como uma das causas principais o sedentarismo. A OMS (2009) alerta: “o sedentarismo vem crescendo de forma alarmante no mundo inteiro, deixando de ser uma preocupação meramente estética para se transformar num problema grave de saúde pública, numa epidemia global”. O sedentarismo pode ser metaforicamente definido como a lei do mínimo esforço, atrelado ao avanço da tecnologia. A questão social do sedentarismo leva a uma questão de saúde, – a obesidade, doença que depende de vários outros fatores para se desenvolver: hábitos de vida, hábitos alimentares e predisposição biológica são alguns exemplos.

Considerando-se ainda que poucas atividades, hoje em dia, são classificadas como muito ativas, enquanto, há algumas décadas, várias delas tinham essa característica.

O Lazer do Cidadão Contemporâneo e as Políticas Públicas

Desde 1988, a Constituição da República Federal do Brasil, chamada de Constituição Cidadã, por ser voltada para os direitos sociais, estabelece que o lazer é direito de todos os brasileiros, assim como, a educação, a cultura e o esporte. Juntamente com a garantia de direitos, impõe-se a obrigatoriedade do dever do Estado, como responsável pelo provimento de políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal. O Título VII, Capítulo III, art. 217, § 3º, item IV da Constituição brasileira determina que o Estado “incentivará o lazer, como forma de promoção social” (BRASIL, 1988). Esse preceito constitucional está referendando a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que reconhece o lazer como uma necessidade básica do homem e como direito inalienável do cidadão. Do Artigo 22 ao Artigo 27 o direito ao lazer está incluído como forma de assegurar a saúde, o bem-estar, a educação e o direito de tomar parte na vida cultural da comunidade.

Nos debates públicos, o esporte e lazer ganham algum destaque quando da necessidade de mobilização popular, da organização dos movimentos populares ou no combate de problemas sociais emergentes em determinados espaços e tempos.

Um dos maiores investigadores sobre o lazer da sociedade contemporânea, Dumazedier (2004), acusa a timidez com que se iniciam os estudos sobre a ação dos efeitos do lazer, principalmente aquele demandado pelas instituições não governamentais, pelas igrejas ou empresas, como também pelas ações

caracterizadas como atividades esportivas, turísticas, recreativas, musicais, sociais, etc., cujos resultados ainda não foram avaliados em grande escala.

No início do século XXI vislumbra-se, no Brasil, uma tendência de mudança na garantia do cumprimento dos direitos sociais, incluindo o esporte e o lazer, com a criação da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL), pelo Decreto n. 4668, de 09 de abril de 2003, do Ministério do Esporte (BRASIL, 2003). Com isso, as políticas públicas de lazer receberam um maior impulso, com reflexo no aumento da produção científica na área e na proliferação de convênios para o desenvolvimento de programas de esporte e lazer, estabelecidos entre governo federal, municípios e outras entidades afins, distribuídos por todas as regiões do país.

Também nas últimas décadas, pode-se observar que o tema lazer vem sendo tratado com mais frequência nos meios de comunicação de massa, nos jornais e periódicos de informação geral. No mundo acadêmico, a incidência de estudos recai na organização de grupos de pesquisa advindos das áreas de conhecimento como Educação Física, Antropologia, Psicologia, Comunicação Social, Economia, Turismo, Medicina, entre outras, com a realização de eventos científicos ligados ao assunto e com o aumento do número de publicações específicas. Assim, pode-se dizer que o lazer está ganhando mais visibilidade e se fortalecendo enquanto tema de estudos.

O estudo de políticas públicas constitui um amplo eixo de discussão, uma vez que o esporte e o lazer pertencem à categoria dos temas transversais da cultura, educação, turismo e saúde.

Buscar o entendimento do impacto das políticas públicas no homem contemporâneo implica na compreensão de um mundo globalizado, interligado por redes de comunicação, formatado em blocos econômicos e debatendo-se com as questões de ordens política, econômica e ambiental. Essas questões estão presentes na agenda dos países que compõem o bloco econômico da globalização, na tentativa de solucionar o problema das fontes de energia renováveis, do desemprego, da fome e da sustentabilidade da vida no planeta. As ordens política, econômica e ambiental, no contexto de modernidade, incluem a necessidade de preservação do meio ambiente e de manutenção do equilíbrio da relação *homem-meio-qualidade de vida*. Nessa relação, entre outros fenômenos importantes como o trabalho, a saúde, a educação, encontram-se o esporte e o lazer.

Assim, é nesse sentido que Marcassa e Mascarenhas (2005, p. 256) compreendem o lazer, como um “Fenômeno tipicamente moderno resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia”.

O entendimento do fenômeno lazer contemporâneo encontrado nesses ensinamentos, como se observa, aproximam-se dos postulados de Dumazedier (2004, p. 36).

Em primeiro lugar, deve ser considerado em si mesmo, levando-se em consideração sua própria dinâmica e depois suas relações em posição de igualdade com o trabalho, a família, a política, a religião e a cultura. Todos os sistemas relacionados com esses importantes elementos da civilização devem ampliar-se a fim de conseguirem abarcar o conjunto das características e dos fatores de uma civilização do lazer. Podemos afirmar que o lazer representa um conjunto de aspirações do homem à procura de uma novafelicidade, relacionada com um novo dever, uma nova moral, uma nova política, uma nova cultura.

Ambos os autores tratam o lazer sob a perspectiva da dimensão das necessidades sociais básicas do homem, bem como, nas interfaces com os componentes da esfera da vida cotidiana como a educação, a economia, a política e a cultura.

A discussão do tema das políticas públicas de esporte e lazer levanta questões inerentes aos seus pressupostos teóricos, seus interesses e focos, sua legalidade versus legitimidade, e ainda seus condicionantes históricos, não permitindo à ciência colocá-lo à sua margem e na ignorância de sua importância.

Para Azevedo (1997) as políticas públicas inserem-se no projeto maior de uma sociedade a partir dos seus interesses como um programa de ação, podendo assim caracterizá-las como “o Estado em ação”. Em sendo o “Estado em ação” há de se entender que as políticas públicas tanto podem ser um construto sócio histórico como um construto de pesquisa e produção de conhecimento. No contexto da produção do conhecimento o tema vem sendo caracterizado pela análise das interações entre sociedade e estado que se dão nas relações sociais. Assim, são estabelecidos, para análise de investigação científica, seus fins e prioridades na orientação das ações do poder público e as interações que são construídas, ou não, com a sociedade nesse processo.

Modernamente, o fenômeno que se impõe é a globalização, que segundo Pires (2005) é um processo complexo, abrangente, contraditório, tenso em algumas relações trazendo consigo a universalização do mercolazer, reforçado pelas facilidades colocadas pelas tecnologias e avanço no mundo das comunicações.

Esse contexto inclui o poder público, representante legítimo da garantia de cumprimento das políticas sociais. Sua modernização e agilidade na resolução de problemas, de longe acompanham a velocidade das mudanças pelas quais o mundo globalizado e “achatado” passa. O grande desafio para o Estado se encontra na capacidade que o poder público terá no estabelecimento de políticas públicas para uma geração que está crescendo on-line.

As relações sociais características da modernidade dependem do mundo das comunicações e sua parafernália tecnológica, o contato humano passa a ser virtual, a interação se dá inter e intrarede, nas chamadas “redes sociais”. A internet é hoje o espaço de encontros, de autoajuda, de trabalho, de entretenimento, de busca da saúde, de formação, de instrução e de tantas outras possibilidades. O tempo em que as pessoas permanecem “plugadas” e conectadas em rede é medido pelos especialistas e anunciado como se fosse o resultado de uma competição com a apresentação de uma escala progressiva de números de horas e usuários interagindo em todo o planeta, numa demonstração de que o fator tempo sofreu alteração no seu significado quanto à definição de tempo livre e lazer. Dados divulgados no Brasil apontam o brasileiro “usufruindo desse tempo” e ocupando a liderança entre os que disponibilizam mais horas na rede mundial de comunicação. A medicina considera este fenômeno preocupante, na medida em que o IAD (Internet Addiction Disorder), sigla em inglês para distúrbio da dependência em internet, o inclui no rol das doenças, cujos sintomas de abstinência se igualam ao mesmo grau dos apresentados por quem é dependente de drogas ou de jogo, quando privado do objeto de sua compulsão. Estima-se que 10% dos brasileiros enfrentem o problema. Esse número pode ser ainda maior dada à velocidade com que a internet chega aos lares nacionais. Segundo pesquisa da Navegg, empresa de análises de audiências online, o Brasil registrou o número recorde de 105 milhões de pessoas conectadas no primeiro trimestre do ano de 2013. Dados da Serasa Experian mostram que o brasileiro passa mais tempo no YouTube, no Twitter e no Facebook do que os internautas do Reino Unido e dos EUA. (ISTO É ONLINE, 2013)

Sobre essa questão, alguns estudos já despontam numa tentativa de reflexão sobre as relações entre a mídia e a cultura corporal de movimento e o impacto que estas provocam nos tempos e formas de lazer do homem contemporâneo.

Dumazedier (2004, p. 278-279) denuncia os problemas enfrentados pelos países quanto à expansão e modernização do lazer com esta afirmação:

uns partem de uma política de desenvolvimento das massas demasiadamente autoritária, não tendo uma orientação a seguir, permitem que prospere uma recreação anárquica de base comercial. Todos, porém, em diferentes níveis de desenvolvimento técnico e dentro de estruturas sociais diversas ou opostas, já se veem obrigados a enfrentar a questão central da civilização do lazer.

No Brasil, na esfera governamental o Ministério do Esporte, estabelece diretrizes políticas para o desenvolvimento de programas que venham a atender as necessidades regionais a serem concretizados nos níveis locais. O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) desenhado pelo governo federal é parte integrante do seu Plano Plurianual desde o ano de 2004, cujas diretrizes vão orientar a discussão e reflexão para a implantação das políticas públicas de esporte e lazer nos municípios brasileiros. Assim ele pode e deve ser entendido como o ponto de partida para a instituição de uma civilização do lazer, uma vez que possui capacidade de infiltração em várias cidades distribuídas em todas as regiões do país.

O PELC traz, no seu bojo, o entendimento do lazer defendido tanto por Marcellino (1987) como por Mascarenhas (2007) como sendo um fenômeno social, materializado no tempo e espaço através de vivências lúdicas e servindo como forma de organização da cultura e de uma sociedade. Preocupa-se com o duplo aspecto educativo dos fenômenos esporte e lazer, colocando-os nas funções de educar pelo e para o lazer, enfatiza a busca pela vivência a partir das diversas dimensões e conteúdos do lazer que vão para além das atividades esportivas.

O referido programa define como dimensão do esporte, a ser consolidada em suas ações, o Esporte Recreativo, ou de Participação, ou de Lazer, com a clara intenção da formação de uma cultura popular do esporte. Paralelo a isso, ainda, como exercício de cidadania, como formação integral de indivíduos e grupos, associando-se ao seu caráter agregador, socializador e ao seu conteúdo educativo. O esporte recreativo ou de lazer identifica-se não somente pelo caráter lúdico, mas

por ser dissociado do rendimento e por respeitar a possibilidade de construção pelos próprios sujeitos. Traz embutido na sua prática, valores, sentidos e significados da cultura corporal, atributos estes que qualificam a manifestação do esporte sob a forma de lazer (BRASIL, 2008).

Ao se estabelecer políticas públicas para uma cidade há que se aprofundar nas reflexões sobre as questões geradoras das desigualdades sociais. Ao se considerar a situação caótica gerada pelo processo excludente de urbanização, que empurra a população menos favorecida para as margens da cidade, forçando o jargão que lhe é pejorativamente conferido – de marginal, e pela lógica da economia de mercado, que é regida pela competição, que cria situações opostas aos interesses coletivos, depara-se com a máxima da “crise de valores” que assola a sociedade contemporânea e dificulta o pleno exercício da cidadania. Afinal, de acordo com Pinto; Rodrigues; Bonalume; Ramos (2008, p.52) “a cidadania está relacionada com a participação ativa dos sujeitos na escolha dos dirigentes, na formulação e usufrutos das políticas e na avaliação dos serviços públicos”.

Para o conjunto das políticas sociais, Mascarenhas (2004, p. 74) defende um novo modelo de política de lazer, por ele denominado de “lazerania, uma conquista em permanente construção” não desvinculado do mundo globalizado, mesmo que seu ponto de inserção seja o local, regional ou nacional. Em sendo uma conquista pressupõe-se um processo democrático e cultural, portanto, um exercício de cidadania.

O poder público responsável pela efetivação do direito ao lazer deve forjar uma política apoiada em uma compreensão transdisciplinar e intersetorial, mantendo a interlocução com as diversas esferas do governo, com a sociedade civil organizada, não desprezando o potencial afirmativo e emancipador dos movimentos comunitários e dos movimentos dos grupos que representam as minorias sociais.

Assim, para Mascarenhas (2007, p. 36) a “lazerania” pode surgir como alternativa de novas possibilidades de soberania do cidadão e como novas direções política e cultural. Essas novas direções devem surgir da vontade coletiva, da luta pela emancipação diante das estruturas de dominação e alienação; pela conquista da participação cidadã “que acumula saberes, habilidades, métodos, estratégias, experiências, enfim, instrumentos de poder que reivindicam direitos, reconhecem determinações e reclamam transformações”. Essas ideias aproximam-se dos postulados de Marcellino (1990, p. 40) que considera

o lazer como possibilidade privilegiada, enfatizada, para a vivência (em conteúdo e forma, enquanto produto e processo) de valores que embasem mudanças, ou abram perspectiva para mudanças de ordem moral e cultural, necessárias para a implantação de uma nova ordem social

Com isto, uma “política de lazerania” deve estar articulada ainda a uma política de cidades e deve contemplar: a reconfiguração imposta à sua geografia não se deixando dominar pela dinâmica expansiva do “mercolazer”; a redistribuição dos espaços de lazer com vistas a atender a população; impedir o sucateamento e a privatização dos equipamentos públicos de lazer – parques, estádios, ginásios, teatros, centros culturais etc.; buscar junto àqueles que faturam com o “mercolazer” o estabelecimento de parcerias, visando à garantia de infraestrutura, quesito obrigatório na implantação e manutenção de políticas públicas. Enfim, para a efetivação de uma política que, além de reafirmar a responsabilidade do Estado quanto à universalização do direito ao esporte e lazer, apoie-se em uma forma de gestão compartilhada, compreendendo a realidade econômica, política e cultural (MASCARENHAS, 2007).

A mesma predominância no entendimento do esporte como sinônimo da Educação Física escolar acontece no âmbito do lazer, tanto na base conceitual como na tentativa de uma classificação. Como exemplo, tem-se a proposta de reconceituação do esporte para o Brasil de Tubino (1988) apresentada nas três formas como este se manifesta: a)- manifestação Esporte-educação, representado pela Educação Física escolar; b)- manifestação Esporte-performance, que vai abarcar as denominações já existentes para essa manifestação como: Esporte de Rendimento ou de Espetáculo, com todas as implicações econômicas, políticas e sociais inerentes; c)- manifestação Esporte-participação, que vai traduzir as muitas denominações existentes: Esporte-lazer, Esporte do tempo livre, Esporte para todos, Esporte de massa, Esporte-recreação, Esporte popular. Apesar de tantas denominações, essas não tinham garantia de apoio do poder público, ao contrário do Esporte-performance, tampouco eram (e são) subsidiados pela iniciativa privada.

Em sua proposta Tubino (1988, p. 26) conceitua a manifestação Esporte-participação para o país “como aquela manifestação esportiva que abrange todas as atividades esportivas formais ou não-formais colocadas à disposição da população brasileira, incorporando o sentido de participação”. Em sua recomendação, inclui a definição de lazer, quanto às suas funções, apoiado em Dumazedier (1980),

indicando que a participação de todos ocorre no espaço e tempo, no qual as pessoas permanecem fora de suas horas de trabalho e das obrigações da vida diária com o objetivo de descontração, diversão, desenvolvimento pessoal e interação com a comunidade. Essa conceituação das políticas públicas de esporte e lazer embutindo-os ora nas políticas de educação, ora na de cultura, ora na de turismo, ainda é uma realidade em face da dificuldade orçamentária de cada plano de governo.

Uma questão que não pode ser prescindida no contexto das políticas públicas é a da ética, no entendimento de que a busca pelo esporte e lazer, antes de ser direito é ético, já que esse é uma das condições basais para a preservação de uma vida saudável. O cidadão, ao criar o hábito de visitar espaços públicos de uma cidade, para entre outras formas de lazer, exercer a prática de uma atividade física e recreativa, orientada ou não, incorpora o sentimento de pertença, o que lhe legitima como cidadão daquela cidade. Essa conquista de pertencimento vai exercer nele uma coerção social sobre o bom uso do bem público, o que, segundo Aranha e Martins (1986, p. 289) “o espírito da democracia está em descobrir o valor da coisa pública, separada dos interesses particulares” o que garante a legitimidade da cidadania.

O direito do cidadão ao esporte e lazer garante-se pelo dever do Estado de fomentá-lo. Para além da legalidade, o Estado deve ser o ethos que cuida. O cuidar vai se incluir na categoria central do novo paradigma de civilização perseguido em todas as partes do mundo, sendo o Estado como aquele responsável tanto pelas transformações sociais, culturais e científicas, provocadoras dos problemas éticos, como aquele responsável pelo ethos que cuida, que se solidariza e se responsabiliza. Enfatizando que ethos intencionalmente significa aqui a teia das relações entre o meio físico (as cidades – urbe) e as pessoas, e ainda, o caráter, o modo de ser de uma pessoa ou de uma comunidade.

Friedman (2007), ao justificar sua teoria de achatamento do planeta, coloca o Estado com suas leis e fronteiras bem definidas como sendo um dos obstáculos, pois é esse Estado que fornecemuros, tetos e chãos (obstáculos) que organizam a vida das pessoas e, com seu poder, cria barreiras jurídicas ao livre fluxo da informação, propriedade intelectual e capital do homem e das sociedades. Porém, essa necessidade de proteção, enfatiza o autor, faz parte do universo dos homens,

Mas sabemos que todos nós ainda somos seres humanos, e seres humanos precisam de paredes, tetos e chão - precisamos de normas de comportamento e regras de comércio consensuais. Precisamos de maneiras consensuais, de estabelecer autoridade e construir comunidades, trabalhar, proteger direitos autorais e determinar em quem confiar (FRIEDMAN, 2007, p. 276).

Com isso pressupõe-se que, mesmo no “mundo achatado”, onde todos terão que trabalhar juntos por meio de redes emergentes em comunidades virtuais ou não, “para forjar gradativamente algumas novas normas e novos limites para operar no mundo plano” (FRIEDMAN, p. 277) tem o Estado a tarefa de fazer parte dessa rede e de ser o protetor, de ser aquele em quem se confia.

O termo moral, que se origina do latim: *mos, mores*, e designa os costumes e tradições de uma cultura, é sempre plural. Existem muitas morais, tantas quantas culturas e estilos de vida, e todas devem estar a serviço da ética, sendo assim, moral e ética ajudam a tornar habitável o *ethos* pessoal, o *ethos* social e o *ethos* planetário (VARGAS, 2007).

Entre a moral e a ética encontram-se as leis, que regulamentam os direitos e deveres dos cidadãos. Em 1948, foi elaborada e aprovada pela Organização das Nações Unidas, a Declaração dos Direitos do Homem, do qual o Brasil é um dos países signatários, valendo-lhe como compromisso moral. Essa veio a ser referendada em 1988 pela Constituição da República Federativa do Brasil, que incorpora ao texto constitucional, importantes valores civilizatórios e conquistas sociais significativas em termos de Direitos Humanos, com vistas ao exercício de cidadania.

Cidadania é um termo moderno que adquiriu um *status* de tema indispensável na articulação das políticas públicas e da prática política da democracia. De acordo com Bedin, (2005, p. 63) é possível definir cidadania como “o status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade política e, em consequência, possuem o *direito a ter direitos*”.

Considerações finais

Uma proposta pública que contempla os aspectos da saúde coletiva não pode prescindir dos princípios éticos que balizam a humanização do Homem e a continuidade da vida no planeta Terra, principalmente entendendo que as políticas

públicas têm o poder arbitrário de afetar o bem-estar e o desenvolvimento dos seres humanos, ao determinar suas condições de vida, portanto, transformar o acesso ao lazer tal como o esporte, “em direito aplicado” por se tratar de “uma questão de ética”.

A criação de infraestrutura e de programas de esporte e lazer aproxima o munícipe quando da realização de suas atividades de lazer, como também fornece a possibilidade de mudanças nos costumes, nos valores entre grupos sociais, pelo contato de pessoas que se reúnem com o objetivo de usufruir dos programas ofertados de práticas corporais ativas e passivas.

Torna-se importante não perder de vista a função precípua das políticas públicas que é expressamente deixar algo implantado na consciência do cidadão, ou seja, um legado de legitimidade da cidadania.

O exercício da cidadania acompanha a vida de todos, porém para se alcançá-la não bastam as leis, deve a sociedade harmonizar suas diferenças e participar da sua construção usando o espaço do poder local, onde vivem as pessoas, onde se efetivam decisões políticas para atender as necessidades básicas do cidadão.

Referências

ARANHA, M. L. A; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna; 1986

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados; 1997.

BEDIN, G.A. Cidadania. In:GONZÁLEZ,F.J.;FENSTERSEIFER,P.E. (Org.).**Dicionário crítico da educação física**. Ijuí: Unijuí, 2005. p.62-65.

BRASIL, M. E. PELC catálogo, 2007-2008. **Esporte e lazer na cidade**. Brasília, out. 2008 p. 59-90.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal; 1988.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Trad. Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix; 1996.

DE MASI, D. **O ócio criativo**. Trad. de Lea Manzi. Rio de Janeiro: Sextante; 2000.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM. Artigos 22, 23, 24, 25, 26, 27.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva; 2004.

DUMAZEDIER, J. **Planejamento do lazer**: valores e conteúdos culturais do lazer. São Paulo: SESC; 1980.

FRIEDMANN, T.L. **O mundo é plano**: uma breve história do século XXI. Trad. Serra, C; Duarte, S; Casoti B. [rev. ampl.], Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos**: O breve século XX 1914-1991. 2.ed. 38. reimp. São Paulo: Companhia das Letras; 1995; Editora Schwarcz; 2008.

ISTO É ONLINE 2013. Revista online. Disponível em:
<<http://www.revistaistoonline.com>>. Acesso em: nov. 2013.

MARCASSA, L; MASCARENHAS, F. Lazer. p. 255-259. In: GONZÁLEZ, F.J.; FENSTERSEIFER, P.E. (Org.). **Dicionário crítico da educação física**. Ijuí: Unijuí, 2005. p. 253-9.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. Campinas: Papirus; 1987.

MARCELLINO, N. C. **Pedagogia da animação**. Campinas: Papirus; 1990.

MASCARENHAS, F. "Lazerania" também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. **Movimento**, v. 10, n. 2, p. 73-90, maio/ago.2004;

MASCARENHAS, F. Outro lazer é possível: desafio para o esporte e lazer da cidade. In: CASTELLANI FILHO (Org.). **Gestão pública e política de lazer**: a formação de agentes sociais. Campinas: Autores Associados; 2007. p. 17-40.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand; 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. [homepage na internet]. [acesso em 2009 Dez 09]. Disponível em: < <http://www.opas.org.br> >

PINTO, L. M. S. M. et al. O lazer. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Brincar, jogar, viver**: lazer e intersectorialidade com o PELC, v. 1, n. 1, p. 45-67, nov. 2008.

PINTO, L. M. S. M. Educar pelo e para o lazer: competências dos educadores e das educadoras. In: XII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. **Anais**. [CD-ROM] Caxambu, MG. 2001 Out 21-2. 1 CD-ROM

PIRES, G. L. Globalização da economia/mundialização da cultura. In: GONZÁLEZ, F.J.; FENSTERSEIFER, P.E. (Org.). **Dicionário crítico da educação física**. Ijuí: Unijuí, 2005. p. 215-218.

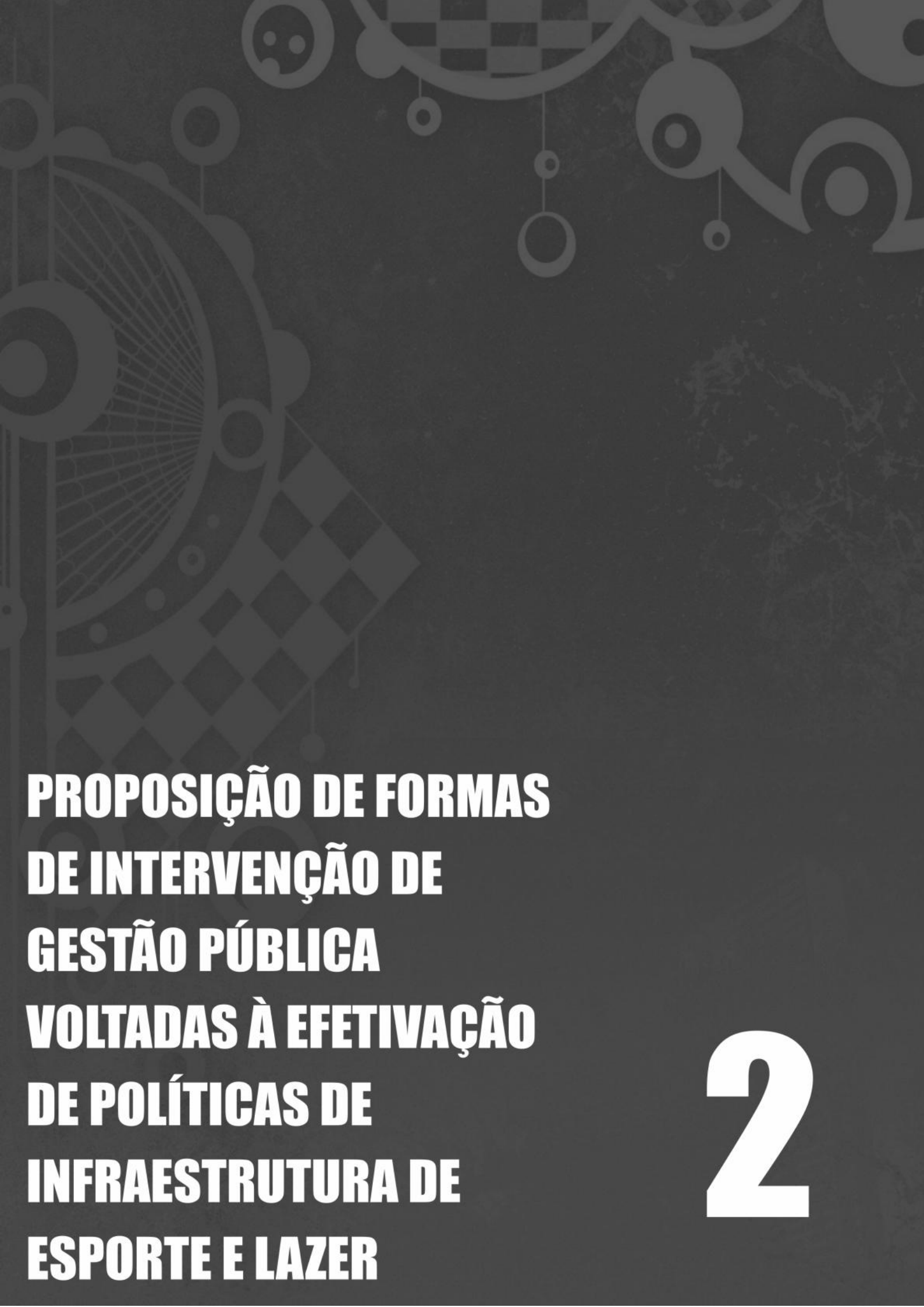
REIS, E. **Trabalho, qualidade de vida e justiça**. [Internet]. Portal Fator Brasil; 25 mar. 2008. Disponível em:
<http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=34414>. Acesso em: dez. 2009.

SOUZA, D. L. Atividade física e saúde: apontamentos para o desenvolvimento de políticas públicas. In:MEZZADRI, F. M.;CAVICHIOILLI, F.R.;SOUZA, R.L.(Org.)**Esporte e lazer**: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas. Jundiaí: Fontoura; 2006. p.131- 42.

TUBINO, M. J. G., org. **Repensando o esporte brasileiro**. São Paulo: IBRASA; 1988.

VARGAS, A. **Ética**: ensaios sobre educação física, saúde social e esporte. Rio de Janeiro: Leclus; 2007.

WERNECK, C. L. G. Educação física, lazer e mundo do trabalho: desafios para a formação e para a intervenção profissional. In: XII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. **Anais** [CD-ROM]. Caxambu, MG. 2001 Out 21-2. 1 CD-ROM



**PROPOSIÇÃO DE FORMAS
DE INTERVENÇÃO DE
GESTÃO PÚBLICA
VOLTADAS À EFETIVAÇÃO
DE POLÍTICAS DE
INFRAESTRUTURA DE
ESPORTE E LAZER**

2

**PROPOSIÇÃO DE FORMAS DE INTERVENÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA
VOLTADAS À EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA DE
ESPORTE E LAZER**

Nilton Furquim Junior
Maria Rita Bruel

Este artigo visa apresentar a proposição do estudo a partir do estabelecimento do convênio firmado entre a Universidade do Contestado e o Ministério do Esporte, por meio da Secretaria Nacional de Esporte e Lazer/Rede CEDES. A Universidade do Contestado (UnC) compõe-se de quatro campi localizados no centro oeste do Estado de Santa Catarina, abrangendo o planalto norte, planalto central e meio-oeste, na região onde se desenvolveram os episódios históricos conhecidos por “Questão do Contestado”. Esta área engloba as microrregiões do Alto Vale do Rio do Peixe e do Vale de Canoinhas, do Planalto Norte e parte das microrregiões Serrana e Alto Irani.

As políticas públicas de esporte e lazer das cidades ocupam as últimas posições numa lista de prioridades colocadas pelos governantes, muitas vezes o esporte e lazer aparecem embutidos nas políticas de educação com a justificativa da garantia de financiamento. Mesmo sendo preceito constitucional, constando no Artigo 6º e Artigo 217, ainda carece de regulamentação para seu cumprimento integral, o lazer ocupa a posição nas políticas públicas atrelado ainda à cultura, ao turismo ou à assistência social, numa clara demonstração que embora legal ainda lhe falte legitimidade.

Com isso é inquestionável a ausência de informações sobre as políticas públicas de esporte e lazer na região da 25ª SDR – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina.

Com a finalidade de subsidiar gestores públicos, professores, e pesquisadores, o Núcleo de Pesquisa em Saúde Coletiva (NUPESC), procurou identificar os espaços e equipamentos destinados à prática do esporte e lazer do conjunto de cidades que compõem a 25ª SDR, que abrange os municípios de Mafra, Campo Alegre, Itaiópolis, Monte Castelo, Papanduva, Rio Negrinho e São Bento do Sul, que se encontram no raio de 40 a 70 km distantes de Mafra, município sede do

Núcleo de Pesquisa, relacionando-os com os programas e políticas voltados para as práticas corporais estabelecidos pelos municípios, nas áreas rurais e urbanas.

O estudo foi desenvolvido pelo método de procedimento descritivo, em uma pesquisa de campo, requerendo as técnicas de entrevista, de observação e de preenchimento de formulários.

Para aquisição dos dados/informações, considerando o indicativo que os municípios não possuem informações seguras e atualizadas das estruturas de lazer e esportes e em sendo um projeto de pesquisa de identificação desses espaços e equipamentos de sete municípios, incluindo áreas urbana e rural de cada um, lançou-se mão do conhecimento e inserção dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) do Programa de Saúde da Família do Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, optamos por trabalhar em conjunto com as Secretarias Municipais de Saúde, pois o cadastro de municípios existente no banco de dados do SUS é atualizado de forma dinâmica, portanto confiável para ser utilizado em um diagnóstico da realidade.

O levantamento e mapeamento da infraestrutura (equipamentos públicos, comunitários e privados de esporte e lazer) existente na região configura um retrato da realidade física dos espaços urbano e rural de cada município pesquisado. Pretendemos acima de tudo, a partir de reflexões, contribuir de forma efetiva com o processo de formulação para políticas públicas setoriais nessa área do conhecimento.

A filosofia que move os planejadores da estrutura e funcionalidade de uma cidade é a de que esta deve ser construída para seus cidadãos. O planejamento de cada uma das ações *a priori* deve pensar o futuro, enquanto executa ações que respondem à demanda por melhoria da qualidade de vida da geração presente. Sem descuidar da continuidade, das possibilidades de correção de rumo, do planejamento integral e integrado, cada proposta de trabalho deve estar embasada fundamentalmente em duas vertentes de ação: uma que cria, consolida e organiza a infraestrutura urbana, para que ela funcione, e outra que procura ampliar o acesso a uma vida digna e com qualidade, garantindo a satisfação das necessidades materiais e culturais de seus cidadãos. Esse planejamento não inclui o espaço pertencente à zona rural de um município, ficando relegado ao modo original de sua existência, ou seja, se autogerindo e funcionando, onde não cabe o espaço do lazer.

O lazer estruturado a partir do fenômeno esportivo e de práticas recreativas deve apontar para a organização de programas e projetos que contemplem essas dimensões, aliadas à arte, à música, à comunicação, à vida na natureza, ao bem-estar e qualidade de vida, à saúde, aos cuidados com o corpo, incorporando novas formas de aprender, viver, explicar e organizar a vida social (MASCARENHAS, 2005, p. 173 apud MARCASSA; SOUZA, 2007, p. 85).

O objetivo geral da pesquisa foi identificar os espaços e equipamentos destinados à prática do esporte e lazer do conjunto de cidades que compõe a 25ª SDR, que abrange os municípios de Mafra, Campo Alegre, Itaiópolis, Monte Castelo, Papanduva, Rio Negrinho e São Bento do Sul, relacionando-os com os programas e políticas voltados para as práticas corporais estabelecidos pelos municípios, nas áreas rurais e urbanas.

A viabilização da pesquisa pautou-se no atendimento aos objetivos específicos, sendo: a)- situar nos municípios os espaços públicos e privados destinados às práticas corporais e culturais, suas peculiaridades e efetiva ocupação pelo cidadão, para o quê foi desenvolvido um formulário a ser preenchido pelos Agentes Comunitários de Saúde dos municípios pesquisados; b)- propor formas de criação e implantação dos espaços de lazer e de equipamentos públicos, com vistas à gestão pública do esporte e lazer do município; c)- propor novas formas de intervenção de gestão pública voltadas para a efetivação de políticas públicas de esporte e lazer nos municípios, para responder a estes dois objetivos foi utilizada uma entrevista semi-estruturada feita com os responsáveis pela gestão de esporte e lazer de cada município; d)- desenvolver um protocolo de análise de categorias por características, por função e ocupação, por modo de gestão dos modelos de espaços e equipamentos dos municípios propostos. Este objetivo serviu de ponto de partida para a pesquisa. O estudo de Cruz; Barbosa; Carvalho do Grupo de Pesquisa Análise e Planejamento Territorial da UNESP serviu de base e referência bibliográfica para elaborarmos um roteiro de análise e de observação para se instituir um protocolo de análise, que se compôs de: identificação, tipo, status, localização, tamanho, utilização e conservação do espaço.

Para a execução da pesquisa foi necessário um planejamento, que resultou de reuniões dos membros do grupo de pesquisadores, na contratação de estagiários e seu treinamento para a função, contatos preliminares com os representantes de cada município e elaborações dos instrumentos de pesquisa, com vistas à criação

de um protocolo de análise, reuniões de capacitação e orientação dos ACS dos sete municípios envolvidos.

Decidido o protocolo de análise para levantamento dos espaços destinados ao esporte e lazer, aplicamos um estudo piloto no município de Mafra, já contando com o apoio dos Agentes Comunitários de Saúde do Município, que são profissionais que atuam diretamente nas comunidades, conhecem e percorrem todos os domicílios e locais sob sua jurisdição.

Os objetivos específicos da pesquisa determinaram os procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo na forma de coleta de dados, elaboração de instrumentos de investigação e metodologia de análise dos resultados.

Fator limitador da pesquisa– Nem todos os municípios, no momento da coleta de dados, tinham 100% de cobertura com Agentes Comunitários de Saúde. Naqueles locais de pesquisa que faltou este profissional da Saúde o levantamento foi feito pelo grupo de pesquisadores. A limitação que mais interferiu no desenvolvimento da pesquisa foi o período de sua realização, que coincidiu com a mudança de gestão municipal, tanto o gestor que deixava o poder como aquele que o assumia não se comprometeu com a Universidade alegando que o tempo era escasso para disporem as informações e dados da pesquisa e da parte da Universidade do Contestado foi o tempo demandado para contratação de estagiários e seu respectivo treinamento. As distâncias a serem percorridas interferiram no tempo de realização da coleta de dados, que careceu de prorrogação no cronograma de execução da pesquisa.

Instrumentos da pesquisa– Serviram de instrumentos da pesquisa: um formulário para identificação dos espaços existentes, que foram preenchidos pelos ACS de cada município com a orientação e supervisão da equipe responsável pela pesquisa; um roteiro *chek-list* de espaços escolhidos de forma aleatória, preenchido pela equipe do NUPESC, após a indicação dada pelo ACS, com vistas à validação dos dados do espaço; entrevista semi-estruturada com os gestores do esporte e lazer de cada município, realizada pela equipe de pesquisa, com vistas a atender aos objetivos propostos.

Considerações Finais

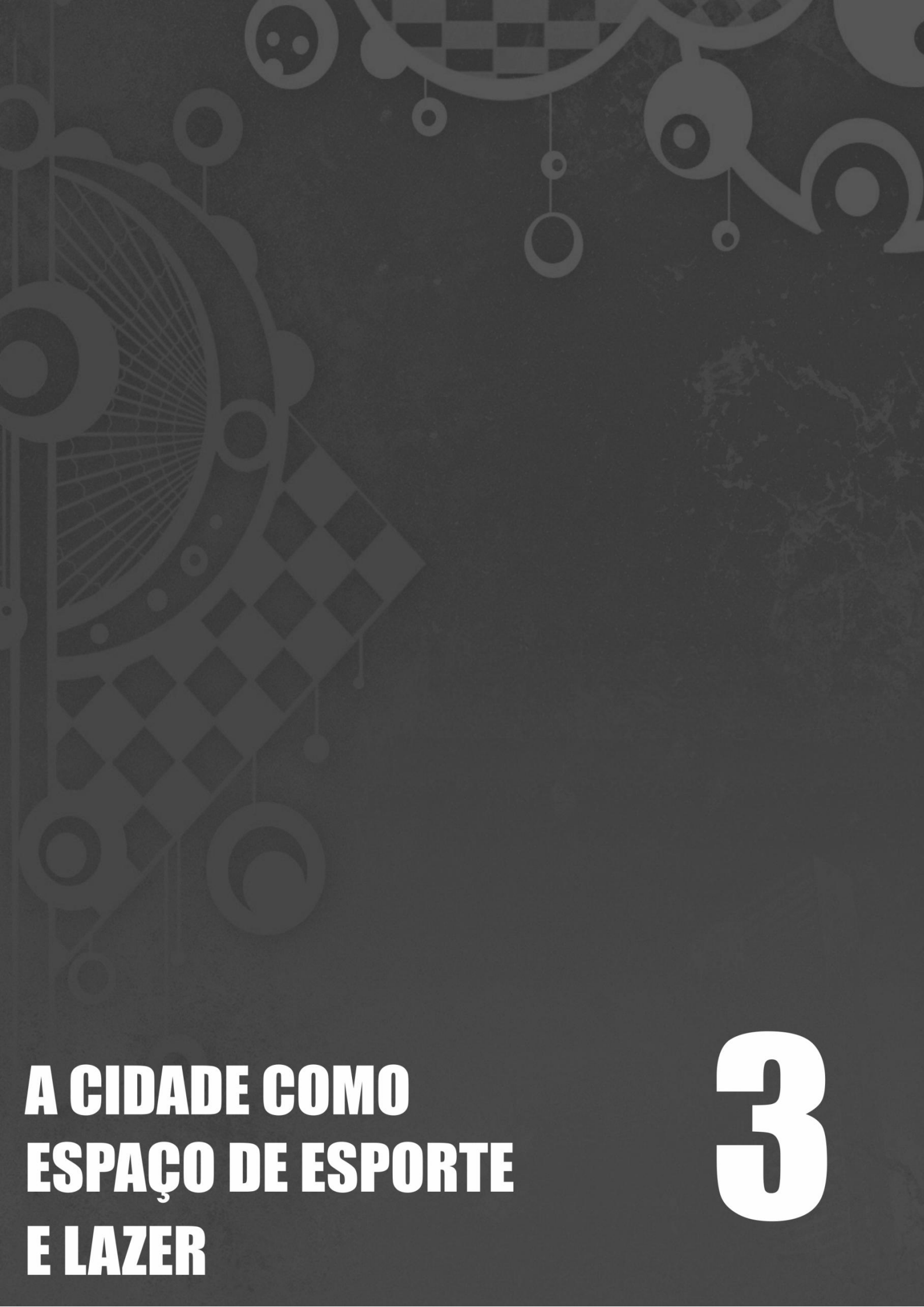
A execução de um projeto de pesquisa que envolve levantamento de equipamentos de esporte e lazer implica em um conjunto de questões, que passa desde a necessidade de se conhecer muito bem o espaço pesquisado como também o estabelecimento de critérios de análise.

Embora os municípios a serem pesquisados apresentem características comuns foi importante conhecer a singularidade e identidade de cada um, especialmente quanto ao lazer e tempo de entretenimento dos munícipes.

Referências

CRUZ, N.M.; BARBOSA, C.; CARVALHO, P.F. **Metodologia para avaliação e planejamento de espaços de lazer em cidades médias: o caso de Rio Claro-SP.** Grupo de Pesquisa Análise e Planejamento Territorial – GPAPT. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/gpapt/gpapt.htm>>. Acesso em: dez. 2012.

MASCARENHAS, F.; MARCASSA, L. Lazer. In: GONZALES, F.J.; FENSTERSEIFER, P. E. (org.). **Dicionário crítico de educação física.** Ijuí: Unijuí, 2005, p. 255-259.



**A CIDADE COMO
ESPAÇO DE ESPORTE
E LAZER**

3

A CIDADE COMO ESPAÇO DE ESPORTE E LAZER

Ademir Flores

No Brasil, a partir de 1988, o planejamento da cidade tornou-se exercício obrigatório, na medida em que a Constituição Federal (nos artigos 182 e 183) dispõe sobre a ordenação do processo de desenvolvimento das funções sociais da cidade, para garantir o bem-estar dos habitantes. Entretanto, somente em 2001, com a aprovação do Estatuto das Cidades é que foram regulamentados os artigos da Constituição sobre a função social da propriedade e da cidade – lei 10.257/01. O Estatuto da Cidade “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso de propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (cap. I, art. 1º, par. único).

Segundo Carlos (2005), a cidade pode ser concebida como uma realização humana fruto de processo histórico contínuo, cuja formação e existência vincula-se pelo menos a seis elementos: 1. divisão do trabalho; 2. divisão da sociedade em classes; 3. acumulação tecnológica; 4. produção do excedente agrícola decorrente da evolução tecnológica; 5. sistema de comunicação e 6. uma certa concentração espacial das atividades não agrícolas.

Entender o conceito de cidade implica na compreensão de um mundo globalizado, interligado por redes de comunicação, formatado em blocos econômicos e debatendo-se com as questões de ordens políticas, econômica e ambiental. Essas questões estão presentes na agenda dos países que compõem o bloco econômico da globalização, na tentativa de solucionar o problema das fontes de energia renováveis, do desemprego, da fome e da sustentabilidade da vida no planeta. As ordens política, social, econômica e ambiental, no contexto da urbanidade, incluem a necessidade de preservação do meio ambiente e de manutenção do equilíbrio da relação homem-meio-qualidade de vida.

Os direitos sociais, consagrados em diversas normas legais, são imprescindíveis à dignidade humana, pois promovem o bem-estar e desenvolvem habilidades do indivíduo e da coletividade. Entre esses direitos encontram-se aqueles relativos ao esporte e ao lazer. Essa compreensão supõe uma visão da indivisibilidade dos direitos sociais que, por sua vez, assenta-se na integridade dos sujeitos, sua complexidade e suas potencialidades sociais que atingem, através do esporte e do lazer, espaços propícios ao seu desenvolvimento, constituindo-se em

espaços de ação educativa, onde são afirmados e vivenciados valores positivos para o indivíduo e para a vida em sociedade.

No que tange ao esporte e lazer, o Estado brasileiro, em sua carta magna, assume que é seu o dever de fomentar as práticas esportivas formais e não-formais. É plenamente conhecida a importância do esporte formal e não-formal na promoção da melhoria da qualidade de vida de um povo. Inclusive, pode-se arriscar inferir que as várias “arquiteturas” de uma determinada sociedade podem refletir o grau em que a respectiva sociedade prioriza esforços no fomento às dimensões educacional, participativa e de rendimento, conforme definidas por Tubino (1992). Por mais que o gestor público, e em especial o gestor público do esporte, tenha sua individualidade como cidadão e conseqüentemente possua suas próprias concepções, é importante que esteja claro que o Estado concebe esporte educacional como sendo aquele que é praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação. Na condução das atividades nesta dimensão, deve-se evitar a seletividade e hipercompetitividade de seus praticantes, tendo os mesmos o direito de optarem pela manifestação participativa e/ou de rendimento, sendo as aulas de educação física e as atividades de desporto escolar meios poderosos de formação. Já a dimensão participativa (descrita como esporte de participação ou de lazer), é aquela em que o cidadão vivencia de modo voluntário, compreendendo as modalidades praticadas com a finalidade de contribuir para a integração e a qualidade de vida dos praticantes. O esporte de rendimento (que pode ser organizado de modo profissional ou não profissional) é caracterizado por ser praticado segundo as regras desportivas, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados (performance atlética).

A limitada concepção de que esporte é a mesma coisa que competição, e que lazer é apenas brincadeira, pode até representar o entendimento de uma pessoa leiga ou desinformada. Entretanto, o gestor público do esporte e lazer (responsável pelo fomento da administração pública à prática esportiva em suas diversas manifestações) não pode dar-se ao luxo, ou ao capricho irresponsável, de utilizar integralmente a máquina administrativa do Estado para atender apenas um determinado segmento, deixando desamparadas as outras dimensões do universo esportivo.

As políticas de esporte e lazer precisam ser articuladas com políticas de garantia de renda mínima, trabalho, provisão de serviços para a família, saúde e

educação, planejamento urbano, transporte, e cultura. Além disso, é considerado como imprescindível a construção, a manutenção e o uso de espaços e equipamentos específicos e adaptados para as práticas de esporte e lazer, de modo a gerar oportunidades diversificadas de vivências de conteúdos culturais que atendam a interesses físicos, esportivos, artísticos, sociais, intelectuais, tecnológicos, turísticos, de atividade na natureza, dentre outros requeridos pela população.

Neste contexto, o papel do gestor público como elemento catalisador do desenvolvimento social torna-se crítico. Segundo Bittar (2002, p. 25-26), o gestor público, em sua função política, está à frente de cinco desafios consecutivos, independente de sua área de atuação. São eles: 1. Organizar o espaço público, objetivando o melhor convívio social; 2. Definir formas de gerenciamento da coisa pública e dos recursos a ela ligados; 3. Estabelecer estratégias de definição dos critérios para o alcance de fins comuns; 4. Conduzir a eleição das molas propulsoras do desenvolvimento da sociedade; 5. Proporcionar a definição de ideologias que predominarão na construção da arquitetura da sociedade.

Bonalume (2007, p.94) acredita que mais do que oferecer programas e atividades, uma política pública precisa criar condições para que o lazer passe a ser um valor indispensável na vida das pessoas, mudando a qualidade dessa vida, e fazendo com que a população passe a buscar este direito, junto ao poder público.

Um dos canais possíveis para isso é a implantação de políticas setoriais de lazer, devidamente conectadas com as demais áreas socioculturais. A manutenção e animação de equipamentos de lazer e esporte podem ser instrumentos importantes na re-significação do espaço urbano. A existência de parques nas cidades torna-se, assim, de extrema importância para o lazer da população. Porém, muitas vezes falta espaço para a construção destes parques. Essa falta de espaços de lazer contribui para o enclausuramento das pessoas, que, por não terem opções de lazer nos logradouros públicos, acabam gastando seu tempo disponível em ambiente doméstico. Assim cresce o lazer doméstico, amparado nas possibilidades individuais eletrônicas, que contribui para que as pessoas busquem somente o lazer entretenimento, deixando de lado o lazer convivência social. Mas esse processo não é só resultado da falta de espaços para o lazer. A violência das cidades também contribui com isso. Para lutar contra esta individualização do lazer, é necessário que

cada vez mais o poder público crie políticas de lazer que possam dar mais ênfase aos espaços e equipamentos.

Já Marcellino (2002a) considera que no processo de planejamento de um equipamento específico de lazer, antes de sua construção, é preciso conhecer quais são as aspirações e necessidades da comunidade em questão. Assim, é possível saber que tipo de equipamento construir e que aspirações atender em termos de conteúdos culturais. Se os equipamentos específicos de lazer são necessários, a adaptação e utilização de equipamentos não específicos subutilizados são mais prementes ainda.

Nesse sentido, vale lembrar: 1. A necessidade de desenvolvimento de uma política habitacional, que considere, entre outros aspectos, também o espaço para o lazer; 2. A consideração da necessidade da utilização dos equipamentos não específicos para o lazer, através de uma política de animação; 3. A preservação de espaços urbanizados “vazios”.

Para a avaliação das condições visando à formulação de políticas públicas de Esporte e lazer, Granja (2004) sugere que os principais elementos críticos estão representados pelos recursos humanos, materiais e financeiros, bem como pela infraestrutura, legislação do setor e modelo de gestão democrática que efetive a participação crítica da população e haja controle social. Para Echer e Bonalume (2004), os canais efetivos de participação popular que estabelecem uma interface Estado-Sociedade são: 1. Conselhos de Desporto; 2. Conferências de Esporte e Lazer; 3. Orçamentos Participativos Regionais; 4. Plenárias Temáticas de Esporte, Cultura e Lazer e 5. Congressos da Cidade.

No que se refere à co-gestão dos equipamentos públicos de esporte e lazer usados pela sociedade, Onzi (2004) propõe a instauração de Conselhos de Gestores, devendo esse processo perpassar pelas seguintes etapas: 1º) identificação de áreas e equipamentos públicos de esporte e lazer; 2º) diagnóstico da situação de cada área, no que diz respeito à manutenção e a forma de utilização; 3º) mapeamento das áreas que apresentam dificuldades no gerenciamento; 4º) reuniões com as comunidades para discutir o uso dos espaços e equipamentos em parceria com o poder público; 5º) montagem de um conselho gestor com representantes das entidades organizadas das comunidades; 6º) reuniões mensais do conselho para discutir a utilização, manutenção e ampliação dos espaços.

As políticas urbanas garantem o espaço público para o lazer, mas não é apenas a construção de quadras e ginásios que representam o desejo da população. A disponibilidade de equipamentos esportivos por si só não garante a vivência do lazer. É preciso um planejamento destes espaços que entre outros fatores, otimize seu uso, incentive o acesso a um maior número de pessoas e zele pela sua conservação.

Nesse sentido, a animação sociocultural desempenha também um papel fundamental neste processo. Isayama (2003, p. 72) afirma que a animação sociocultural, assim, busca se alicerçar na vontade social e no compromisso político-pedagógico de promover mudanças nos planos culturais e sociais. De acordo com Carvalho (2007) as políticas públicas de lazer, na maior parte das vezes se limitam ao campo esportivo e se resumem à distribuição de materiais esportivos, atividades e construção de equipamentos, não se preocupando com a participação comunitária. Para ele, estas políticas são utilitaristas na medida em que oferecem atividades prontas e não favorecem a criatividade e a criticidade dos indivíduos participantes, tornam-se apenas uma "válvula de escape".

O lazer deve ser considerado como um tempo privilegiado de vivência lúdica, em que é possível os indivíduos construírem sua história e vivenciarem valores que contribuam para ordem moral e cultural através das atitudes vividas e pela relação cidadã ocorrida neste tempo (FERNANDES; MAIA, 2007).

Política Pública de Esporte e Lazer

No que se refere à política de lazer é preciso observar que ela está, no essencial, vinculada à prática do desporto, considerada esta característica, deve se ter por base o regime de colaboração entre a união, os estados e municípios, com ênfase na municipalização, consolidando o esporte e o lazer como direitos sociais e guiando-se pelos princípios da democratização e inclusão social.

De acordo com as propostas da Fundação João Mangabeira para Políticas Públicas: Elementos para Organização do Programa de Governo (BRASÍLIA, 2012), a estruturação da política deve ter por fundamento a cogestão de infraestrutura esportiva e de lazer, com a participação do poder público – nas suas três esferas -, da iniciativa privada e do terceiro setor, com preocupação, principalmente, na preservação de espaços físicos nos municípios brasileiros para a construção de

equipamentos e instalações esportivas, de lazer e parques, levando-se em conta as proporcionalidades demográficas e as potencialidades municipais, visando: 1. a identificação, democratização, otimização e modernização do uso dos espaços existentes; 2. a descentralização na construção de novos espaços, corrigindo desigualdades históricas entre as regiões; 3. a garantia do acesso à prática esportiva e de lazer em todas as suas dimensões, em especial às pessoas com deficiência, pessoas com necessidades especiais, idosos e outros, independentemente de gênero e etnias, com apoio/suporte de profissionais especializados quando se fizer necessário.

As Secretarias/Departamentos/Fundações deverão prever e garantir legalmente no município, a realização de Fóruns periódicos que abordem temáticas do Esporte e do Lazer para analisar e discutir as políticas públicas do setor, ampliar o controle social sobre elas e apontar diretrizes que as orientem, tais como: 1. garantir, por meio de concursos públicos, espaço para profissionais de educação física e demais trabalhadores do esporte e do lazer, em suas respectivas áreas de atuação, com plano de carreira definido; 2. desenvolver o esporte e o lazer em todas as dimensões, garantindo o acesso às pessoas com deficiência e idosos; 3. planejar e realizar eventos de esporte e lazer baseado em calendário aprovado junto aos respectivos conselhos, com elaboração de relatórios que possam subsidiar e difundir futuros avanços, bem como a produção do conhecimento na área; 4. garantir a interface setorial e transversal com outras áreas afins (saúde, educação, meio ambiente, turismo, cultura, segurança, entre outras); 5. descentralizar o poder garantindo a representatividade dos segmentos comunitários e sociais, prioritariamente àqueles envolvidos com o esporte e com o lazer; 6. utilizar-se do planejamento participativo e fundar-se no controle social, caracterizados pelo trabalho conjunto com os conselhos de esporte, tanto no repasse de recursos, quanto na construção da política, pautando-se no planejamento estratégico; 7. participar na construção e consolidação dos Planos Diretores Municipais.

Para democratização das políticas de esporte e lazer os municípios devem pensar na criação de seus Conselhos Municipais de Esporte e Lazer que deverão ser compostos por representantes do Poder Executivo Municipal, Poder Legislativo Municipal e Representantes da Sociedade Civil, com atribuições de: 1. participação na elaboração do PPA – Plano Plurianual para a destinação orçamentária de verbas, fiscalizando sua utilização para o esporte e lazer; 2.

definição de metas e desafios relacionados à construção de uma política pública de esporte e lazer, pautada no princípio da inclusão; 3. avaliação de projetos e programas de esporte e de lazer que compõem as políticas públicas de esporte e lazer; 4. identificação das demandas sociais esportivas e de lazer; 5. identificação das demandas sociais da atuação dos agentes do Esporte e Lazer; 6. acompanhamento e assessoramento da implementação dos projetos de esporte e lazer no espaço público e privado; 7. monitoramento, acompanhamento e prestação de contas na política de esporte e lazer; 8. estímulo à pesquisa sobre projetos e programas sociais do esporte e lazer; 9. atendimento ao princípio da promoção de políticas e ações intersetoriais; 10. realização de pesquisas diagnósticas sobre a viabilização de programas de metas físicas (construção de equipamentos); 11. promoção, capacitação e qualificação dos profissionais e agentes do sistema, levando em conta as diferenças regionais e culturais.

Sobre os objetivos a serem alcançados pelas políticas públicas de lazer, Santovito (1988) cita a melhoria da qualidade de vida, pressupondo a adoção de uma visão humanística do fenômeno urbano, onde a cidade é o *habitat*, o lugar em que o homem vive e aspira também o lazer. Prevê ainda a ordenação e ocupação do território, bem como a localização estratégica dos equipamentos de lazer para que sirva de estímulo à sua utilização.

As políticas públicas de lazer têm potencial de interferir na realidade social, minimizando, alguns dos efeitos nocivos do ritmo e forma de vida mais característicos das sociedades atuais, não apenas como compensação ou remédio paliativo que ajuda a atenuar problemas, mas de uma maneira que leve também os cidadãos a uma reflexão crítica sobre os valores desta mesma sociedade.

Um problema, citado por Marcellino (1996) e Bramante (1999), é o fato da política de lazer resumir-se a uma política de atividades, que na maioria das vezes acaba por constituir eventos isolados, e desconectados entre si, sem o devido planejamento e a necessária avaliação quantitativa e qualitativa de resultados. Isto é, serviços caracterizados por atividades que perpetuam o individualismo, a competição e a convivência em uma sociedade polarizada pelos desiguais, ao invés de uma vivência consciente onde seja valorizadas a solidariedade, a cooperação e a visão de uma sociedade mais justa. Mas as pesquisas também têm contribuído para mostrar experiências bem sucedidas e sugerir soluções, como as citadas por Marcellino (2001), onde ele coloca a necessidade de um trabalho integrado

intersecretarias, ou seja, requer uma necessidade de interdisciplinaridade ou, pelo menos, de pluridisciplinaridade, uma vez que o lazer está ligado à educação, à saúde, à habitação, ao transporte, ao serviço social.

Esta mesma questão já foi desenvolvida por Gutierrez (2001), onde se propõe um modelo matricial para a gestão das políticas de lazer, no qual seriam desenvolvidos projetos em conjunto com os outros setores da administração pública, por meio de uma coordenação múltipla ou de uma gerência específica para cada projeto.

As Reformas Gerenciais na Gestão Pública

O aparato estatal no Brasil vem passando por inúmeras transformações nos últimos anos, envolvendo maior diversidade e maior complexidade nos ambientes interno e externo, que levam a um constante reposicionamento de seus diferentes agentes sociais.

A municipalização, globalização, revolução tecnológica e polarizações econômicas, que vêm acentuando o abismo entre ricos e pobres, compõe o universo que atualmente se depara a administração pública. Nesse universo não são poucos os problemas que dificultam a capacidade de intervenção estatal. Marini e Martins (2005, p. 236) apontam a fragmentação como uma das categorias centrais destes problemas, pois se trata de uma condição crítica que se refere a: “[...] falhas de coerência (políticas e programas que não convergem com objetivos comuns), de coordenação (dificuldade para articular e convergir ações) e de consistência (ações que se anulam reciprocamente)”.

Ao propor uma metodologia de gestão para o trabalho interdisciplinar em saúde pública, Gastão Campos e Ana Domitti (2007) descrevem obstáculos epistemológicos e estruturais que se apresentam àqueles que se dispõem a enfrentar os aspectos negativos gerados pela fragmentação nas políticas públicas: Obstáculos estruturais, relacionados ao elevado grau de departamentalização, à lógica corporativa e das profissões; Obstáculos decorrentes do excesso de demanda e da carência de recursos; Obstáculo político e de comunicação, que consideram a concentração de poder em algumas funções e a restrição à circulação de informações e contatos interprofissionais; Obstáculo subjetivo e cultural, relativo à indisposição subjetiva em se lidar com a incerteza, receber e fazer críticas e para a

tomada de posição de modo compartilhado. Também não há cultura organizacional entre os gestores sobre métodos para programar trabalho integrado; Obstáculo ético, diz respeito, em saúde, à privacidade da história do paciente, da família ou de grupos que o trabalho matricial poderia trazer alterações; Obstáculo epistemológico, ligado ao predomínio da racionalidade biomédica, que se baseia num referencial sobre o processo de saúde e doença restrito bem como outros referenciais.

Humberto Martins (2005) ao questionar-se sobre quais fatores estruturais explicam determinado grau de fragmentação dos processos de implementação de políticas, resume sua resposta do seguinte modo:

[...] a principal proposição causal/ associativa de uma teoria da fragmentação de políticas públicas dá-se entre estruturas e processos: arranjos estruturais fragmentadores geram processos fragmentadores, que, por sua vez, geram políticas fragmentadas.

Diante deste quadro, buscar formas inovadoras para dar conta de suas novas responsabilidades, bem como para superar as características críticas peculiares de seu padrão organizacional faz se necessário para criar o reconhecimento do governo municipal, no Brasil, como uma unidade básica de acumulação social (DOWBOR, 1996).

Este novo papel do Estado no âmbito local, protagonista, destaca também a importância em se implementar novos arranjos internos no aparato estatal, vislumbrando a criação de inteligência estratégica que, por meio de articulações intersetoriais, promova ações conjuntas entre os diferentes programas de um mesmo município, otimizando a organização da administração direta, tornando-a mais horizontal, diminuindo a fragmentação entre seus órgãos funcionais e maximizando a coordenação, a consistência e a coerência na aplicação dos recursos públicos.

Pensar a administração pública como matriz remete-nos inicialmente, considerado o sentido literal do termo, a imaginá-la como o lugar no qual algo se gera ou se cria. Vislumbra-se o governo matricial como uma plataforma de implementação voltada para resultados de desenvolvimento, que se baseia na definição e no gerenciamento intensivo de pontos nodais entre programas e organizações. (MARINI; MARTINS, 2005).

Desde a década de 1980 as reformas gerenciais surgiram na pauta de governos de países como Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia. As reformas gerenciais, oriundas do contexto da Nova Gestão Pública, propõem, de maneira geral, uma gestão pública dotada das seguintes características (HOLMES; SHAND, 1995; HOOD; JACKSON, 1991): caráter estratégico ou orientado por resultado do processo decisório; descentralização; flexibilidade; desempenho crescente e pagamento por desempenho/produktividade; competitividade interna e externa; direcionamento estratégico; transparência e cobrança de resultados (accountability); padrões diferenciados de delegação e discricionariedade decisória; separação da política de sua gestão; desenvolvimento de habilidades gerenciais; terceirização; limitação da estabilidade de servidores e regimes temporários de emprego; e, estruturas diferenciadas.

A partir das iniciativas pioneiras dos países citados, reformas gerenciais na gestão pública ocorreram em muitos outros lugares. No Brasil, o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, foi precursor neste campo, em 1995, com o Plano Diretor de Reforma do Estado e outras ações desenvolvidas. Em 2003, uma segunda onda de reformas gerenciais se iniciou no âmbito dos estados brasileiros, com o projeto Choque de Gestão em Minas Gerais. Alguns anos depois, a cidade de Curitiba estabelece um modelo de gestão para resultados que se pode caracterizar como o início da terceira onda de reformas gerenciais no Brasil, a ocorrer nos municípios brasileiros.

Ressalta-se que a ênfase na gestão para resultados é própria das chamadas reformas de segunda geração da administração pública. As reformas de segunda geração enfatizam o bem estar da população de forma integrada à responsabilidade fiscal e aos ganhos de eficiência, tendo como alicerces transformações estruturais e não a mera redução de despesas, foco das reformas de primeira geração. (MARINI; MARTINS, 2004)

O modelo de gestão para resultados da cidade de Curitiba se fundamentou em duas metodologias de gestão já adotadas com sucesso em diversas ocasiões na administração pública brasileira e internacional: o Governo Matricial e o *Balanced Scorecard*.

O Governo Matricial é uma metodologia desenvolvida por Marini e Martins, que tem como objetivo equacionar duas falhas enfrentadas pelos governos na busca por resultados de desenvolvimento: a baixa capacidade de implementação e a

fragmentação das políticas públicas. No que tange à capacidade de implementação das estratégias governamentais, pode-se afirmar que por muito tempo esta foi uma dimensão renegada da gestão de políticas públicas, a qual enfatizou a formulação e a avaliação (RUA e CARVALHO, 1998). No entanto, a formulação de uma política não assegura a sua implementação, o que pode ser exemplificado por um estudo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, citado por Marini e Martins, que demonstra que 70% dos programas do Plano Plurianual do governo brasileiro apresentaram desalinhamento entre resultados esperados e as respectivas ações e metas físicas e financeiras para sua consecução.

A metodologia do Governo Matricial busca sanar os problemas expostos acima por meio de três elementos principais: 1. Elaboração de uma agenda estratégica, que deve expressar os principais resultados desejados pela organização e as iniciativas que necessitam ser realizadas para o alcance destes resultados; 2. Alinhamento da arquitetura governamental, cujo objetivo é a integração entre as iniciativas contidas na agenda estratégica e as organizações e unidades responsáveis por implementá-las, incluindo os seus processos, quadro de pessoal, recursos financeiros e informacionais. 3. Criação de uma central de resultados, responsável pelo monitoramento intensivo dos resultados e iniciativas previstos na agenda estratégica, bem como das responsabilidades das organizações incumbidas da implementação da agenda.

As informações geradas pela central de resultados têm como objetivo subsidiar a tomada de decisões em um ciclo curto de tempo, possibilitando a correção de rumos em tempo hábil, de forma que a organização seja capaz de atingir os resultados desejados.

A nova arquitetura governamental voltada para resultados proposta pelo Governo Matricial prevê três formas de promover o alinhamento das organizações à agenda estratégica, usadas muitas vezes de forma combinada: 1. a pactuação de compromissos entre as organizações responsáveis pela implementação da agenda; 2. o redesenho de processos, estruturas e competências regimentais; 3. a implementação de modelos de gestão de projetos para projetos e programas transversais.

Desta forma, a metodologia do Governo Matricial busca superar as limitações das lógicas predominantes na gestão pública atualmente a lógica funcional, que tende a fragmentar processos de agregação de valor por áreas temáticas,

dificultando o tratamento de questões transversais e o foco em resultados sistêmicos, e a lógica programática, que, por si só, não assegura a coerência e a coordenação entre as ações necessárias à implementação dos programas.

Gestão Pública Local do Esporte e Lazer

Para proposição de novas formas de intervenção de gestão pública voltadas à efetivação de políticas de infraestrutura de esporte e de lazer nos municípios da 25ª Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – SDR, e para conhecermos como ocorrem as ações nestas áreas, tendo como referência o Projeto “Diagnóstico das Políticas Públicas para o Esporte e Lazer no Estado do Paraná” realizado pelo Centro de Pesquisas do Esporte, Lazer e Sociedade (CEPELS, 2011) da Universidade Federal do Paraná, procurou-se identificar os principais aspectos relativos à forma de gestão, estrutura organizacional, e programas, projetos, eventos de esporte e lazer dos municípios.

Preliminarmente fez-se um levantamento através das Agentes Comunitárias de Saúde – ACS, das estruturas e locais destinados ao lazer e esportes dos municípios. Também foi utilizado roteiro de entrevista semi-estruturada para identificar a estrutura administrativa, a gestão pública os programas, os projetos e eventos dos municípios relativos ao esporte e lazer de cada município, cópias de projetos, folderes, cronogramas de atividades e outros documentos disponibilizados, foram considerados como fontes de informações complementares às entrevistas.

Para entendermos como ocorrem as ações no esporte e lazer nos municípios procuramos delimitar a estratégia organizacional em três eixos básicos (administrativo, gestão pública e programas). Tendo como relação a estrutura administrativa, não identificou-se Secretaria específica de Esportes e Lazer nos municípios pesquisados, e sim estruturas conjuntas com outras áreas de interesse social, como educação, cultura, turismo, não seguindo, aparentemente, nenhuma regularidade nessa organização. Estas estruturas (Departamentos, Fundações de Esportes), são responsáveis pela elaboração das políticas públicas de esporte e lazer. A não estruturação de secretaria específica para a área, e a estrutura administrativa conjunta com outras áreas de intervenção, pode gerar uma laguna conceitual do que é esporte e lazer, levando a justificação das ações nesta área

pela vontade dos dirigentes, que via de regra são refens de uma influência histórica de políticas utilitaristas e ativistas.

Outro aspecto que influencia no desenvolvimento das áreas, refere-se a composição dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer. Percebemos que, independentemente do tamanho da cidade ou de seu desenvolvimento sócioeconômico o número de profissionais é pequeno em relação as reais necessidades efetivas para se ter uma relação efetiva entre número da população e agentes do esporte e lazer, bem como para efetivação do programas e projetos existentes e propostos.

Com exceção do município de Campo Alegre, os demais municípios não possuem os Conselhos Municipais de Esportes e Lazer, o que restringe a participação popular na discussão e elaboração das políticas públicas da área. A incorporação do esporte e lazer como direito do cidadão depende da participação da sociedade nas ações públicas, sendo um dos caminhos a criação dos Conselhos Municipais de Esportes e Lazer.

Para sustentar o planejamento nas estruturas municipais de esporte e lazer, de forma eficiente e estruturada, é indispensável a presença de um plano de governo norteador, necessário para determinar e sustentar os objetivos e metas traçados para a gestão. Não se identificou claramente, um plano de gestão que pudesse, de alguma forma, nortear suas ações.

A não existência de um planejamento predeterminado e sem a participação direta da sociedade na construção das políticas públicas, leva a decisão e implementação de ações no esporte e lazer pela demanda e vontade de seus dirigentes.

Fator relevante para a gestão esportiva e de lazer dos municípios são as parcerias estabelecidas entre o poder público e instituições como clubes, escolas, associações, empresas, organizações não governamentais (ONGs), entre outros. Estas parcerias, que apoiam os municípios, ocorrem de diversas formas como cessão de espaços, apoio material, premiação, e em alguns casos patrocínios para equipes ou atletas. O município também auxilia instituições, normalmente, através de repasse de verbas, cessão de espaços esportivos e premiação. Este apoio poderia se maior, caso nos municípios pesquisados existisse lei municipal de incentivo ao esporte e lazer. Neste sentido, alguns municípios indicaram a presença de financiamento do governo federal, governo estadual, e iniciativa privada,

entretanto os recursos financeiros para financiamento do setor são essencialmente municipais e embora o valor orçamentário destinado ao esporte e lazer não retratem a sua verdadeira importância para o cidadão e para a sociedade.

Com relação aos programas, projetos e eventos em andamento nas estruturas municipais, verificamos que todas as cidades têm um calendário extenso de ações durante o ano, entretanto a grande maioria está relacionada ao esporte de rendimento. Embora encontremos algumas ações como ruas de lazer, passeios ciclísticos, caminhadas, a diversidade de propostas está relacionada às modalidades esportivas. Quanto às atividades ofertadas para pessoas portadoras de necessidades especiais, município como Rio Negrinho oferece programas pontuais. Ações direcionadas a terceira idade normalmente acontecem em conjunto com as Secretarias da Saúde e da Assistência Social.

Em contrapartida, quando questionados sobre os projetos nas áreas de esporte da natureza, radicais urbanos, encontramos ações em Campo Alegre como escalada esportiva em rocha e indoor, em Mafra Bike Tur que ocorre no interior do município e Down Hill no centro. O skate aparece como esporte radical praticado na área urbana das cidades pesquisadas. Normalmente são alguns eventos isolados organizados pelas prefeituras com apoio de patrocinadores. A falta de projetos permanentes pode ser consequência de que as gestões públicas não realizam projetos nestas áreas ou a ruptura entre um mandato e outro tenha prejudicado sensivelmente o desenvolvimento do esporte e lazer.

Independente do seu tamanho, todos os municípios participam dos jogos oficiais de Santa Catarina promovidos pela Fundação Catarinense de Esportes – Fesporte (JASC, JOGUINHOS ABERTOS, OLESC, JESC, MOLEQUE BOM DE BOLA, PARAJASC, PARAJESC, JASTI, DANÇA CATARINA), competições essas que acabam influenciando na definição das políticas públicas de esporte e lazer, uma vez que estes eventos normalmente ocorrem no mínimo em três fases: micro-regional, regional e estadual, demandando das cidades muito esforço e aporte financeiro, ratificando dessa maneira, a hiper valorização do esporte de rendimento.

Considerações finais

As análises realizadas nos levam a refletir sobre a necessidade da definição de um conceito básico do esporte e lazer, para não continuar a tratá-los de forma fragmentada, sem reconhecer suas diversas dimensões, saindo do conceito que esporte é a mesma coisa que competição, e que o lazer é apenas brincadeira.

O número não significativo de profissionais trabalhando nesta área, é uma prática comum nos municípios, independentemente do tamanho da cidade e sua realidade sócio econômica. Este número reduzido de profissionais e a não existência de Conselhos Municipais de Esportes, exceto na cidade de Campo Alegre, restringe o controle e a participação popular, em contribuir significativamente para a definição de um conceito básico do esporte e lazer. Esta falta de definição, também contribui para não elaboração de um plano de governo norteador.

A percepção é que os municípios pesquisados utilizam o Plano de governo de campanha eleitoral sem considerar o que está preconizado nos planos diretores dos seus municípios. Não se identificou nenhum planejamento consistente que pudessem determinar e sustentar os objetivos e metas traçados para a gestão do esporte e lazer.

Nesta perspectiva uma proposta de um modelo matricial para a gestão de políticas de esporte e de lazer, pode ser uma boa opção para o desenvolvimento conjunto com outros setores da administração pública, por meio de uma coordenação múltipla ou de gerência específica para cada projeto. Para efetivação deste modelo é importante um melhor aparelhamento dos setores responsáveis pelo esporte e lazer, tanto nas estruturas físicas, nos recursos financeiros e humanos. Estruturas estas, via de regra, são destinadas a prática dos esportes tradicionais (futebol, futsal, voleibol e basquetebol).

As opções de lazer normalmente acontecem por promoções das associações comunitárias e/ou pela iniciativa privada. Uma questão importante, com o reconhecimento da importância da Atividade Física para saúde das pessoas, e o aumento da longevidade da população o investimento em estruturas e programas para Terceira Idade tem acontecido, como exemplo as ATIs (Acadêmias da Terceira Idade), mas mais por iniciativa das Secretárias de Saúde e Assistência social, do que pelo Esporte e Lazer.

Este é um estudo inicial, que teve como um fator limitante o início de novas gestões municipais, dos sete municípios pesquisados seis tiveram elegido novos prefeitos, que resulta naturalmente, em uma demanda maior de tempo para se obter determinada informações, tendo em vista a formação de novas equipes e propostas de governo. É necessária a continuação da pesquisa, na busca de novas informações e indicadores que venham contribuir para uma melhor organização das informações existentes, bem como dar subsídios para elaboração das políticas públicas e de gestão do esporte e lazer nos municípios pesquisados.

Referências

BITTAR, Eduardo C.B. **Doutrinas e filosofias políticas**: contribuições para a história da ciência política. São Paulo: Atlas, 2002. p. 271.

BONALUME, C.R. Controle social das políticas de esporte e lazer. In: MAIA, L.F.S.; OLIVEIRA, M.V.F.; MENDES, M.I.B.S (Org.). **Poder Público, terceiro setor e controle social**: interfaces na construção de políticas de esportes e lazer. Natal: CEFET, 2007. p. 77- 97.

BONALUME, Cláudia Regina. Políticas públicas de esporte e lazer nos programs de governo. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 16,2004, Salvador/BA. **Anais...** Salvador, 2004. p.410-418.

BRAMANTE, Antonio Carlos. Formulação de uma Política Setorial de Lazer: Avaliação contextual do Distrito Federal. **Revista Conexões**. v. 1, n.2, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal; 1988.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei n.10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília/DF, 2001.

BROSE, Markus (Org.).**Metodologia participativa**: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editora, 2001. 312p.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; DOMITTI, Ana Carla. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde.**Cad. Saúde Pública**,v. 23, n. 2, p. 399-407, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007000200016>>. Acesso em: dez. 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CARVALHO, A.A.N. Reflexões políticas e participação do eu transformador, estudo de caso: programa multicultural em Recife. In: MAIA, L.F.S.; OLIVEIRA, M.V.F.;

MENDES, M.I.B.S (Org.). **Poder Público, terceiro setor e controle social: interfaces na construção de políticas de esportes e lazer.** Natal: CEFET, 2007. p. 98 - 122.

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

ECHER, Silvana Regina; BONALUME, Claudia Regina. Canais de participação popular em Caxias do Sul. In: IV Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer. **Anais...** Prefeitura de Caxias do Sul/Ministério do Esporte/Faculdade da Serra Gaúcha. Rio Grande do Sul, 2004. p. 4.

GRANJA, Eduardo J. Sistemas esportivos e formas de incentivos ao desenvolvimento do esporte e lazer. In: IV Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer. **Anais...** Prefeitura de Caxias do Sul/Ministério do Esporte/Faculdade da Serra Gaúcha. Rio Grande do Sul, 2004. p. 7.

GUTTIERREZ, G.L. **Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas:** Campinas: Autores Associados, 2001.

HOLMES, M.; SHAND, D. Management reform: some practitioner perspectives on the past ten years. **Governance**, v.18, n. 4. 1995.

HOOD, C.; JACKSON, M. **Administrative argument.** Aldershot: Dartmouth. 1991

ISAYAMA, Hélder F. et al. **Gestão de políticas de esporte e lazer: experiências, inovações, potencialidades e desafios,** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p 123-135.

ISAYAMA, Hélder F. O profissional da Educação Física como intelectual: atuação no âmbito do lazer. In: MARCELLINO, N. C (Org.). **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte: para atuação em políticas públicas.** Campinas: Papirus, 2003. p.59 – 80.

MAIA, L.; OLIVEIRA, M.; LIMA, D. Lazer, política pública e inclusão social; um possível agente de transformação da realidade: o caso do PELC. In: MAIA, L.; OLIVEIRA, M.; LIMA, D (Org.). **Políticas de lazer e suas múltiplas interfaces no cotidiano urbano.** Natal: CEFET, 2007. p. 79 – 91.

MARCELLINO, N.C. **Políticas públicas setoriais de lazer.** Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In: MARCELLINO, N.C. (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas.** Campinas: Autores Associados, 2001.

_____. **Estudos do lazer: uma introdução.** 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

_____. **Políticas Públicas de lazer.** Campinas, SP: Alínea, 2008.

MARINI,C., MARTINS, H. **Um governo matricial**: estruturas em rede para geração de resultados de desenvolvimento. Madri, 2004. Trabalho apresentado no Congresso Interamericano do CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, 9. Madri, nov. 2004.

MARTINS, Humberto F. Emancipação do Direito Público no Brasil. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado**, Salvador, n. 5, mar./maio, 2006.

MIRANDA, Monalisa de. et al. As políticas públicas esportivas do Rio Grande do Norte no ano de 2001. In: FÓRUM BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIA DO ESPORTE. 1., 2002, Minas Gerais. **Anais...Minas Gerais**: Universidade Federal de Viçosa, 2002. p. 376.

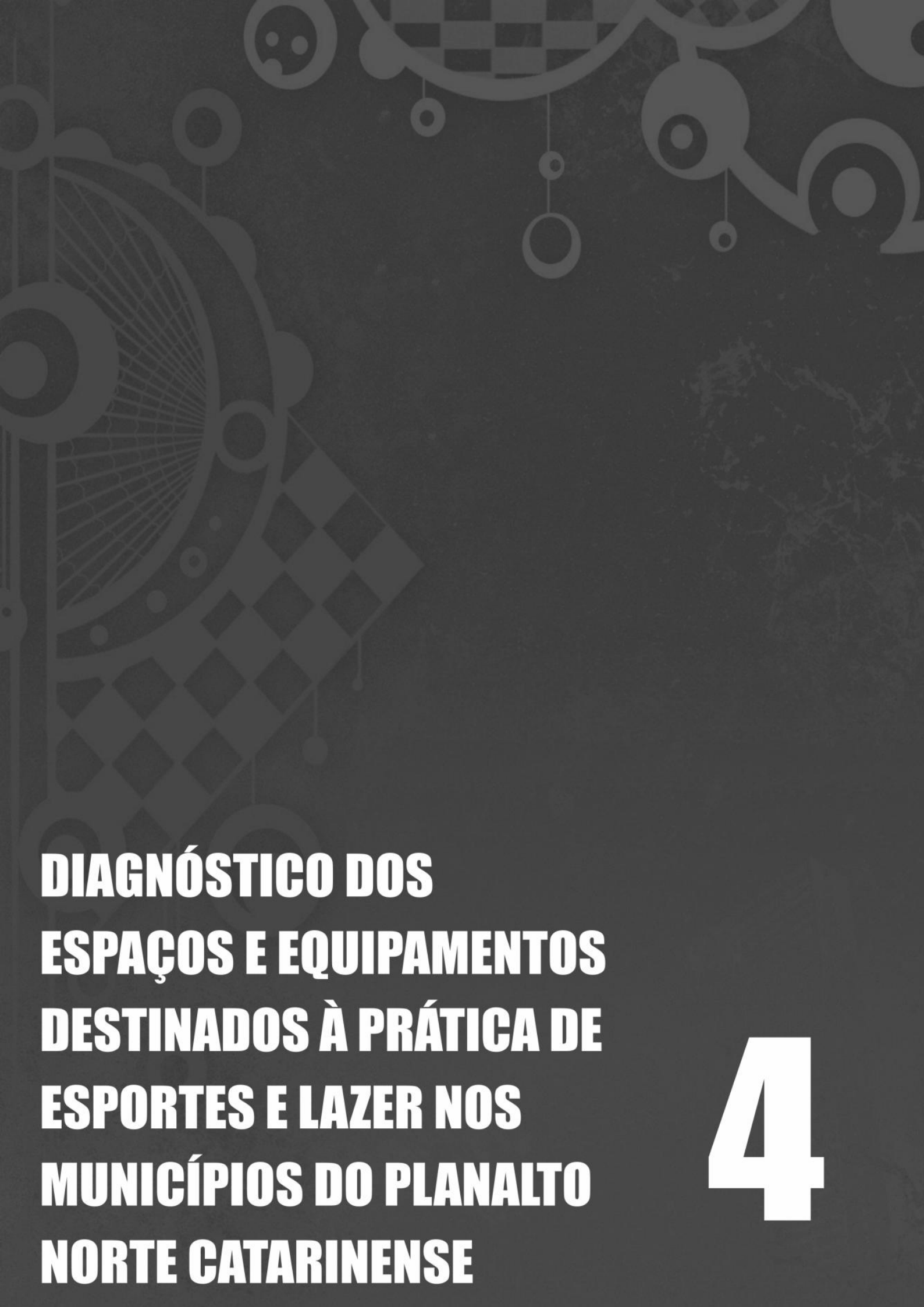
ONZI, Juvelina Tereza. Conselhos gestores: uma proposta de gestão coletiva dos equipamentos públicos. In: IV Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer. **Anais...** Prefeitura de Caxias do Sul/Ministério do Esporte/Faculdade da Serra Gaúcha. Rio Grande do Sul, 2004. p.32.

ROLNIK, Raquel; PINHEIRO, Otilie Macedo (Coords). **Plano diretor participativo**: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. 2 ed. Brasília: Ministério das Cidades/CONFEA, 2005. p.160.

RUA, M.G.; CARVALHO,M.I.V. **O estudo da política**: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SANTOVITO, T.C. **A eficácia da administração pública frente ao lazer**: o caso de São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1988.

TUBINO, Manoel José Gomes.**Dimensões sociais do esporte**. São Paulo:Cortez Editora,1992. p.79.



**DIAGNÓSTICO DOS
ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS
DESTINADOS À PRÁTICA DE
ESPORTES E LAZER NOS
MUNICÍPIOS DO PLANALTO
NORTE CATARINENSE**

4

**DIAGNÓSTICO DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À PRÁTICA
DE ESPORTES E LAZER NOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO NORTE
CATARINENSE**

Daniel Rogério Petreça (organizador)
Nilton Furquim Junior
Ademir Flores
Maria Rita Bruel
Thaís Pacheco Valério
Rafaela Maria Lanski
Kelvin Schafacheck

Este artigo refere-se à apresentação do diagnóstico dos espaços e equipamentos destinados à prática de esportes e lazer nos municípios da abrangência da 25ª. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina (Figura 1), localizada no planalto Norte do Estado, sendo: Mafra, Itaiópolis, Papanduva, Monte Castelo, Rio Negrinho, São Bento do Sul e Campo Alegre.

Figura 1. Mapa de Santa Catarina com a divisão das Secretarias de Desenvolvimento Regional.



Fonte: www.saude.gov.br

O estudo resultou do objetivo geral do projeto de pesquisa “Proposição de novas formas de intervenção de gestão pública voltadas à efetivação de políticas de infraestrutura de esporte e lazer”, por meio do objetivo específico, que foi situar nos municípios os espaços públicos, comunitários e privados destinados às práticas corporais e culturais, suas peculiaridades e efetiva ocupação pelo cidadão.

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos utilizados a fim de caracterizar os espaços utilizados para o lazer dos municípios da 25ª SDR seguiram duas etapas: 1) construção do questionário; 2) entrevista e visitação dos municípios.

1) Construção do questionário

A fim de construir um instrumento de acordo com as características regionais, foi utilizado como base os quadros desenvolvidos por Santini (1993, p. 49 – 53) de acordo com as variáveis: equipamentos, instalações e tipologias de lazer (Quadro 1, 2 e 3).

Quadro 1. Equipamentos de lazer

| | |
|-----------------------|---|
| Equipamentos de Lazer | Para passeio, descontração, jogos, atividades ao ar |
| | Para esportes |
| | Para espetáculos, encontros, vida social |

Quadro 2. Equipamentos e instalações de lazer

| EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES DE LAZER | | |
|-------------------------------------|--------------------------------|-------------------------------------|
| Classificação | Tipologia | Instalações |
| Finalidade | Equipamento não-específico | Residências, bar, escolas |
| | Equipamento específico | Comerciais Não-comerciais |
| Função | Culturais | Cinemas, centros culturais |
| | Sociais e Associativas | Clubes, bares |
| | Esportivas | Clubes, quadras esportivas |
| | De expressão física e atlética | Academias de dança, ioga |
| | Recreativa | Jardins, centros infantis |
| Por critério composição e uso | De turismo | Colônia de férias, hotéis |
| | Microcentros específicos | Praças, academias |
| | Centros médios polivalentes | Parques, SESC, Pompéia |
| | Macrocentros polivalentes | Centros campestres, clubes de campo |
| | Centros de turismo | Colônia de férias, hotéis |

Fonte: Estudo elaborado por Wilson Luis Pina e complementado pela Profª Rita C. Giraldi Santini.

Quadro 3. Tipologia dos equipamentos de lazer I.

| TIPOLOGIA DOS EQUIPAMENTOS DE LAZER | | | | |
|-------------------------------------|---------------|------------------|---|---|
| Tipo | Tempo | Tamanho | Local | Uso |
| Equipamentos específicos | Diário | Micro | Centros infantis, cine-clube, clube de fotografia, ateliê de artesanato, instituições de ioga | Atividades de lazer de caráter: físico, manual, artístico, intelectual e social |
| | | Médio | Cinema, teatro, piscina, quadras de esporte, salas para cursos, áreas de criatividade | |
| | Fim de semana | Macro urbano | Clubes, parques, jardins, zôos | Atividades de lazer ao ar livre |
| | | Macro periférico | Praias, campos, clubes de campo | |
| | Férias | Macro | Colônia de férias, camping, hotéis | Atividades de lazer de caráter múltiplo |

Quadro 4. Tipologia dos equipamentos de lazer II

| TIPOLOGIA DOS EQUIPAMENTOS DE LAZER | | | |
|-------------------------------------|----------------------------|---|---------------------------------------|
| Tipo/Função | Função básica | Local | Uso p/ Lazer – Atividades de caráter: |
| Equipamentos não específicos | Espaços de trabalho | | Social, cultural, esportivo |
| | Espaços de educação formal | Escolas de 1º, 2º e 3º graus | Social, cultural, esportivo |
| | Espaços religiosos | Igrejas | Social, cultural, recreativo |
| | Espaços cívicos | Quartéis, palácios governamentais, edifícios públicos | Esportivo, cultural |
| | Espaços viários | Praças, ruas, calçadas | Social, cultural, esportivo |
| | Espaços domésticos | Residências | Social, cultural, <i>hobbies</i> |
| | Espaços gastronômicos | Bares, restaurantes | Social |

Nota: Elaborado pela Profª Rita C. Giraldi Santini, baseado em “Sugestões para uma política de localização dos Equipamentos” – Renato Requixa.

Para tanto, foi desenvolvido o questionário, visando uma melhor organização e caracterização dos espaços de lazer, tornou-se imprescindível analisar na sua construção o modo de distribuição, a população a que se destina, as dimensões dos espaços, suas atribuições específicas, seus equipamentos e suas instalações, as características, as condições de manutenção dos espaços e a percepção sobre a qualidade dos espaços disponíveis.

Sendo assim, foi elaborado um roteiro de levantamento utilizado nas entrevistas e visitas de campo sendo divididos nos seguintes tópicos:

1. Tipo do espaço
2. Status: (público, comunitário e privado)
3. Localização
4. Tamanho

- Grande: > 1200 m²
- Médio: entre 500 a 1200 m²
- Pequeno: < 500 m²

5. Utilização

A fim de facilitar o entendimento nas entrevistas, os conceitos “esporte e lazer” foram informados de forma que:

- Esporte (definido pelo grupo como “lazer ativo”)
- Lazer (definido pelo grupo como “lazer passivo”)

6. Dias utilizados

7. Público que utiliza os espaços.

Sendo agrupados na análise em:



- Criança/Jovem
- Adulto/Idoso
- Todos os públicos

8. Turno

9. Conservação

Sendo confeccionado o formulário apresentado na Figura 2.

Figura 2. Modelo do formulário de pesquisa para obtenção dos espaços de lazer dos municípios da 25ª SDR do Estado de Santa Catarina.

| | | | |
|---|----------------------------|---|---|
|  | Universidade do Contestado | Identificação dos Espaços e Equipamentos destinados à Prática do Esporte e Lazer dos Municípios da 25ª SDR - SC |  |
| Município: | | Bairro: | |
| Nome: | | Cargo: | Tempo de serviço: |

| ESPAÇOS LIVRES (praças, jardins, parques, áreas verdes, outros.) | | | | UTILIZAÇÃO | | | | | | | |
|--|-------------|---------------------------|---------------------------------------|----------------------------------|-------|------------------------------|-------|--------|--------------|--------------|--|
| TIPO DO ESPAÇO | STATUS | LOCALIZAÇÃO | TAMANHO | Esporte | | Lazer | | Diário | Final semana | | |
| Exemplo Praça | Público | Rua: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | Grande Mais de 1200 m ² | Esporte Tênis, futebol, vôlei | | Lazer Cinema, alimentação | | Diário | | Final semana | |
| | Comunitário | xxxxx | Médio 500 a 1200 m ² | Criança | Jovem | Adulto | Idoso | Manhã | Tarde | Noite | |
| | Privado | | Pequeno Até 500 m ² | CONSERVAÇÃO | | Péssimo | Ruim | Bom | Excelente | | |
| Informações adicionais: Local novo, mas não apresenta manutenção. utilização frequente | | | | | | | | | | | |

| TIPO DO ESPAÇO | STATUS | LOCALIZAÇÃO | TAMANHO | Esporte | | Lazer | | Diário | Final semana | |
|-------------------------|-------------|-------------|---------------------------------------|----------------------------------|-------|------------------------------|-------|--------|--------------|--------------|
| | Público | | Grande Mais de 1200 m ² | Esporte Tênis, futebol, vôlei | | Lazer Cinema, alimentação | | Diário | | Final semana |
| | Comunitário | | Médio 500 a 1200 m ² | Criança | Jovem | Adulto | Idoso | Manhã | Tarde | Noite |
| | Privado | | Pequeno Até 500 m ² | CONSERVAÇÃO | | Péssimo | Ruim | Bom | Excelente | |
| Informações adicionais: | | | | | | | | | | |

| TIPO DO ESPAÇO | STATUS | LOCALIZAÇÃO | TAMANHO | Esporte | | Lazer | | Diário | Final semana | |
|-------------------------|-------------|-------------|---------------------------------------|----------------------------------|-------|------------------------------|-------|--------|--------------|--------------|
| | Público | | Grande Mais de 1200 m ² | Esporte Tênis, futebol, vôlei | | Lazer Cinema, alimentação | | Diário | | Final semana |
| | Comunitário | | Médio 500 a 1200 m ² | Criança | Jovem | Adulto | Idoso | Manhã | Tarde | Noite |
| | Privado | | Pequeno Até 500 m ² | CONSERVAÇÃO | | Péssimo | Ruim | Bom | Excelente | |
| Informações adicionais: | | | | | | | | | | |

2) Entrevista e visitação dos municípios.

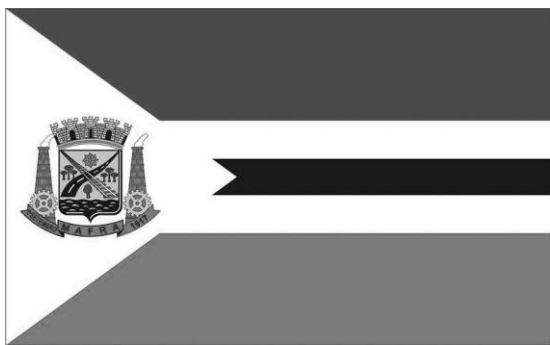
O Questionário foi aplicado para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) dos municípios da 25ª SDR. Os ACS são peças fundamentais no processo de saúde representando agente conhecedor dos cenários da assistência, sendo que seu trabalho é fundamentado na vivência dos problemas e na verificação do território de sua abrangência se tornando assim ator na articulação entre a população e os serviços públicos.

Após contato com os Gestores de Saúde, foi marcado visitas aos municípios em reunião com os ACS a fim de conduzir o preenchimento do formulário construído. Os aplicadores foram os pesquisadores desta pesquisa. Apesar dos ACS serem profundos conhecedores de seu ambiente ou território, muitos municípios não contava com 100% de cobertura, o que pode ser um fator limitador deste estudo.

Análise Estatística

Para a análise estatística dos dados, foi usado o programa Microsoft Office Excel, Versão 2010. Para o tratamento dos dados, utilizou-se a estatística descritiva e de frequência além da análise Qui-quadrado para obtenção da relação entre as variáveis qualitativas. Todas as análises foram realizadas no Programa SPSS 17.0 e foram apresentados por meio de tabelas e gráficos

Apresentação dos municípios e resultados



MAFRA

O Município de Mafra- fundação no ano de 1917.

Mafra possui uma área territorial de 1.406 km², com 52.912 habitantes apresentando densidade demográfica de 37,63 hab/km² de acordo com o Censo

Demográfico do IBGE (2010), com uma grande extensão de terras situadas na sua zona rural (1.318,32km²), representando 93,74% da área total.

O município de Mafra localiza-se na mesorregião Norte Catarinense a uma latitude 26°06'41" sul e a uma longitude 49°48'19" oeste, estando a uma altitude de 793 metros a 310km da capital Florianópolis e a 105km de Curitiba, capital do estado do Paraná. Suas principais atividades econômicas são a agropecuária e indústria, além de ser um importante entroncamento rodoferroviário na região.

Os dados do Censo Demográfico de 2010 mostram que Mafra ocupa a 157ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, e em relação aos 293 outros municípios de Santa Catarina, ocupa a 36ª posição.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Mafra é 0,777, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,200), seguida por Renda e por Longevidade.

O IDHM Renda apresenta-se por meio da renda per capita média de Mafra que cresceu 150,32% nas últimas duas décadas, passando de R\$315,41 em 1991 para R\$789,53 em 2010. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 10,88% em 1991 para 1,46% em 2010.

Quanto ao fator Longevidade o IDHM nos mostra que em Mafra, a esperança de vida ao nascer aumentou 7,4 anos nas últimas duas décadas, passando de 70,4 anos em 1991 para 77,8 anos em 2010. (Fonte: Pnud, Ipea e FJP, 2013).

Dotada de boa infraestrutura hoteleira, restaurantes, bares e clubes, Mafra possui vários atrativos culturais, como o monumento do Contestado, o relógio solar, Igrejas com arquitetura típica na cidade e no interior, a ponte metálica construída em 1896 que liga duas cidades e dois estados, destacando-se os grupos folclóricos que através de suas danças e comidas típicas, mantêm vivas as tradições de suas respectivas etnias. Existem ainda como referência, pontos caracterizados pela arquitetura dos colonizadores alemães, poloneses, ucranianos e bucovinos.

O povo mafrense desfruta de um acervo natural diversificado, possuindo um turismo rural-ecológico de grande potencial, onde se destacam florestas nativas, paisagens rurais, cachoeiras, usina hidrelétrica do São Lourenço, inúmeros sítios

fossilíferos, e exposição de nossa pré-história no museu do centro Paleontológico da Universidade do Contestado.

Caracterização dos espaços de lazer

Abaixo serão apresentados os resultados referentes ao levantamento de dados da verificação dos espaços de lazer do município de Mafra obtidos em entrevistas aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Gestores de Esporte e Lazer.

Para tanto, foi localizado em Mafra, 156 espaços de lazer (Figura 3), destes, cerca de 30,6% foram considerados “grandes”, 43,4% “ médios” e 26,1% “pequenos. Em relação a conservação, 69,4 % foram classificação como “bom e excelente”, 24,2% como “ruim” e 6,4% como “péssimo”. A figura 2 representa um local de prática de lazer do Município de Mafra SC.

Figura 3. Imagem do município de Mafra SC (Praça Hercílio luz)

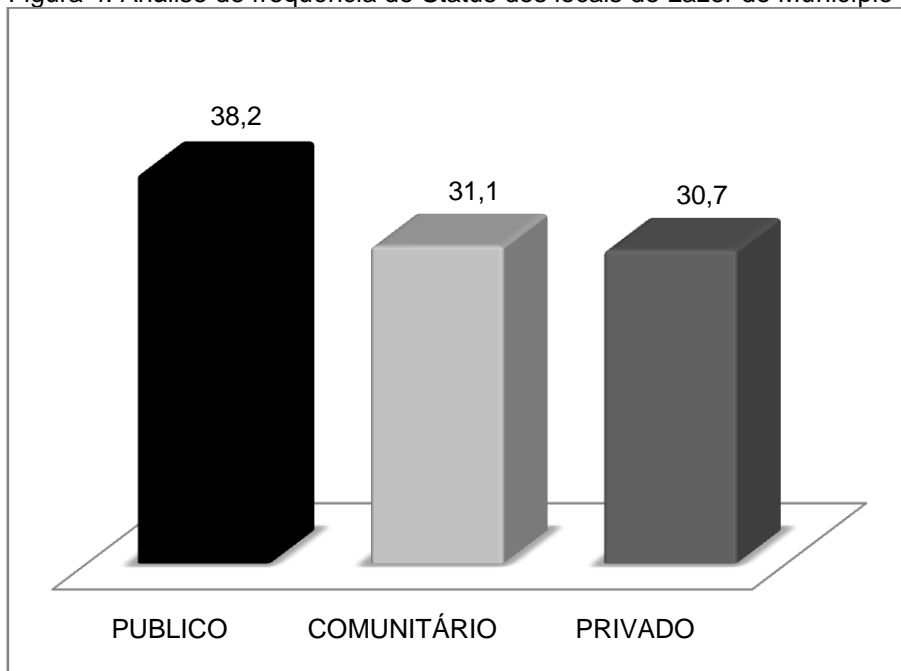


Fonte: <http://www.mafra.sc.gov.br/turismo/item/detalhe/1319>

Ao verificar a particularidade de utilização do espaço, obteve-se 24,2% de característica “atividade física/práticas corporais”, 26,8% de “práticas passivas de lazer” e 49,0% de ambas as definições, lazer “ativo e passivo”. Portanto, a maior frequência é a utilização dos locais de lazer multiuso.

Ao verificar o *status* do local sendo dividido em “público”, “comunitário” e “privado” a Figura 4 demonstra a análise de frequência atingida.

Figura 4. Análise de frequência do Status dos locais de Lazer do Município de Mafra - SC, 2013.



Dos locais de lazer de Mafra, 38,2% são de responsabilidade do setor “público” seguidos de 31,1% do setor “comunitário”, esse dado pode representar a importância do serviço público no lazer da população.

A Tabela 1 representa a relação entre o status e a característica do local de lazer do município de Mafra.

Tabela 1. Relação entre “status” e “característica do espaço” dos locais utilizados para lazer do Município de Mafra – SC 2013.

| | | Característica do Espaço | | | Total* |
|--------|--------------------|---|-------------------------------|-----------------------|-------------------|
| | | Atividade física/ práticas corporais | Práticas passivas de lazer | Ativo e passivo | |
| Status | <i>Público</i> | 11 (18,6%) | 6 (10,2%) | 42 (71,2%) | 59 (100%) |
| | <i>Comunitário</i> | 6 (12,2%) | 27 (55,1%) | 16 (32,7%) | 49 (100%) |
| | <i>Privado</i> | 20 (42,6%) | 9 (19,1%) | 19 (39,6%) | 48 (100%) |
| | Total | 37 (25,9%) | 42 (29,4%) | 77 (49,4%) | 156 (100%) |

* valores apresentados: absolutos seguidos de frequência.

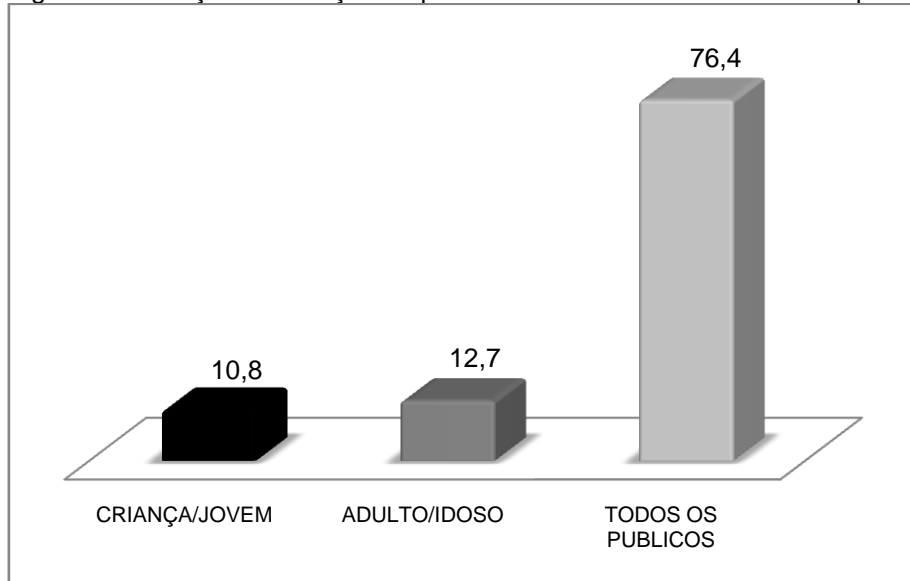
A relação entre “status” e “característica do espaço” foi estabelecida verificando que no setor “público” a maioria dos espaços são multiusos (71,2%), já no setor “comunitário” a maior frequência ocorreu nos locais de prática “passiva” 55,1% e no setor “privado” 42,6% nos locais com características “atividade física/práticas corporais”.

Em relação aos dias de utilização dos locais de prática de lazer no município de Mafra 45,9% são utilizados nos dias de semana e 54,1% nos finais de semana. A

Figura 5 demonstra o público que utiliza os locais, sendo divididos em “crianças/jovens”, “adultos/idosos” e “todos os públicos”.

Foi verificado que cerca de 10,8 % são locais exclusivos para utilização de “jovens/crianças”, sendo que os espaços são empregados na maioria das vezes, neste caso, 76,4%, para “todos os públicos”.

Figura 5. Utilização em relação ao público dos locais de lazer do município de Mafra SC 2013.



A Tabela 2 relaciona a característica do espaço com os dias utilizados sendo que nos dias de semana a maior frequência de utilização dos espaços de lazer foi de característica “ativo e passivo” (57,8%), entretanto, nos finais de semana os espaços utilizados são tanto os espaços de lazer ativo quanto os espaços multiusos.

Tabela 2. Relação entre “status” e “característica do espaço” dos locais utilizados para lazer do Mafra – SC 2013.

| | | Característica do Espaço | | | Total* |
|------------|------------------|---|-------------------------------|-------------------|---------------------|
| | | Atividade física/ práticas corporais | Práticas passivas de lazer | Ativo e passivo | |
| Utilização | Dias de semana | 15 (23,4 %) | 12 (18,8%) | 37 (57,8%) | 64 (100%) |
| | Finais de semana | 19 (21,8 %) | 28 (32,2%) | 40 (46,9%) | 87 (100%) |
| | Total | 34 (22,5%) | 40 (26,5%) | 77 (51,0%) | 151 (100%)** |

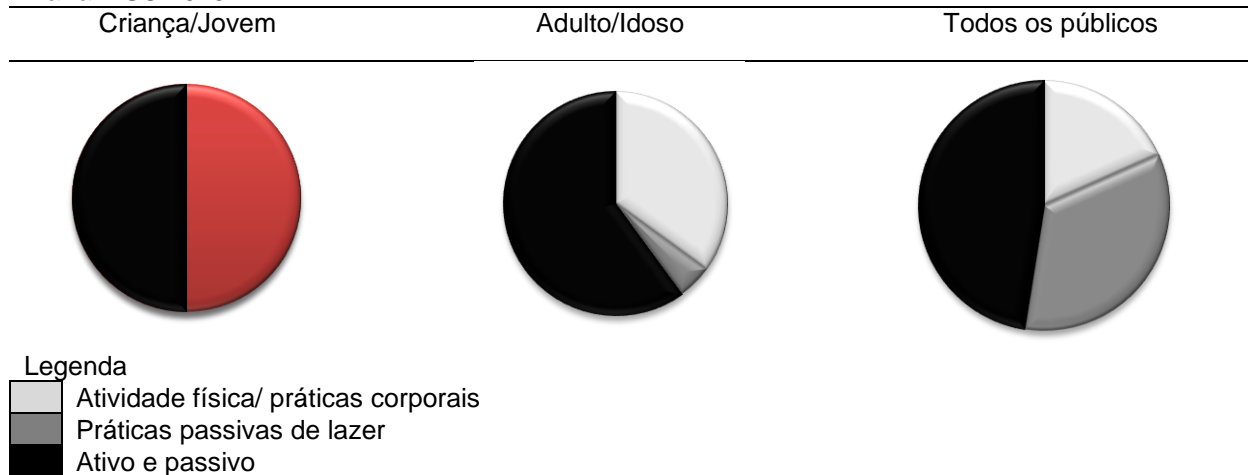
* valores apresentados: absolutos seguidos de frequência.

** número de locais diferente do apresentado decorrente a perda amostral.

A figura 6 relaciona a utilização do público enquanto característica do local de lazer sendo verificado que a classificação “criança/jovem” utiliza os espaços

relacionados a “atividade física/práticas corporais” e “ativo e passivo” por igual (50,0%). Nos “adultos/idosos” 60,0% utilizam os espaço “ativo e passivo”. Ao agrupar grupos etários, a utilização mais frequente é no lazer “ativo e passivo” em 47,5% seguidos dos espaços de “lazer passivo” em 34,2%.

Figura 6. Relação entre utilização do público e característica dos locais de lazer do município de Mafra - SC 2013.



A tabela 3 apresenta informações referentes ao “status” (público, comunitário e privado) e sua relação com os dias (dias de semana ou finais de semana) utilizados dos locais de lazer do município de Mafra.

Tabela 3. Relação entre “status” e “dias utilizados” dos locais de lazer do Município de Mafra – SC 2013.

| | | Status | | | Total* |
|-------------------|-------------------------|-------------------|--------------------|-------------------|---------------------|
| | | <i>Público</i> | <i>Comunitário</i> | <i>Privado</i> | |
| Utilização | <i>Dias de semana</i> | 37 (57,8 %) | 12 (18,8%) | 15 (23,4%) | 64 (100%) |
| | <i>Finais de semana</i> | 22 (25,3%) | 34 (39,1%) | 31 (35,6%) | 87 (100%) |
| | Total | 59 (39,1%) | 46 (30,5%) | 46 (30,5%) | 151 (100%)** |

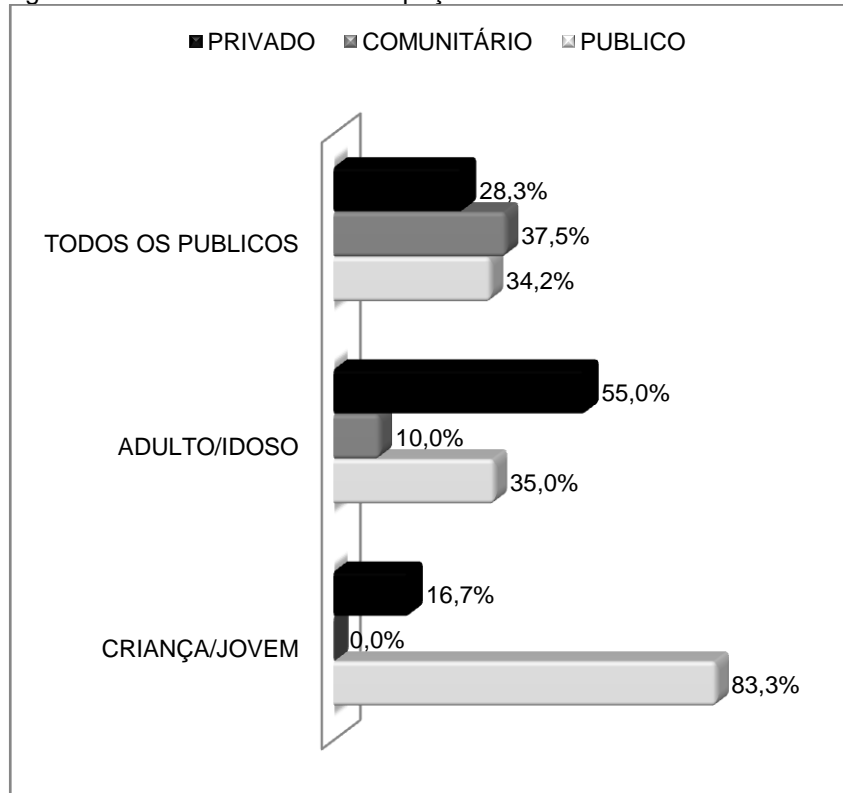
* valores apresentados: absolutos seguidos de frequência.

** número de locais diferente do apresentado decorrente a perda amostral.

É visto que os locais de lazer com o status “público” é mais utilizado (57,8%) nos dias de semana, já a utilização nos finais de semana fica a cargo dos espaços de lazer “comunitário”, 39,1%.

A Figura 7 verifica a relação em públicos que utilizam o espaço de lazer e seu “status”.

Figura 7. Público utilizador dos espaços de lazer de Mafra – SC em relação ao “status”



É possível verificar no grupo “criança/jovem” a utilização de 83,3% dos espaços públicos, já os “adultos/idosos” a utilização dos espaços “privados” em 55%.



O município de Campo Alegre – Ano de instalação 1896

CAMPO ALEGRE

Campo Alegre possui uma área territorial de 497,55 km², com uma população de acordo com Censo 2010 de 11.748 hab. apresentando densidade demográfica de 23,61 hab/km². Localiza-se na Microrregião São Bento do Sul e pertence à Mesorregião Norte Catarinense, a uma distância de 230 km de Florianópolis. Suas principais atividades econômicas são agricultura, extrativismo mineral e vegetal, indústria moveleira, pecuária e reflorestamento.

Os dados do Censo Demográfico de 2010 mostram que Campo Alegre ocupa a 1486ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil e em relação aos 293 outros municípios de Santa Catarina, ocupa a 198ª posição.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Campo Alegre é 0,714, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,242), seguida por Longevidade e por Renda. O IDHM Longevidade apresentava índice em 1991 de 0,718 e aumentou para 0,845 em 2010, sendo que a Esperança de vida ao nascer (em anos) em 1991 era de 68,07 e passou para 75,69 em 2010, representando aumento de 7,62 anos.

Já o IDHM Renda que em 1991 era de 0,554 passou para 0,677 em 2010, este fator se apresenta por meio da Renda per capita (em R\$) média de Campo Alegre que cresceu de 251,78 em 1991 para 539,90 em 2010, significando um aumento de 114,43%.

Entre 2000 e 2010 O IDHM passou de 0,582 em 2000 para 0,714 em 2010 - uma taxa de crescimento de 22,68%. Entre 1991 e 2010 Campo Alegre teve um incremento no seu IDHM de 59,73% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47,46%) e acima da média de crescimento estadual (42,54%).

Campo Alegre é um município rico em belezas naturais onde os visitantes podem contemplar cachoeiras, grutas e mata nativa. O Município propicia ainda outras atividades de lazer.

Abaixo serão apresentados os resultados referentes ao levantamento de dados da verificação dos espaços de lazer do município de Campo Alegre obtidos em entrevistas aos Agentes Comunitários de Saúde.

Para tanto, foi localizado em Campo Alegre, 49 espaços de lazer, destes, cerca de 44,9% foram considerados “grandes”, 24,5% “ médios” e 30,6% “pequenos. Em relação a conservação, 67,3% foram classificação como “bom e excelente”, 20,4% como “ruim” e 10,2% como “péssimo”.

A figura 8 representa um local de prática de lazer do Município de Campo Alegre SC.

Figura 8- Imagem do município de Campo Alegre SC (Cascatinha do Calçadão)

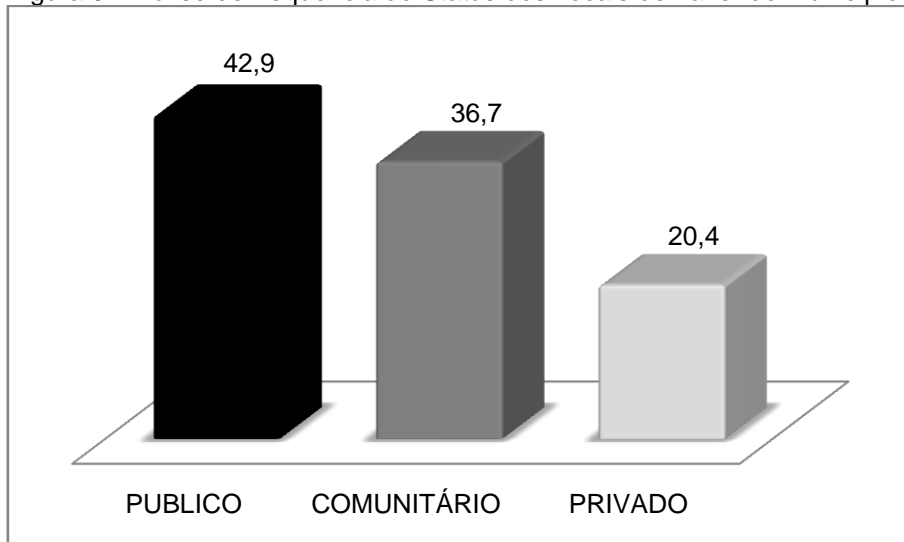


Fonte: <http://www.campoalegre.sc.gov.br/turismo/item/detalhe/11093>
 Créditos: Keti Maria Sales Franco

Ao verificar a particularidade de utilização do espaço, obteve-se 20,4% de característica “atividade física/práticas corporais”, 24,5% de “práticas passivas de lazer” e 55,1% de ambas as definições, lazer “ativo e passivo”, o que pode evidenciar as multi-variações de utilização desses espaços, servindo para a promoção da atividade física e do esporte, quanto para atividades de cunho cultural e sociais.

Ao verificar o *status* do local sendo dividido em “público”, “comunitário” e “privado” a Figura 9 demonstra a análise de frequência atingida.

Figura 9. Análise de frequência do Status dos locais de Lazer do Município de Campo Alegre, 2013.



Os locais de lazer de Campo Alegre, 42,9% são de responsabilidade do setor “público” seguidos de 36,7% do setor “comunitário”, esse dado pode representar a importância na coletividade em comunidade a fim de promover lazer na cidade.

A Tabela 4 representa a relação entre o status e a característica do local de lazer do município de Campo Alegre.

Tabela 4. Relação entre “status” e “característica do espaço” dos locais utilizados para lazer do Município de Campo Alegre – SC 2013.

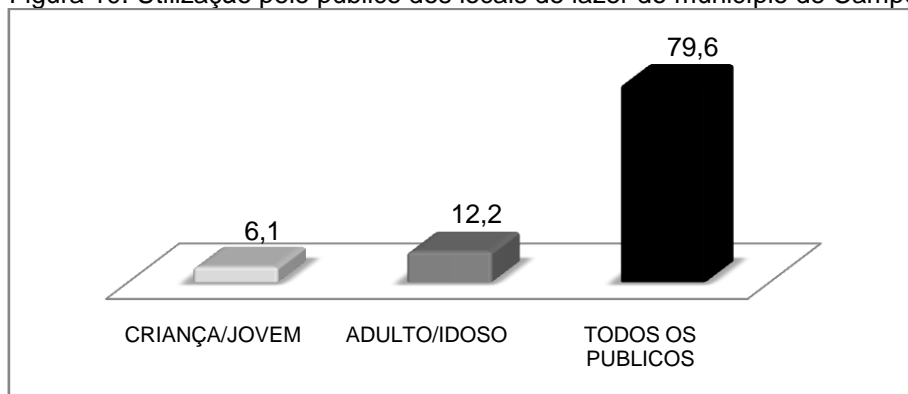
| | | Característica do Espaço | | | Total* |
|--------|--------------------|---|---------------------------------------|------------------------|------------------|
| | | <i>Atividade física/ práticas corporais</i> | <i>Práticas passivas de lazer</i> | <i>Ativo e passivo</i> | |
| Status | <i>Público</i> | 9 (42,9%) | X | 12 (57,1%) | 21 (100%) |
| | <i>Comunitário</i> | 1 (5,6%) | 9 (50,0%) | 8 (44,4%) | 18 (100%) |
| | <i>Privado</i> | X | 3 (30%) | 7 (70%) | 10 (100%) |
| | Total | 10 (20,4%) | 12 (24,5%) | 27 (55,1%) | 49 (100%) |

* valores apresentados: absolutos seguidos de frequência.

A relação entre “status” e “característica do espaço” foi estabelecida verificando que a maioria dos locais públicos são utilizados de forma mista, ou seja, tanto como um espaço ativo, tanto para um espaço passivo. Os espaços comunitários apresentaram pouca atuação na utilização como atividade física/práticas corporais sendo mais utilizados nas demais características.

Em relação aos dias de utilização dos locais de prática de lazer no município de Campo Alegre 51% são utilizados nos dias de semana e 46,9% nos finais de semana. A Figura 10 demonstra o público que utiliza os locais, sendo divididos em “crianças/jovens”, “adultos/idosos” e “todos os públicos”.

Figura 10. Utilização pelo público dos locais de lazer do município de Campo Alegre SC 2013



Foi verificado que cerca de 6,1% são locais exclusivos para utilização de “jovens/crianças”, sendo que os espaços são empregados na maioria das vezes, neste caso, 79,6%, para “todos os públicos”.

A tabela 5 relaciona a característica do espaço com os dias utilizados.

Tabela 5. Relação entre “status” e “característica do espaço” dos locais utilizados para lazer do Município de Campo Alegre – SC 2013.

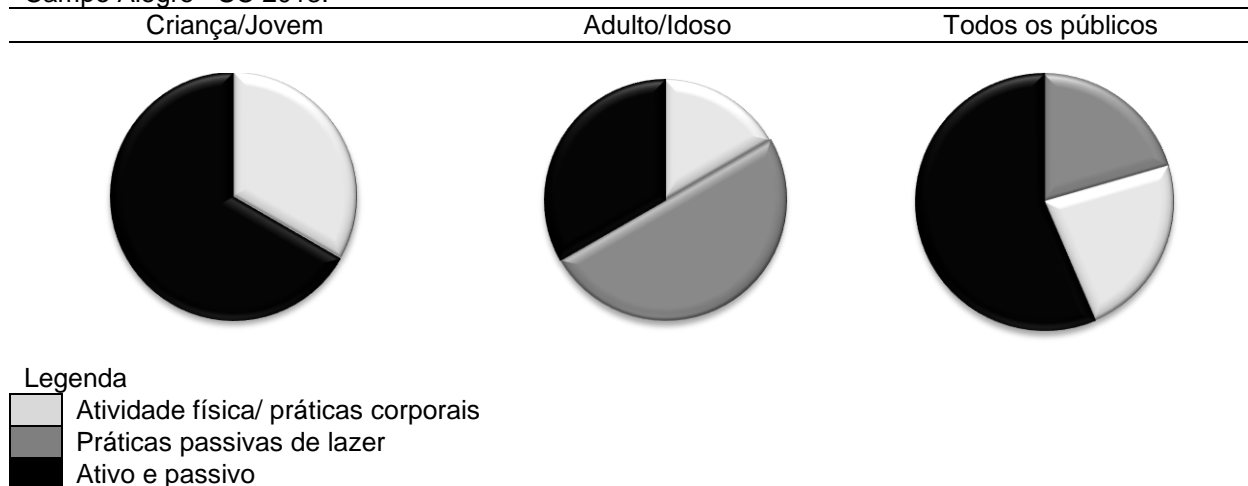
| | | Característica do Espaço | | | Total* |
|------------|------------------|---|-------------------------------|------------------------|------------------|
| | | Atividade física/ práticas corporais | Práticas passivas de lazer | Ativo e passivo | |
| Utilização | Dias de semana | 8 (32,0 %) | X | 18 (68,0%) | 26 (100%) |
| | Finais de semana | 2(8,7 %) | 12 (52,2%) | 9 (39,1%) | 23 (100%) |
| | Total | 10 (20,4%) | 12 (24,5%) | 27 (55,1,%) | 49 (100%) |

* valores apresentados: absolutos seguidos de frequência.

Nos dias de semana a utilização dos espaços de lazer foi de maior frequência dos quais oferecem ambas características (68%), tanto lazer ativo, quanto passivo. Em contraponto nos finais de semana o uso ficou em 52,2% para os ambientes de lazer passivo.

A figura 11 relaciona a utilização do público enquanto característica do local de lazer sendo verificado que a classificação “criança/jovem” utiliza os espaços característicos de “Atividade física/ práticas corporais” em cerca de 33,3% e uma local multiuso em 66,7%, já “adultos/idosos” utilizam-se na maioria dos casos (50%) os espaço destinados as “Práticas passivas de lazer”. Ao agrupar grupos etários, a utilização mais frequente é no lazer “ativo e passivo” em 56,4%.

Figura 11. Relação entre utilização do público e característica dos locais de lazer do município de Campo Alegre - SC 2013.



A Tabela 6 apresenta informações referentes ao “status” (público, comunitário e privado) e sua relação com os dias (dias de semana ou finais de semana) utilizados dos locais de lazer do município de Campo Alegre.

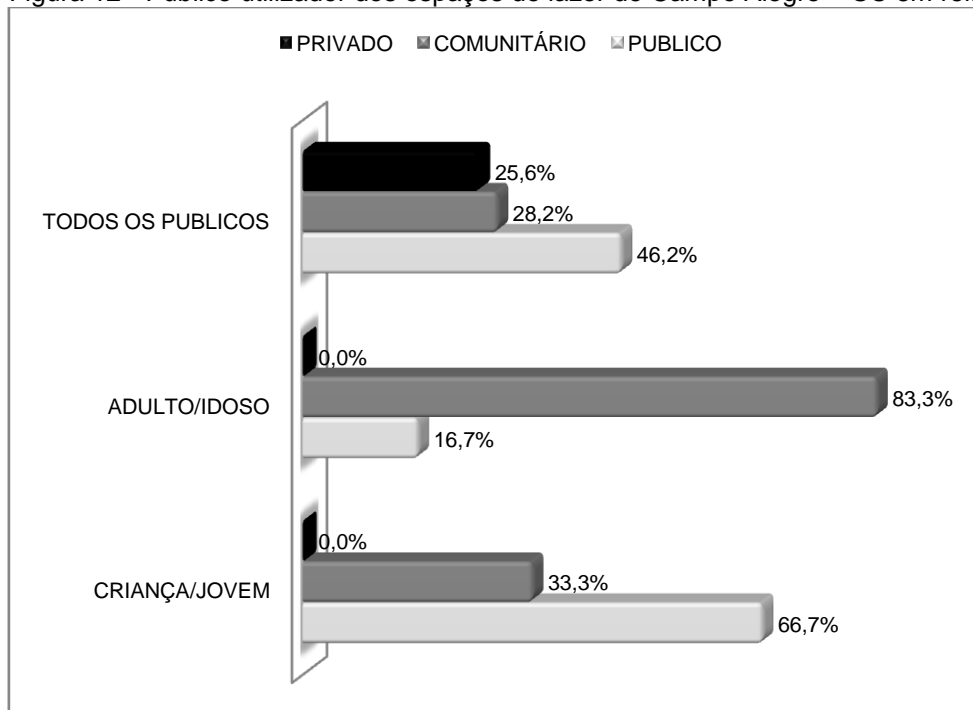
Tabela 6. Relação entre “status” e “dias utilizados” dos locais de lazer do Município de Campo Alegre – SC 2013.

| | | Status | | | Total* |
|------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|
| | | Público | Comunitário | Privado | |
| Utilização | Dias de semana | 20 (76,0 %) | 4 (16%) | 2 (8,0%) | 26 (100%) |
| | Finais de semana | 2(8,7 %) | 13 (56,5%) | 10 (34,8%) | 23 (100%) |
| | Total | 22 (42,9%) | 17 (36,7%) | 10 (20,4%) | 49 (100%) |

* valores apresentados: absolutos seguidos de frequência.

É visto que os locais de lazer com o status “público” é mais utilizado (76%) nos dias de semana, já a utilização nos finais de semana fica a cargo dos espaços de lazer “comunitários” e “privados”, 56,5% e 34,8%, respectivamente. A Figura 12 analisa a relação em públicos que utilizam o espaço de lazer e seu “status”.

Figura 12 - Público utilizador dos espaços de lazer de Campo Alegre – SC em relação ao “status”.



É possível verificar que “crianças/jovens” utilizam-se mais dos espaços “públicos” 66,7%, em contrapartida, “adultos/idosos” utilizam-se mais dos espaços “comunitários” 83,3%.



PAPANDUVA

O município de Papanduva: Ano de instalação 1953

O município de Papanduva possui uma área de 762,24 km² ocupada por uma população de acordo com o Censo 2010 de 17.928 habitantes e com uma densidade populacional de 23,54 hab/km², sendo que maior percentual vive na área urbana, com crescimento de 20,47% na taxa de urbanização, invertendo a posição de maior ocupação rural para urbana na década de 2010.

Papanduva localiza-se na microrregião de Canoinhas, pertencendo à mesorregião Norte Catarinense, a uma altitude de 788 metros. A base econômica do município é a agropecuária com ênfase para o cultivo de soja, milho, fumo, feijão, gado de corte e leite, suinocultura avançada, material genético e o 1º lugar no ranking de reprodutores de suínos do Brasil.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Papanduva é 0,704, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799), embora ainda muito próximo do índice Médio, porém indicando uma forte evolução desde 1991, com uma taxa de crescimento de 24,82%. Entre 1991 e 2010 Papanduva teve um incremento no seu IDHM de 59,64% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47,46%) e acima da média de crescimento estadual (42,54%).

Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,217), seguida por Renda e por Longevidade. A dimensão Renda apresenta-se por meio da renda per capita média de Papanduva que cresceu de 0,537 em 1991 para 0,691 em 2010, da mesma forma houve evolução na Renda per capita (em R\$) de 226,05 em 1991 para 589,35 em 2010.

Quanto ao fator Longevidade o IDHM se apresenta no município com o aumento do índice de 0,687 em 1991 para 0,836 em 2010, indicado pela esperança de vida ao nascer (em anos) que aumentou em 8,94 anos nas últimas duas

décadas, passando de 66,23 em 1991 para 75,17 anos em 2010. (Fonte: Pnud, Ipea e FJP)

Papanduva é rica em belezas naturais onde os visitantes podem contemplar e viver grandes aventuras em cachoeiras, grutas e mata nativa. Sua gastronomia destaca-se no churrasco, feijoada, comida tropeira e a inclusão das culturas ucranianas e polonesas com o pirogue, e haluske.

Abaixo serão apresentados os resultados referentes ao levantamento de dados da verificação dos espaços de lazer do município de Papanduva obtidos em entrevistas aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Gestores de Esporte e Lazer.

Para tanto, foi localizado em Papanduva, 42 espaços de lazer, destes, cerca de 11,9% foram considerados “grandes”, 69% “médios” e 19% “pequenos”. Em relação à conservação, 90,4% foram classificação como “bom e excelente”, 4,8% como “ruim” e 4,8% como “péssimo”.

A figura 13 representa um local de do Município de Papanduva SC.

Figura 13. Imagem do município de Papanduva SC

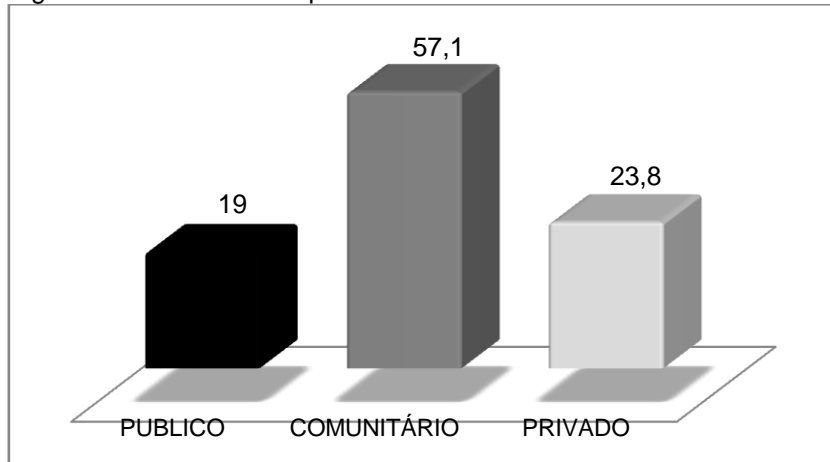


Fonte: <http://www.papanduva.sc.gov.br>

Ao verificar a particularidade de utilização do espaço, obteve-se 16,7% de característica “atividade física/práticas corporais”, 42,9% de “práticas passivas de lazer” e 40,5% de ambas as definições, lazer “ativo e passivo”. Portanto, a maior frequência é a utilização dos locais de lazer de maneira passiva como: feiras e atividade socioculturais.

Ao verificar o *status* do local sendo dividido em “público”, “comunitário” e “privado” a Figura 14 demonstra a análise de frequência atingida.

Figura 14. Análise de frequência do Status dos locais de Lazer do Município de Papanduva, 2013.



Os locais de lazer de Papanduva, 57,1% são de responsabilidade do setor “comunitário” seguidos de 22,8% do setor “privado”, esse dado pode representar a importância da organização social para promoção do lazer.

A Tabela 7 representa a relação entre o status e a característica do local de lazer do município de Papanduva.

Tabela 7. Relação entre “status” e “característica do espaço” dos locais utilizados para lazer do Município de Papanduva – SC 2013.

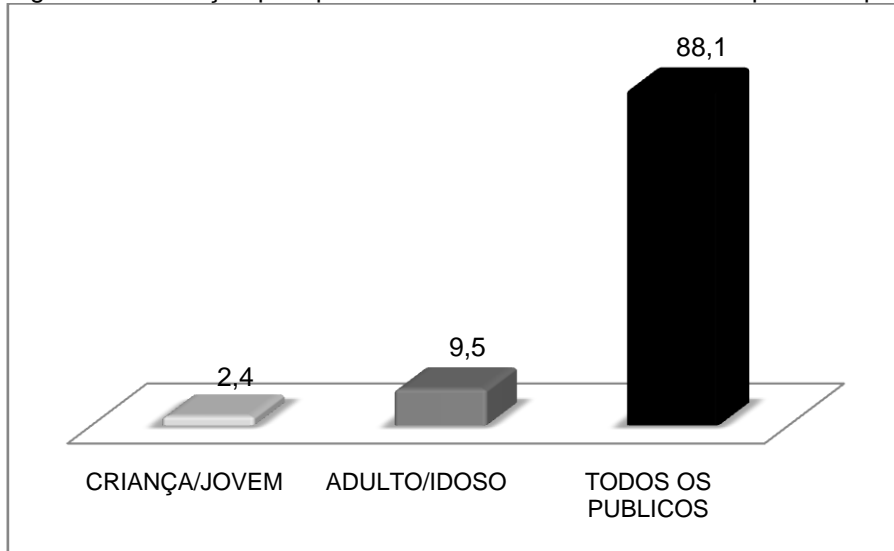
| | | Característica do Espaço | | | Total |
|--------|--------------------|---|-------------------------------|-----------------------|------------------|
| | | Atividade física/ práticas corporais | Práticas passivas de lazer | Ativo e passivo | |
| Status | <i>Público</i> | 3 (37,5%) | X | 5 (62,5%) | 8 (100%) |
| | <i>Comunitário</i> | 1 (4,2%) | 15 (62,5%) | 8 (33,3%) | 24 (100%) |
| | <i>Privado</i> | 3 (30,0%) | 3 (30,0%) | 4 (40,0%) | 10 (100%) |
| | Total | 7 (16,7%) | 18 (42,9%) | 17 (40,5%) | 42 (100%) |

A relação entre “status” e “característica do espaço” foi estabelecida verificando que o setor “comunitário” é utilizado em 62,5% na prática de lazer passivo, já o setor “público” e “privado” o que impera é a forma mista, ou seja, tanto como um espaço ativo, tanto para um espaço passivo.

Em relação aos dias de utilização dos locais de prática de lazer no município de Papanduva 33,3% são utilizados nos dias de semana e 66,7% nos finais de semana. A Figura 15 demonstra o público que utiliza os locais, sendo divididos em “crianças/jovens”, “adultos/idosos” e “todos os públicos”.

Foi verificado que cerca de 2,4% são locais exclusivos para utilização de “jovens/crianças”, sendo que os espaços são empregados na maioria das vezes, neste caso, 88,1%, para “todos os públicos”.

Figura 15. Utilização pelo público dos locais de lazer do município de Papanduva SC 2013.



A tabela 8 relaciona a característica do espaço com os dias utilizados.

Tabela 8. Relação entre “status” e “característica do espaço” dos locais utilizados para lazer do Município de Papanduva – SC 2013.

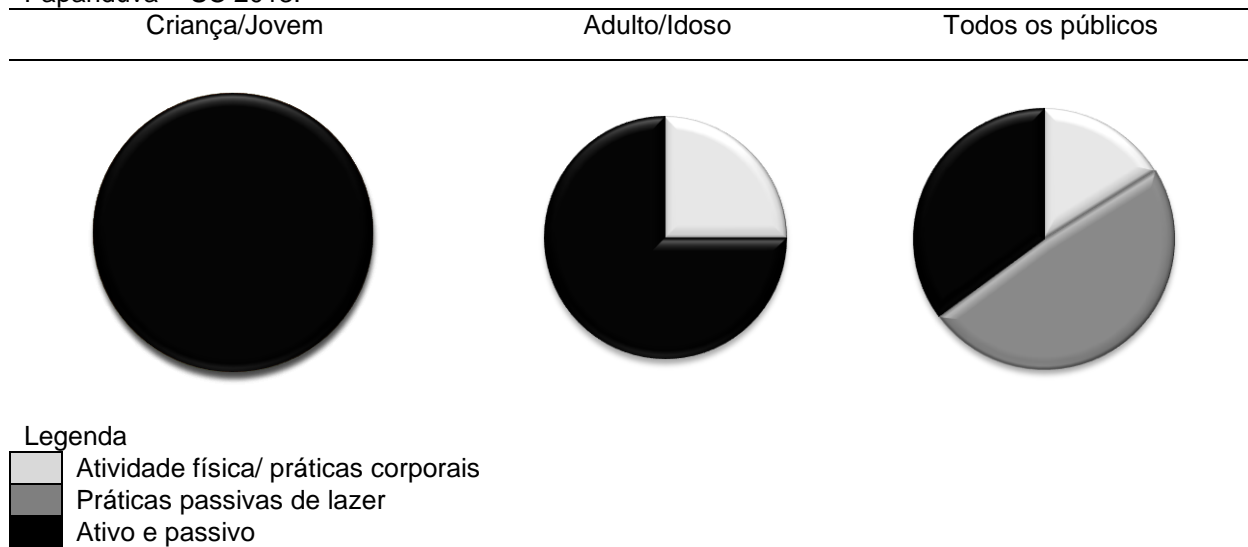
| | | Característica do Espaço | | | Total* |
|------------|------------------|---|-------------------------------|-----------------------|------------------|
| | | Atividade física/ práticas corporais | Práticas passivas de lazer | Ativo e passivo | |
| Utilização | Dias de semana | 4 (28,6 %) | 1 (7,1%) | 9 (64,3%) | 14 (100%) |
| | Finais de semana | 3 (10,7 %) | 17 (60,7%) | 8 (28,6%) | 28 (100%) |
| | Total | 7 (16,7%) | 18 (42,9%) | 17 (40,5%) | 42 (100%) |

* valores apresentados: absolutos seguidos de frequência.

Nos dias de semana a utilização dos espaços de lazer foi de maior frequência dos quais oferecem lazer ativo e passivo (64,3%). Em contraponto nos finais de semana o uso ficou em 60,7% para os ambientes de lazer passivo

A figura 16 relaciona a utilização do público enquanto característica do local de lazer sendo verificado que a classificação “criança/jovem” utiliza os espaços multiusos em todos os casos, o mesmo ocorrendo em 75% dos casos em “adultos/idosos”. Ao agrupar grupos etários, a utilização mais frequente é no lazer “passivo” em 48,6%.

Figura 16. Relação entre utilização do público e característica dos locais de lazer do município de Papanduva - SC 2013.



A tabela 9 apresenta informações referentes ao “status” (público, comunitário e privado) e sua relação com os dias (dias de semana ou finais de semana) utilizados dos locais de lazer do município de Papanduva.

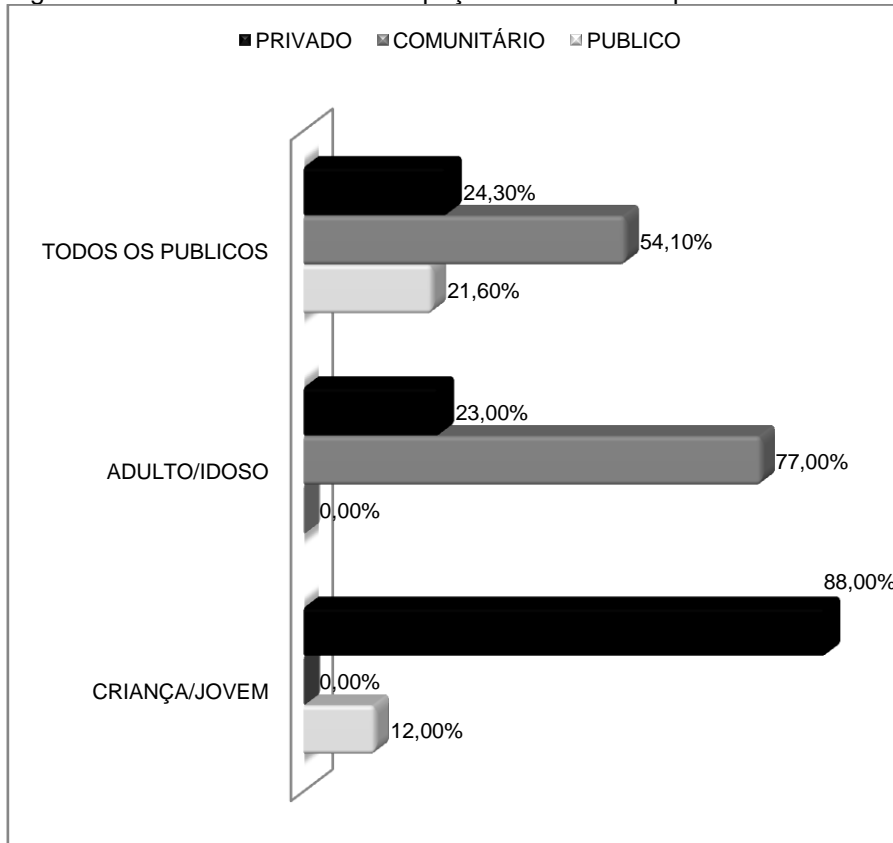
Tabela 9. Relação entre “status” e “dias utilizados” dos locais de lazer do Município de Papanduva – SC 2013.

| | | Status | | | Total* |
|-------------------|-------------------------|------------------|--------------------|-------------------|------------------|
| | | <i>Público</i> | <i>Comunitário</i> | <i>Privado</i> | |
| Utilização | <i>Dias de semana</i> | 7 (50,0 %) | 4 (28,6%) | 3 (21,4%) | 14 (100%) |
| | <i>Finais de semana</i> | 1(3,6 %) | 20 (71,4%) | 7 (25,0%) | 28 (100%) |
| | Total | 8 (19,0%) | 24 (57,1%) | 10 (23,8%) | 42 (100%) |

É visto que os locais de lazer com o status “público” é mais utilizado (50%) nos dias de semana, já a utilização nos finais de semana fica a cargo dos espaços de lazer “comunitários”, 71,4%.

A Figura 17 analisa a relação em públicos que utilizam o espaço de lazer e seu “status”.

Figura 17. Público utilizador dos espaços de lazer de Papanduva – SC em relação ao “status”.



É possível verificar que “crianças/jovens” utilizam-se mais dos espaços “privados” 88,0%, em contrapartida, “adultos/idosos” utilizam-se mais dos espaços “comunitários” 77%.



O município de Itaiópolis - Ano de instalação 1918

ITAIÓPOLIS

Itaiópolis possui uma área territorial de 1296,99 km² com uma população, de acordo com o Censo 2010 de 20301 hab. e com uma densidade demográfica de 15,66 hab/km². Entre 2000 e 2010, a população de Itaiópolis teve uma taxa média de crescimento anual de 0,62%. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 32,12%.

O município localiza-se na Microrregião Canoinhas fazendo parte da Mesorregião Norte Catarinense. Localiza-se a uma latitude 26°20'11" sul e a uma longitude 49°54'23" oeste, estando a uma altitude de 925 metros. As principais culturas de Itaiópolis são o tabaco, a soja, o feijão e a erva-mate. Pelas condições climáticas, dedica-se também ao cultivo de frutas diversificadas sendo considerado o maior produtor do estado e também na produção de mel, com cerca de 50 toneladas ao ano.

Os dados do Censo Demográfico de 2010 mostram que Itaiópolis ocupa a 1665ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, e em relação aos 293 outros municípios de Santa Catarina, ocupa a 207ª posição.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Itaiópolis é 0,708, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799), mas ainda muito próximo do IDHM Baixo. Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,209), seguida por Renda e por Longevidade.

O IDHM Longevidade de Itaiópolis em 1991 foi de 0,653 e passou para 0,836 em 2010. Esta dimensão é medida pelo indicador Esperança de vida ao nascer (em anos) que era de 64,18 em 1991 e passou para 75,17 em 2010, significando um aumento em anos de 10,99, dados corroborados pelo aumento no Índice de envelhecimento, que em 1991 era de 5,50 e em 2010 de 7,41.

O IDHM Renda apresenta-se por meio da Renda per capita (em R\$) que em 1991 era de 216,16 e passou para 625,36 em 2010.

Entre 1991 e 2010 O IDHM passou de 0,428 em 1991 para 0,708 em 2010 - uma taxa de crescimento de 57,29%. Entre 1991 e 2010 Itaiópolis teve um incremento no seu IDHM de 65,42% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47,46%) e acima da média de crescimento estadual (42,54%) (Fonte: Pnud, Ipea e FJP).

Abaixo serão apresentados os resultados referentes ao levantamento de dados da verificação dos espaços de lazer do município de Itaiópolis obtidos em entrevistas aos Agentes Comunitários de Saúde.

Para tanto, foi localizado em Itaiópolis, 57 espaços de lazer, destes, cerca de 42,1% foram considerados "grandes", 40,4% "médios" e 17,5% "pequenos". Em relação a conservação, 80,7% foram classificados como "bom e excelente", 15,8% como "ruim" e 3,6% como "péssimo".

A figura 18 representa um local de prática de lazer do Município de Itaiópolis SC.

Figura 18 - Imagem do município de Itaiópolis SC (Calçadão João Paulo II)

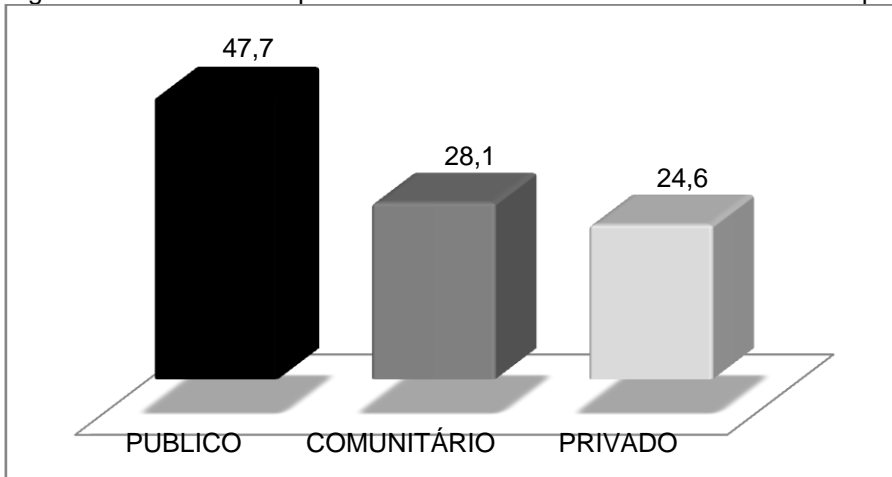


Fonte: <http://www.itaioplis.sc.gov.br/turismo/item/detalhe/10174>

Ao verificar a particularidade de utilização do espaço, obteve-se 26,3% de característica “atividade física/práticas corporais”, 14,0% de “práticas passivas de lazer” e 59,6% de ambas as definições, lazer “ativo e passivo”, o que pode evidenciar as multi-variações de utilização desses espaços, servindo para a promoção da atividade física e do esporte, quanto para atividades de cunho cultural e sociais.

Ao verificar o *status* do local sendo dividido em “público”, “comunitário” e “privado” a Figura 19 demonstra a análise de frequência atingida.

Figura19. Análise de frequência do Status dos locais de Lazer do Município de Itaiópolis, 2013.



Os locais de lazer de Itaiópolis, 47,7% são de responsabilidade do setor “público” seguidos de 28,1% do setor “comunitário”, esse dado pode representar a importância do poder público na promoção do lazer nas cidades. A Tabela 10 representa a relação entre o status e a característica do local de lazer do município de Itaiópolis.

Tabela 10. Relação entre “status” e “característica do espaço” dos locais utilizados para lazer do Município de Itaiópolis – SC 2013.

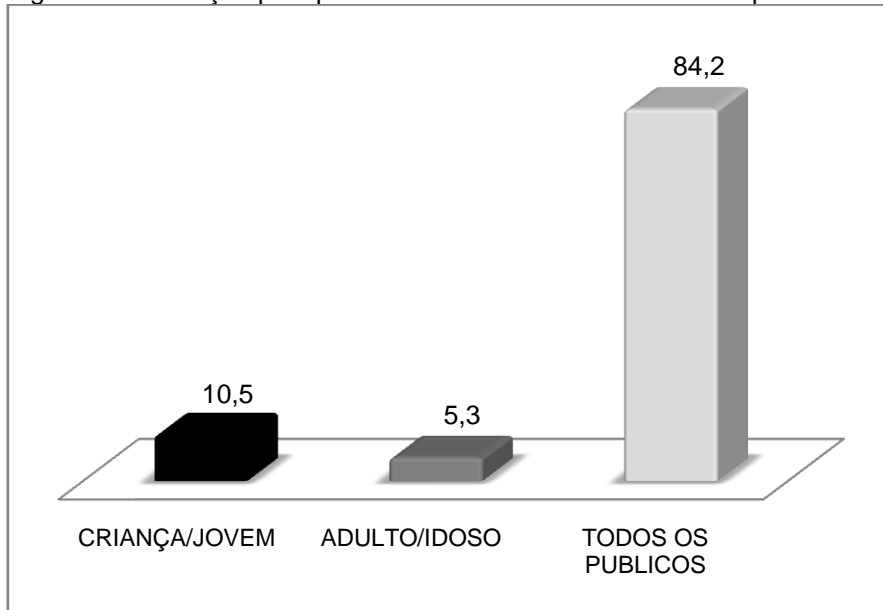
| | | Característica do Espaço | | | Total* |
|--------|--------------------|---|-------------------------------|-----------------------|------------------|
| | | Atividade física/ práticas corporais | Práticas passivas de lazer | Ativo e passivo | |
| Status | <i>Público</i> | 7 (25,9%) | 3 (11,1%) | 17 (63,0%) | 27 (100%) |
| | <i>Comunitário</i> | 3 (18,8%) | 4 (25,0%) | 9 (56,2%) | 16 (100%) |
| | <i>Privado</i> | 5 (35,7%) | 1 (7,1%) | 8 (57,1%) | 14 (100%) |
| | Total | 15 (26,3%) | 8 (14,0%) | 34 (59,6%) | 57 (100%) |

A relação entre “status” e “característica do espaço” foi estabelecida verificando que todos os “status” em Itaiópolis são utilizados de forma mista, ou seja, tanto como um espaço ativo, tanto para um espaço passivo.

Em relação aos dias de utilização dos locais de prática de lazer no município de Itaiópolis 50,9% são utilizados nos dias de semana e 49,2% nos finais de semana. A Figura 20 demonstra o público que utiliza os locais, sendo divididos em “crianças/jovens”, “adultos/idosos” e “todos os públicos”.

Foi verificado que cerca de 10,5% são locais exclusivos para utilização de “jovens/crianças”, sendo que os espaços são empregados na maioria das vezes, neste caso, 84,2%, para “todos os públicos”.

Figura 20. Utilização pelo público dos locais de lazer do município de Itaiópolis SC 2013.



A tabela 11 relaciona a característica do espaço com os dias utilizados.

Tabela 11. Relação entre “status” e “característica do espaço” dos locais utilizados para lazer do Município de Itaiópolis – SC 2013.

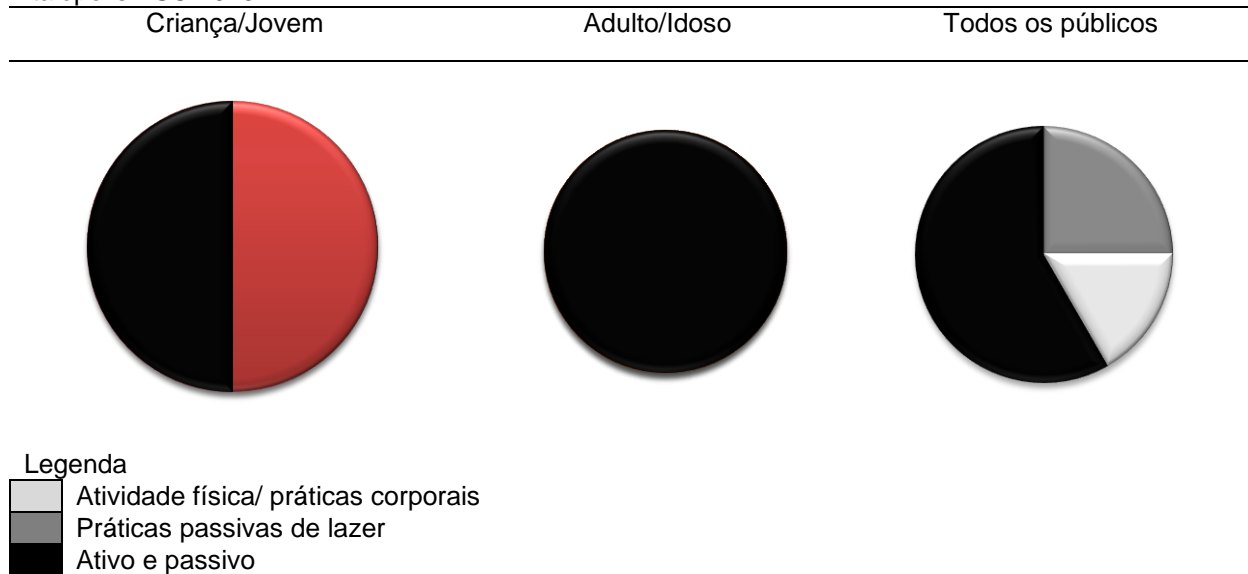
| | | Característica do Espaço | | | Total* |
|------------|------------------|---|-------------------------------|-------------------|------------------|
| | | Atividade física/ práticas corporais | Práticas passivas de lazer | Ativo e passivo | |
| Utilização | Dias de semana | 18 (62,1 %) | 8 (27,6%) | 3 (10,3%) | 29 (100%) |
| | Finais de semana | 9 (33,3 %) | 7 (25,9%) | 11 (40,7%) | 27 (100%) |
| | Total | 27 (48,2%) | 15 (26,8%) | 14 (25,0%) | 56 (100%) |

* valores apresentados: absolutos seguidos de frequência.

Nos dias de semana a utilização dos espaços de lazer foi de maior frequência dos quais oferecem atividade física/práticas corporais (62,1%). Em contraponto nos finais de semana o uso ficou em 40,7% para os ambientes de lazer ativo e passivo.

A Figura 21 relaciona a utilização do público enquanto característica do local de lazer sendo verificado que a classificação “criança/jovem” utiliza os espaços característicos de “Atividade física/ práticas corporais” em cerca de 50% e local multiuso em 50%, já “adultos/idosos” utilizam-se em todos os casos dos locais mistos de prática de lazer. Ao agrupar grupos etários, a utilização mais frequente é no lazer “ativo e passivo” em 58,3%.

Figura 21. Relação entre utilização do público e característica dos locais de lazer do município de Itaiópolis - SC 2013.



A tabela 12 apresenta informações referentes ao “status” (público, comunitário e privado) e sua relação com os dias (dias de semana ou finais de semana) utilizados dos locais de lazer do município de Itaiópolis.

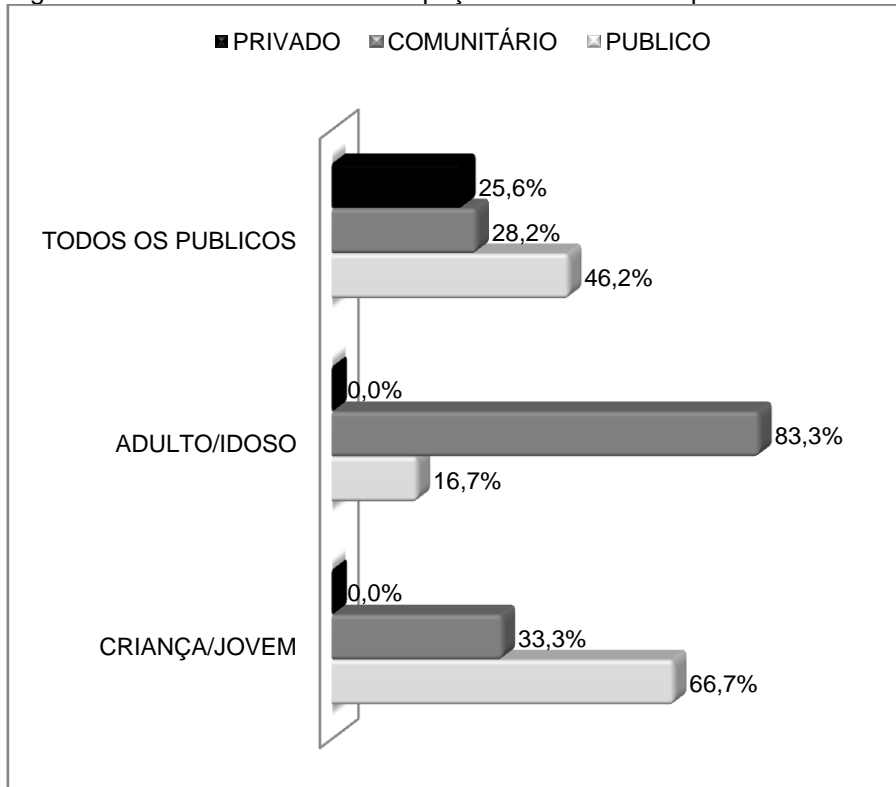
Tabela 12. Relação entre “status” e “dias utilizados” dos locais de lazer do Município de Itaiópolis – SC 2013.

| | | Status | | | Total* |
|-------------------|-------------------------|-------------------|--------------------|-------------------|------------------|
| | | <i>Público</i> | <i>Comunitário</i> | <i>Privado</i> | |
| Utilização | <i>Dias de semana</i> | 18 (62,1 %) | 8 (27,6%) | 3 (10,3%) | 29 (100%) |
| | <i>Finais de semana</i> | 9(33,3 %) | 7 (25,9%) | 11 (40,7%) | 27 (100%) |
| | Total | 27 (48,2%) | 15 (26,8%) | 14 (25,0%) | 49 (100%) |

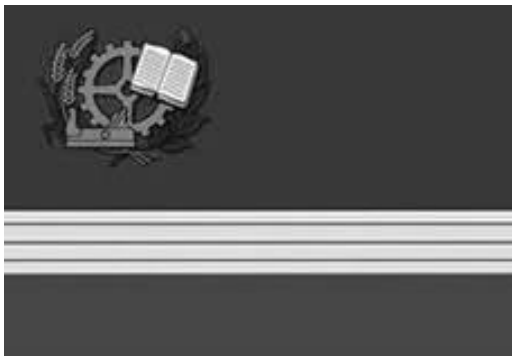
É visto que os locais de lazer com o status “público” é mais utilizado (76%) nos dias de semana, já a utilização nos finais de semana fica a cargo dos espaços de lazer “privados”, 40,7%.

A Figura 22 analisa a relação em públicos que utilizam o espaço de lazer e seu “status”.

Figura 22. Público utilizador dos espaços de lazer de Itaiópolis – SC em relação ao “status”.



É possível verificar que “crianças/jovens” utilizam-se mais dos espaços “públicos” 66,7%, em contrapartida, “adultos/idosos” utilizam-se mais dos espaços “comunitários” 83,3%.



O município de Rio Negrinho – Ano de instalação 1948

RIO NEGRINHO

Rio Negrinho possui uma área territorial de 909,69 km² com uma população de (Censo 2010) 39846 hab., correspondendo a uma densidade demográfica de 43,81 hab/km². Localiza-se na Microrregião São Bento do Sul e pertence à Mesorregião Norte Catarinense, localiza-se a uma latitude 26°15'16" sul e uma longitude 49°31'06" oeste, estando a uma altitude de 790 metros.

Os dados do Censo Demográfico de 2010 mostram que Rio Negrinho ocupa a 823ª posição, em relação aos 5.565 municípios do Brasil e em relação aos 293 outros municípios de Santa Catarina ocupa a 132ª posição.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Rio Negrinho é 0,738, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,209), seguida por Longevidade e por Renda.

O IDHM Longevidade de Rio Negrinho em 1991 era de 67,7 e passou em 2010 para 75,9 com aumento de 8,23. O IDHM Renda de 0,611 em 1991 passou para 0,710 em 2010, apresentando uma Renda per capita (em R\$) também evoluída de 359,12 em 1991 para 664,58 em 2010. Entre 1991 e 2010 Rio Negrinho teve um incremento no seu IDHM de 42,75% abaixo da média de crescimento nacional (47,46%) e acima da média de crescimento estadual (42,54%).

Abaixo serão apresentados os resultados referentes ao levantamento de dados da verificação dos espaços de lazer do município de Rio Negrinho obtidos em entrevistas aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Gestores de Esporte e Lazer.

Para tanto, foi localizado em Rio Negrinho, 78 espaços de lazer, destes, cerca de 25% foram considerados “grandes”, 65% “ médios” e 10% “pequenos. Em relação a conservação, 76,4% foram classificação como “bom e excelente”, 20% como “ruim” e 3,6% como “péssimo”.

A figura 23 representa um local de prática de lazer do Município de Rio Negrinho SC.

Figura 23. Imagem do município de Rio Negrinho SC (Vila do Artesanato)

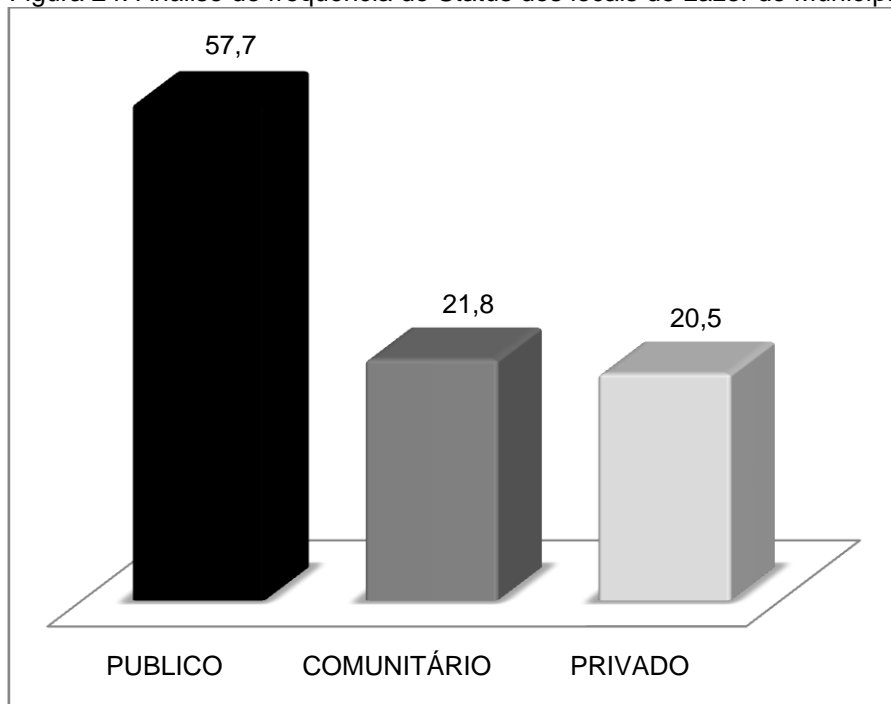


Fonte: www.rionegrinho.sc.gov.br

Ao verificar a particularidade de utilização do espaço, obteve-se 20,4% de característica “atividade física/práticas corporais”, 24,5% de “práticas passivas de lazer” e 55,1% de ambas as definições, lazer “ativo e passivo”. Portanto, a maior frequência é a utilização dos locais de lazer multiuso.

Ao verificar o *status* do local sendo dividido em “público”, “comunitário” e “privado” a Figura 24 demonstra a análise de frequência atingida.

Figura 24. Análise de frequência do Status dos locais de Lazer do Município de Rio Negrinho, 2013.



Dos locais de lazer de Rio Negrinho, 57,7% são de responsabilidade do setor “público” seguidos de 21,8% do setor “comunitário”, esse dado pode representar a importância do serviço público no lazer da população.

A Tabela 13 representa a relação entre o status e a característica do local de lazer do município de Rio Negrinho.

Tabela 13. Relação entre “status” e “característica do espaço” dos locais utilizados para lazer do Município de Rio Negrinho – SC 2013.

| | | Característica do Espaço | | | Total* |
|--------|--------------------|---|---------------------------------------|------------------------|------------------|
| | | <i>Atividade física/ práticas corporais</i> | <i>Práticas passivas de lazer</i> | <i>Ativo e passivo</i> | |
| Status | <i>Público</i> | 14 (31,1%) | 3 (6,7%) | 28 (62,2%) | 45 (100%) |
| | <i>Comunitário</i> | 2 (11,8%) | 6 (35,3%) | 9 (52,9%) | 17 (100%) |
| | <i>Privado</i> | 2 (12,5%) | 2 (12,5%) | 12 (75,0%) | 16 (100%) |
| | Total | 18 (23,1%) | 11 (14,1%) | 49 (62,8%) | 78 (100%) |

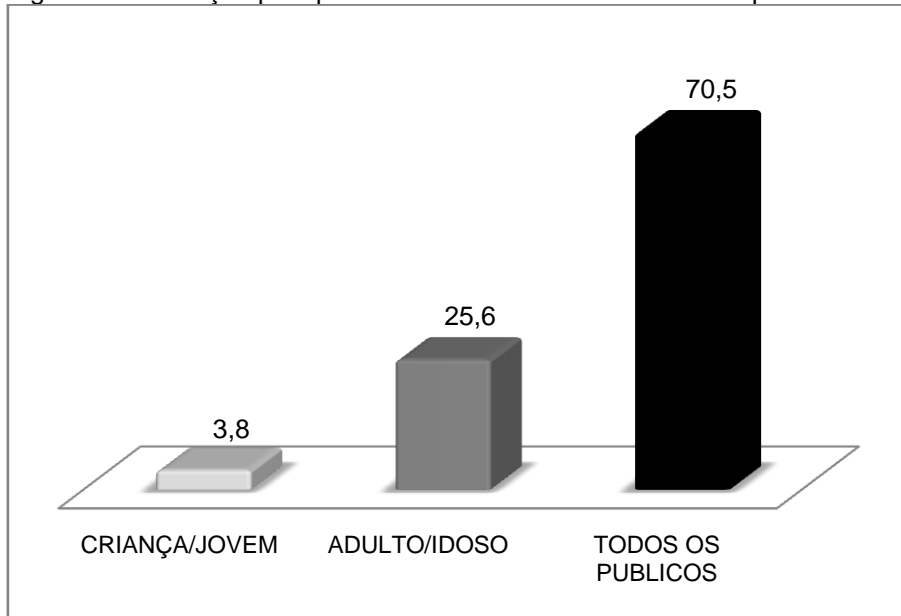
* valores apresentados: absolutos seguidos de frequência.

A relação entre “status” e “característica do espaço” foi estabelecida verificando que no setor “público” a maioria dos espaços são multiusos (62,2%) o mesmo ocorrendo no setor “comunitário” e “privado”, 52,9% e 75%, respectivamente.

Em relação aos dias de utilização dos locais de prática de lazer no município de Rio Negrinho 61,5% são utilizados nos dias de semana e 38,5% nos finais de semana. A Figura 25 demonstra o público que utiliza os locais, sendo divididos em “crianças/jovens”, “adultos/idosos” e “todos os públicos”.

Foi verificado que cerca de 3,8% são locais exclusivos para utilização de “jovens/crianças”, sendo que os espaços são empregados na maioria das vezes, neste caso, 70,5%, para “todos os públicos”.

Figura 25. Utilização pelo público dos locais de lazer do município de Rio Negrinho SC 2013.



A tabela 14 relaciona a característica do espaço com os dias utilizados.

Tabela 14. Relação entre “status” e “característica do espaço” dos locais utilizados para lazer do Município de Rio Negrinho – SC 2013.

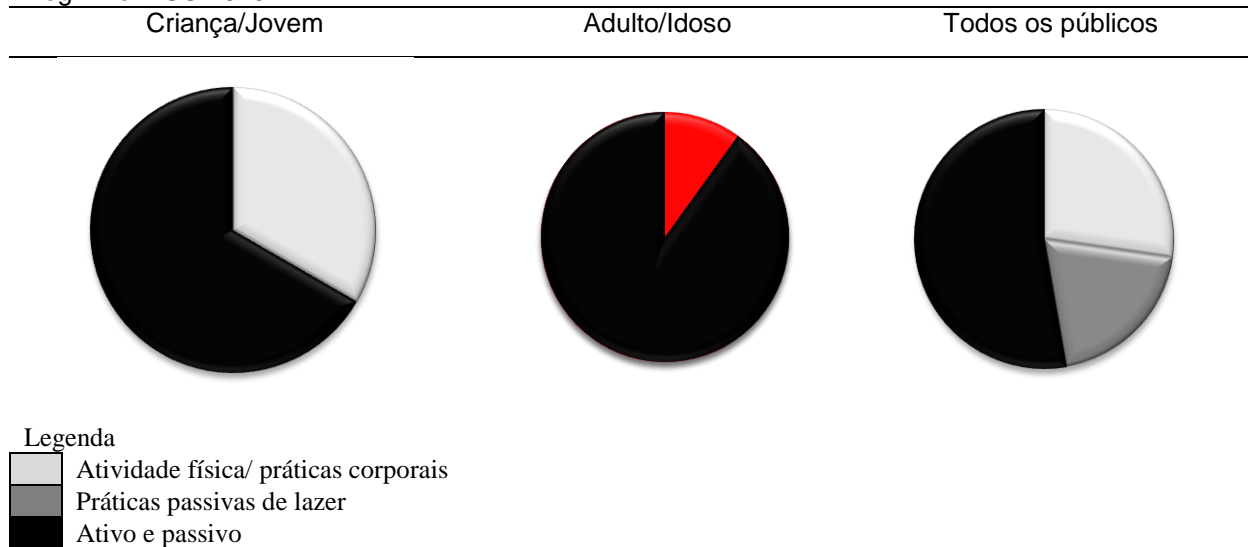
| | | Característica do Espaço | | | Total* |
|------------|------------------|---|-------------------------------|-----------------------|------------------|
| | | Atividade física/ práticas corporais | Práticas passivas de lazer | Ativo e passivo | |
| Utilização | Dias de semana | 12 (25,0 %) | 5 (10,4%) | 31 (64,6%) | 48 (100%) |
| | Finais de semana | 6 (20,0 %) | 6 (20,0%) | 18 (60,0%) | 30 (100%) |
| | Total | 18 (23,1%) | 11 (14,1%) | 49 (62,8%) | 78 (100%) |

* valores apresentados: absolutos seguidos de frequência.

Tantos nos dias de semana, quanto nos finais de semana, a maior frequência de utilização dos espaços de lazer foi de característica “ativo e passivo”, 64,6% e 60%, respectivamente.

A figura 26 relaciona a utilização do público enquanto característica do local de lazer sendo verificado que a classificação “criança/jovem” utiliza os espaços multiusos em 66,7% dos casos, o mesmo ocorrendo em 90% dos casos em “adultos/idosos”. Ao agrupar grupos etários, a utilização mais frequente é no lazer “ativo e passivo” em 52,7% seguidos dos espaços de “atividade física/práticas corporais” (27,3%).

Figura 26. Relação entre utilização do público e característica dos locais de lazer do município de Rio Negrinho - SC 2013.



A tabela 15 apresenta informações referentes ao “status” (público, comunitário e privado) e sua relação com os dias (dias de semana ou finais de semana) utilizados dos locais de lazer do município de Rio Negrinho.

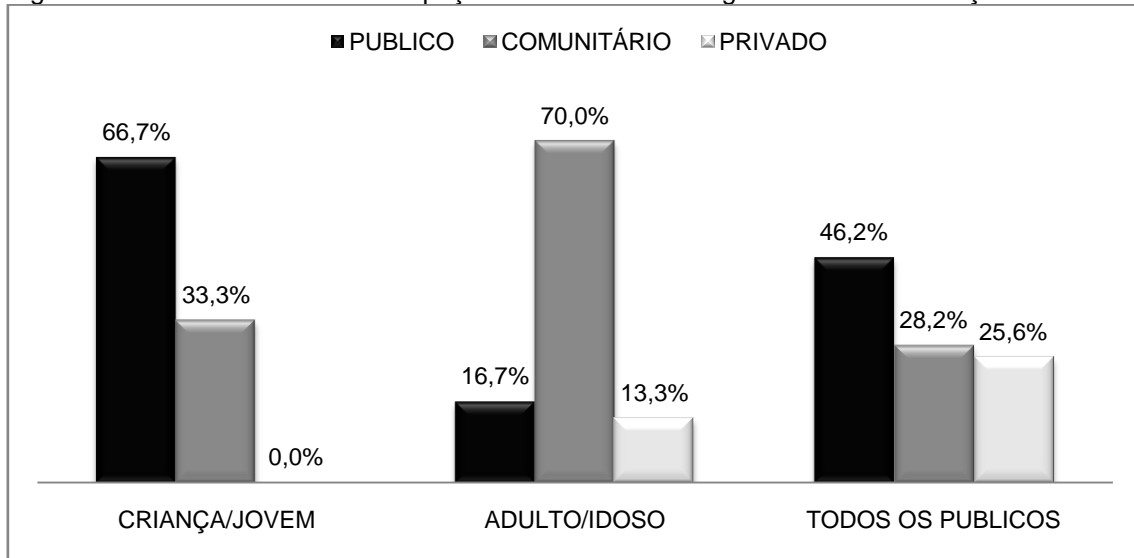
Tabela 15. Relação entre “status” e “dias utilizados” dos locais de lazer do Município de Rio Negrinho – SC 2013.

| | | Status | | | Total |
|-------------------|-------------------------|-------------------|--------------------|-------------------|------------------|
| | | <i>Público</i> | <i>Comunitário</i> | <i>Privado</i> | |
| Utilização | <i>Dias de semana</i> | 36 (75,0 %) | 7 (14,6%) | 5 (10,4%) | 48 (100%) |
| | <i>Finais de semana</i> | 9 (30,0 %) | 10 (33,3%) | 11 (36,7%) | 30 (100%) |
| | Total | 45 (57,7%) | 17 (21,8%) | 16 (20,5%) | 78 (100%) |

É visto que os locais de lazer com o status “público” é mais utilizado (75%) nos dias de semana, já a utilização nos finais de semana fica a cargo dos espaços de lazer “privado”, 36,7% seguidos do lazer comunitário em 33,3%.

A Figura 27 analisa a relação em públicos que utilizam o espaço de lazer e seu “status”.

Figura 27. Público utilizador dos espaços de lazer de Rio Negrinho – SC em relação ao “status”.



É possível verificar que “crianças/jovens” utilizam-se mais dos espaços “públicos” 66,7%, em contrapartida, “adultos/idosos” utilizam-se mais espaços “comunitários” 70%.



SÃO BENTO DO SUL

O município de São Bento do Sul – Ano de instalação – 1948.

São Bento do Sul possui uma extensão territorial de 495,53 km² de área, com uma população de (Censo 2010) 74.801 hab. e densidade demográfica 150,94 hab/km². Localiza-se na Microrregião São Bento do Sul, pertencendo à Mesorregião Norte Catarinense, Localizado na latitude 26°15'01" sul, longitude 49°22'43" oeste e altitude de 838,39 metros.

A economia de São Bento do Sul é essencialmente industrial. Os móveis e produtos relacionados são o principal produto de exportação da cidade abrigando empresas nacionalmente conhecidas, dentre as quais destacam-se o grupo metalúrgico Tuper, a cerâmica Oxford, a moveleira Rudnick e a tecelagem Buddemeyer sendo todas de origem no próprio município.

Os dados do Censo Demográfico de 2010 mostram que São Bento do Sul ocupa a 113ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil e em relação aos 293 outros municípios de Santa Catarina, ocupa a 25ª posição, significando estar em ótima colocação no ranking.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de São Bento do Sul é 0,782, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,190), seguida por Renda e por Longevidade.

O IDHM Longevidade em 1991 era de 0,791 e passou para 0,871 em 2010, com esperança de vida ao nascer (em anos) aumentada de 72,46 em 1991 para 77,25 em 2010.

O IDHM Renda passou de 0,645 em 1991 para 0,763 em 2010, com Renda per capita (em R\$) de 442,37 em 1991 e 923,29 em 2010, com aumento justificado pela configuração da taxa de urbanização do município, que nas últimas duas décadas cresceu 4,57%. São Bento do Sul possui em 2010 uma população urbana de 71.234 habitantes, equivalendo a 95,23% da população total.

Entre 1991 e 2010 São Bento do Sul teve um incremento no seu IDHM de 38,65%, abaixo da média de crescimento nacional (47,46%) e abaixo da média de crescimento estadual (42,54%).

Abaixo serão apresentados os resultados referentes ao levantamento de dados da verificação dos espaços de lazer do município de São Bento do Sul obtidos em entrevistas aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Gestores de Esporte e Lazer.

Para tanto, foi localizado em São Bento do Sul, 143 espaços de lazer, destes, cerca de 38,1% foram considerados “grandes”, 38,8% “médios” e 23,1% “pequenos”. Em relação a conservação, 85% foram classificados como “bom e excelente”, 11,2% como “ruim” e 3,7% como “péssimo”.

A figura 28 representa um local de prática de lazer do Município de São Bento do Sul SC.

Figura 28. Imagem do município de São Bento do Sul SC

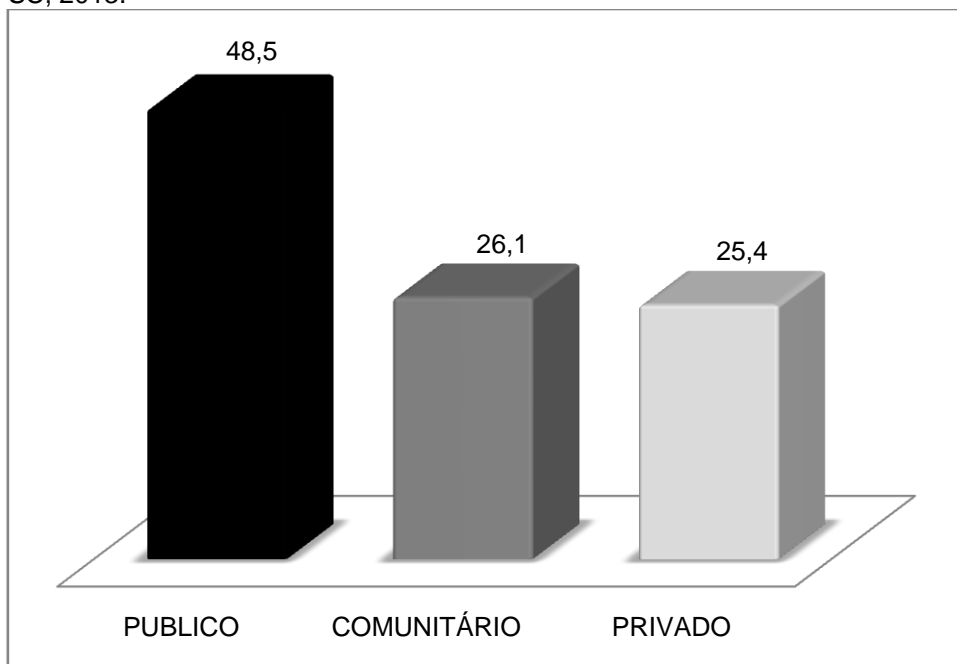


Fonte: <http://www.turismoemsaobento.com.br/roteiros>

Ao verificar a particularidade de utilização do espaço, obteve-se 38,1% de característica “atividade física/práticas corporais”, 14,2% de “práticas passivas de lazer” e 47,8% de ambas as definições, lazer “ativo e passivo”. Portanto, a maior frequência é a utilização dos locais de lazer multiuso.

Ao verificar o *status* do local sendo dividido em “público”, “comunitário” e “privado” a Figura 29 demonstra a análise de frequência atingida.

Figura 29. Análise de frequência do Status dos locais de Lazer do Município de São Bento do Sul - SC, 2013.



Os locais de lazer de São Bento do Sul, 48,5% são de responsabilidade do setor “público” seguidos de 26,1% do setor “comunitário”, esse dado pode representar a importância do serviço público no lazer da população.

A Tabela 16 representa a relação entre o status e a característica do local de lazer do município de São Bento do Sul.

Tabela 16. Relação entre “status” e “característica do espaço” dos locais utilizados para lazer do Município de São Bento do Sul – SC 2013.

| | | Característica do Espaço | | | Total* |
|--------|--------------------|---|---------------------------------------|------------------------|-------------------|
| | | <i>Atividade física/ práticas corporais</i> | <i>Práticas passivas de lazer</i> | <i>Ativo e passivo</i> | |
| Status | <i>Público</i> | 11 (23,4%) | 6 (12,8%) | 30 (63,8%) | 47 (100%) |
| | <i>Comunitário</i> | 6 (12,2%) | 27 (55,1%) | 16 (32,7%) | 49 (100%) |
| | <i>Privado</i> | 20 (42,6%) | 9 (19,1%) | 18 (38,3%) | 47 (100%) |
| | Total | 37 (25,9%) | 42 (29,4%) | 64 (44,8%) | 143 (100%) |

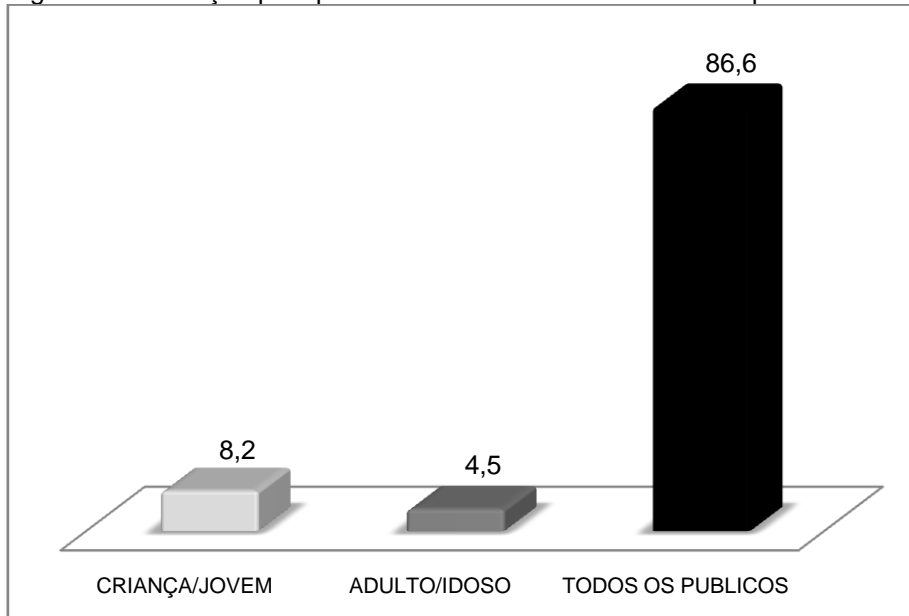
* valores apresentados: absolutos seguidos de frequência.

A relação entre “status” e “característica do espaço” foi estabelecida verificando que no setor “público” a maioria dos espaços são multiusos (62,2%), já no setor “comunitário” a maior frequência ocorreu nos locais de prática “passiva” e no setor “privado” 42,6% nos locais com características “atividade física/práticas corporais”.

Em relação aos dias de utilização dos locais de prática de lazer no município de São Bento do Sul 76,9% são utilizados nos dias de semana e 22,4% nos finais de semana. A Figura 30 demonstra o público que utiliza os locais, sendo divididos em “crianças/jovens”, “adultos/idosos” e “todos os públicos”.

Foi verificado que cerca de 8,2 % são locais exclusivos para utilização de “jovens/crianças”, sendo que os espaços são empregados na maioria das vezes, neste caso, 86,6%, para “todos os públicos”.

Figura 30. Utilização pelo público dos locais de lazer do município de São Bento do Sul SC 2013.



A tabela 17 relaciona a característica do espaço com os dias utilizados.

Tabela 17. Relação entre “status” e “característica do espaço” dos locais utilizados para lazer do Município de São Bento do Sul – SC 2013.

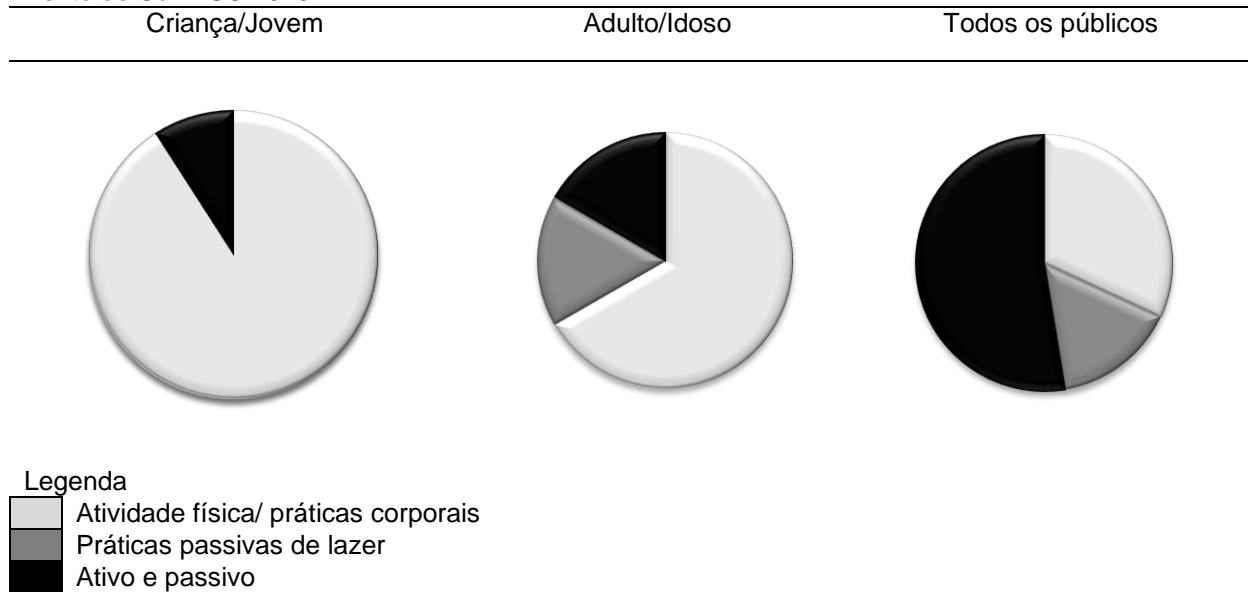
| | | Característica do Espaço | | | Total* |
|------------|------------------|---|-------------------------------|-----------------------|-------------------|
| | | Atividade física/ práticas corporais | Práticas passivas de lazer | Ativo e passivo | |
| Utilização | Dias de semana | 43 (41,7 %) | 8 (7,8%) | 52 (50,5%) | 103 (100%) |
| | Finais de semana | 8 (26,7 %) | 11 (36,7%) | 11 (36,7%) | 30 (100%) |
| | Total | 51 (38,3%) | 19 (14,3%) | 63 (47,4%) | 78 (100%) |

* valores apresentados: absolutos seguidos de frequência.

Nos dias de semana a maior frequência de utilização dos espaços de lazer foi de característica “ativo e passivo” (50,5%), entretanto, nos finais de semana os espaços utilizados são tanto os espaços de lazer ativo quanto os espaços multiusos.

A figura 31 relaciona a utilização do público enquanto característica do local de lazer sendo verificado que a classificação “criança/jovem” utiliza os espaços relacionados a “atividade física/práticas corporais” (90,9%), o mesmo ocorrendo nos “adultos/idosos” em 66,7%. Ao agrupar grupos etários, a utilização mais frequente é no lazer “ativo e passivo” em 52,6% seguidos dos espaços de “atividade física/práticas corporais” em 31,9%.

Figura 31. Relação entre utilização do público e característica dos locais de lazer do município de São Bento do Sul - SC 2013.



A tabela 17 apresenta informações referentes ao “status” (público, comunitário e privado) e sua relação com os dias (dias de semana ou finais de semana) utilizados dos locais de lazer do município de São Bento do Sul.

Tabela 17. Relação entre “status” e “dias utilizados” dos locais de lazer do Município de São Bento do Sul – SC 2013.

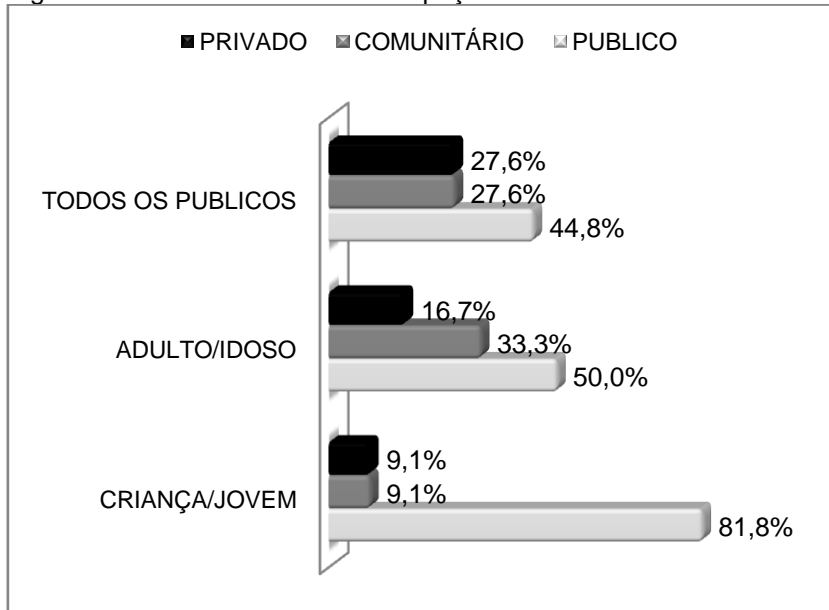
| | | Status | | | Total* |
|-------------------|-------------------------|-------------------|--------------------|-------------------|-------------------|
| | | <i>Público</i> | <i>Comunitário</i> | <i>Privado</i> | |
| Utilização | <i>Dias de semana</i> | 54 (52,4 %) | 26 (25,2%) | 23 (22,3%) | 103 (100%) |
| | <i>Finais de semana</i> | 10 (33,3 %) | 9 (30,0%) | 11 (36,7%) | 30 (100%) |
| | Total | 64 (48,1%) | 35 (26,3%) | 34 (25,6%) | 134 (100%) |

* valores apresentados: absolutos seguidos de frequência.

É visto que os locais de lazer com o status “público” é mais utilizado (52,4%) nos dias de semana, já a utilização nos finais de semana fica a cargo dos espaços de lazer “privado”, 36,7%.

A Figura 32 analisa a relação em públicos que utilizam o espaço de lazer e seu “status”.

Figura 32. Público utilizador dos espaços de lazer de São Bento do Sul – SC em relação ao “status”.



É possível verificar em todas as faixas etárias que a utilização dos espaços de lazer do município de São Bento do Sul a opção pelo uso dos de status “público”.



MONTE CASTELO

O município de Monte Castelo – Ano de instalação 1962

Monte Castelo possui uma área territorial de Área 562,23 km² para uma População (Censo 2010) 8346 hab. e densidade demográfica de 14,85 hab/km². Situa-se na Microrregião Canoinhas, pertencendo à Mesorregião Norte Catarinense, localiza-se a uma latitude 26°27'44" sul e a uma longitude 50°13'52" oeste, estando a uma altitude de 820 metros.

A economia do Município baseia-se principalmente na agricultura familiar diversificada. Destacam-se ainda, o beneficiamento de madeira e a silvicultura na produção de mudas, principalmente de pinos e eucalipto, bem como áreas de florestamento e reflorestamento com os mesmos.

Os dados do Censo Demográfico de 2010 mostram que Monte Castelo ocupa a 2545ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil e em relação aos 293 outros municípios de Santa Catarina, ocupa a 264ª posição.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Monte Castelo é 0,675, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,180), seguida por Longevidade e por Renda.

O IDHM Longevidade de 1991 era de 0,681 e apresenta 0,826 em 2010, com esperança de vida ao nascer (em anos) de 65,86 em 1991 passando para 74,58 em 2010, significando um aumento de 8,72 anos.

O IDHM Renda de 0,515 em 1991 passou para 0,641 em 2010, e a Renda per capita média de Monte Castelo cresceu 119,48% nas últimas duas décadas, passando de R\$197,21 em 1991 para R\$349,01 em 2000 e R\$432,84 em 2010.

Entre 1991 e 2010 Monte Castelo teve um incremento no seu IDHM de 55,17% acima da média de crescimento nacional (47,46%) e acima da média de crescimento estadual (42,54%). (Fonte: Pnud, Ipea e FJP)

Abaixo serão apresentados os resultados referentes ao levantamento de dados da verificação dos espaços de lazer do município de Monte Castelo obtidos em entrevistas aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Gestores de Esporte e Lazer.

Para tanto, foi localizado em Monte Castelo, 17 espaços de lazer, destes, cerca de 41,2% foram considerados “grandes”, 35,3% “médios” e 23,5% “pequenos”. Em relação a conservação, 58,9% foram classificação como “bom e excelente”, 29,4% como “ruim” e 11,8% como “péssimo”.

A figura 33 representa um local de prática de lazer do Município de Monte Castelo SC.

Figura 33. Imagem do município de Monte Castelo SC

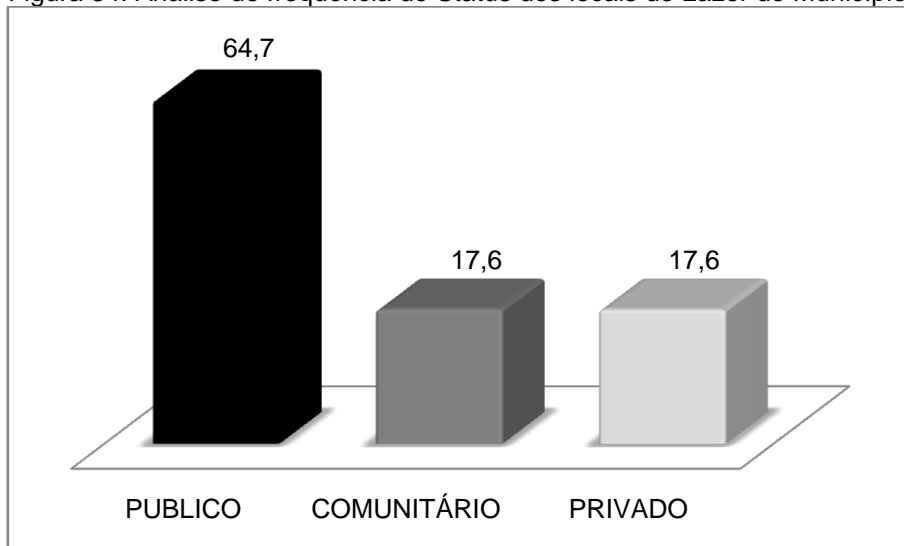


Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/7296487>

Ao verificar a particularidade de utilização do espaço, obteve-se 47,1% de característica “atividade física/práticas corporais”, 5,9% de “práticas passivas de lazer” e 47,1% de ambas as definições, lazer “ativo e passivo”, o que pode evidenciar as multi-variações de utilização desses espaços, servindo para a promoção da atividade física e do esporte, quanto para atividades de cunho cultural e sociais.

Ao verificar o *status* do local sendo dividido em “público”, “comunitário” e “privado” a Figura 34 demonstra a análise de frequência atingida.

Figura 34. Análise de frequência do Status dos locais de Lazer do Município de Monte Castelo, 2013.



Os locais de lazer de Monte Castelo, 70,0% são de responsabilidade do setor “público” seguidos de 17,6% do setor “comunitário” e “privado”, esse dado pode representar a importância do poder público na promoção do lazer nas cidades.

A Tabela 18 representa a relação entre o status e a característica do local de lazer do município de Monte Castelo.

Tabela 18. Relação entre “status” e “característica do espaço” dos locais utilizados para lazer do Município de Monte Castelo – SC 2013.

| | | Característica do Espaço | | | Total* |
|--------|--------------------|---|---------------------------------------|------------------------|------------------|
| | | <i>Atividade física/ práticas corporais</i> | <i>Práticas passivas de lazer</i> | <i>Ativo e passivo</i> | |
| Status | <i>Público</i> | 7 (63,6) | X | 4 (36,4%) | 11 (100%) |
| | <i>Comunitário</i> | X | 3(100%) | X | 3 (100%) |
| | <i>Privado</i> | 1 (33,3%) | 1 (33,3%) | 1 (33,3%) | 3 (100%) |
| | Total | 8 (47,1%) | 4 (23,5%) | 5 (29,4%) | 17 (100%) |

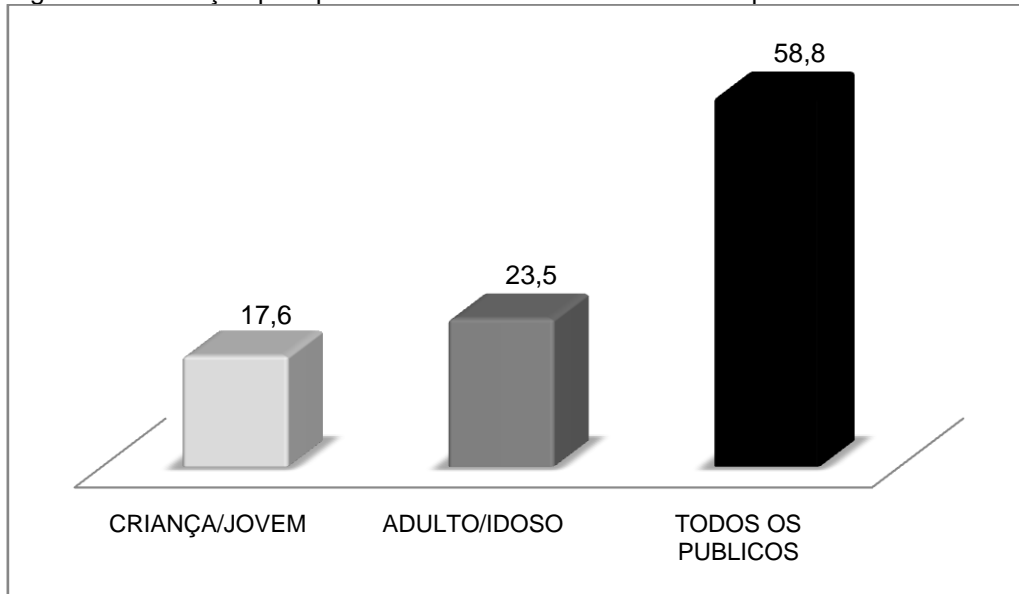
* valores apresentados: absolutos seguidos de frequência.

A relação entre “status” e “característica do espaço” foi estabelecida verificando que em Monte Castelo o setor público apresenta maior frequência de locais para lazer envolvendo “atividade física/práticas corporais” (63,6%). O setor oferece opções de lazer passivo em todos os casos.

Em relação aos dias de utilização dos locais de prática de lazer no município de Monte Castelo 94,1% foram relatados como de utilização nos dias de semana e apenas 5,9% nos finais de semana. A Figura 35 demonstra o público que utiliza os locais, sendo divididos em “crianças/jovens”, “adultos/idosos” e “todos os públicos”.

Foi verificado que na maioria dos casos (58,8%), todas as faixas etárias podem utilizar os locais de lazer de Monte Castelo.

Figura 35. Utilização pelo público dos locais de lazer do município de Monte Castelo SC 2013.



A tabela 19 relaciona a característica do espaço com os dias utilizados.

Tabela 19. Relação entre “status” e “característica do espaço” dos locais utilizados para lazer do Município de Monte Castelo – SC 2013.

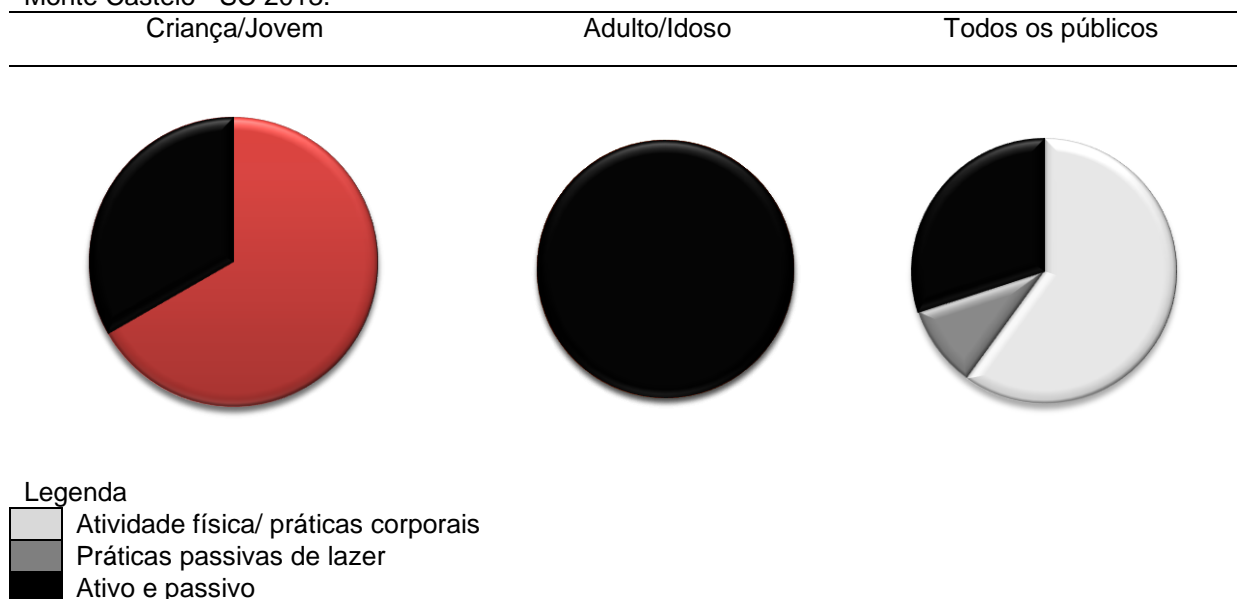
| | | Característica do Espaço | | | Total* |
|------------|------------------|---|-------------------------------|------------------|------------------|
| | | Atividade física/ práticas corporais | Práticas passivas de lazer | Ativo e passivo | |
| Utilização | Dias de semana | 7(43,8 %) | 1 (6,2%) | 8 (50,0%) | 16 (100%) |
| | Finais de semana | 1 (100 %) | X | X | 1 (100%) |
| | Total | 8 (47,1%) | 1 (5,9%) | 8 (47,1%) | 17 (100%) |

* valores apresentados: absolutos seguidos de frequência.

Em relação a utilização dos locais, nos dias de semana, ficou entre o lazer ativo e o pontos de lazer mistos, 43,8% e 50%, respectivamente. A utilização no final de semana foi insignificante.

A figura 36 relaciona a utilização do público enquanto característica do local de lazer sendo verificado que a classificação “criança/jovem” utiliza os espaços característicos de “Atividade física/ práticas corporais” em cerca de 66,7% e local multiuso em 33,3%, já “adultos/idosos” utilizam-se em todos os casos dos locais mistos de prática de lazer. Ao agrupar grupos etários, a utilização mais frequente é no lazer “ativo” em 60,0%.

Figura 36. Relação entre utilização do público e característica dos locais de lazer do município de Monte Castelo - SC 2013.



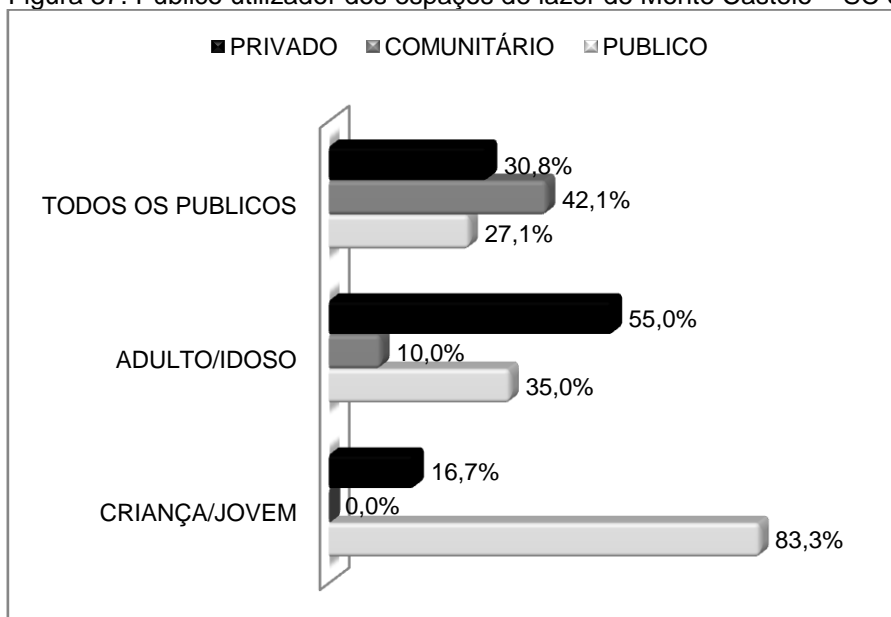
A tabela 19 apresenta informações referentes ao “status” (público, comunitário e privado) e sua relação com os dias (dias de semana ou finais de semana) utilizados dos locais de lazer do município de Monte Castelo.

Tabela 19. Relação entre “status” e “dias utilizados” dos locais de lazer do Município de Monte Castelo – SC 2013.

| | | Status | | | Total* |
|-------------------|-------------------------|-------------------|--------------------|------------------|------------------|
| | | <i>Público</i> | <i>Comunitário</i> | <i>Privado</i> | |
| Utilização | <i>Dias de semana</i> | 10 (62,5 %) | 3 (18,8%) | 3 (18,8%) | 16 (100%) |
| | <i>Finais de semana</i> | 1(100 %) | X | X | 1 (100%) |
| | Total | 11 (64,7%) | 3 (17,6%) | 3 (17,6%) | 17 (100%) |

É visto que os locais de lazer com o status “público” é mais utilizado (62,5%) nos dias de semana. A Figura 37 analisa a relação em públicos que utilizam o espaço de lazer e seu “status”.

Figura 37. Público utilizador dos espaços de lazer de Monte Castelo – SC em relação ao “status”.



É possível verificar que “crianças/jovens” utilizam-se mais dos espaços “públicos” 83,3%, em contrapartida, “adultos/idosos” utilizam-se mais dos espaços “privados” 55 %.

Considerações finais

Todos os municípios da abrangência da 25ª. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina localizados na região norte do estado possuem clima temperado, com temperaturas médias entre 15 °C e 25 °C. As principais atividades econômicas da região são agricultura, extrativismo mineral e vegetal, indústria moveleira, pecuária e reflorestamento.

Os três fatores que auxiliaram na elevação do IDHM dos municípios envolvidos nesta pesquisa (Educação, Renda e Longevidade) também compõem os indicadores de pesquisa deste estudo diagnóstico na medida em que as políticas públicas de esporte e lazer estão imbricadas mutuamente dependendo do nível de educação e de renda da população. O primeiro refere-se ao grau de consciência dos munícipes, no que diz respeito ao exercício pleno de cidadania, ao exigir o cumprimento pelo Estado dos direitos constitucionais ao lazer e bem-estar, e o segundo passa a ser fator determinante tanto para o gestor de políticas públicas como para aquele que vai usufruí-la.

Sobre o fator Longevidade as cidades precisam se preparar para atender esta população que na mesma proporção que cresce em número aumenta em tempo livre.

Referências

CAMPO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Disponível em: <www.campoalegre.sc.gov.br>. Acesso em: 02 fev. 2013.

CORONIO, G.; MURET, J. P. **Loisirs**: guide pratique des équipements. Centre de Recherche D'Urbanisme, Paris, 1976.

IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 03 out. 2013.

MAFRA. Prefeitura Municipal. Disponível em: <www.mafra.sc.gov.br>. Acesso em: 02 fev. 2013.

MONTE CASTELO. Prefeitura Municipal. Disponível em: <www.montecastelo.sc.gov.br>. Acesso em: 02 fev. 2013.

PAPANDUVA. Prefeitura Municipal. Disponível em: <www.papanduva.sc.gov.br>. Acesso em: 02 fev. 2013.

RIO NEGRINHO. Prefeitura Municipal. <www.rionegrinho.sc.gov.br>. Acesso em: 02 fev. 2013.

SANTINI, Rita de Cássia Giralddi. Dimensões do lazer e da recreação: questões espaciais, sociais e psicológicas. São Paulo. Angelotti, 1993.

SÃO BENTO DO SUL. Prefeitura Municipal. Disponível em: <www.saobentodosul.sc.gov.br>. Acesso em: 02 fev. 2013.



**Universidade
do Contestado**